



Joice AdrianaENZler

**CIBERFEMINISMO E SAÚDE: uma análise do caso da
aprovação e implementação da Lei das Doulas (7.314/2016) no
Estado do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro
2017

Joice AdrianaENZler

**CIBERFEMINISMO E SAÚDE: uma análise do caso da
aprovação e implementação da Lei das Doulas (7314/2016) no
estado do Rio de Janeiro**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Linha de pesquisa: Informação, Comunicação e Mediações em Saúde

Orientadora: Adriana Cavalcanti de Aguiar

Rio de Janeiro

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

Joice AdrianaENZler

CIBERFEMINISMO E SAÚDE: uma análise do caso da aprovação e implementação da Lei das Doulas (7314/2016) no estado do Rio de Janeiro

Aprovada em 29 de setembro de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Cristina Soares Guimarães
PPGICS/ICICT/Fiocruz
Presidente da Banca

Prof. Dra. Antonia Lana Alencastre Ceva
Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH)
Membro titular externo

Prof. Dra. Marcia de Oliveira Teixeira
PPGICS/ICICT/Fiocruz
Membro titular interno

Prof. Dra. Beatriz Cintra Martins
NEXT/ENSP/FIOCRUZ
Membro suplente externo

Prof. Dra. Cícera Henrique da Silva
PPGICS/ICICT/Fiocruz
Membro suplente interno

Ficha Catalográfica elaborada por Bruna Beltrão Belinato CRB7-6747

E61 Enzler, Joice Adriana

Ciberfeminismo e saúde: uma análise do caso da aprovação e implementação da Lei de Doulas (7.314/2016) no estado do Rio de Janeiro / Joice Adriana Enzler. – Rio de Janeiro, 2017.

127 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Pro^{fa}. Dr^a Adriana Cavalcanti de Aguiar

Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Fundação

Oswaldo Cruz, Instituto de Informação Científica e Tecnológica em Saúde, 2017.

Bibliografia: f. 100-110.

1. Ciberfeminismo. 2. Políticas públicas. 3. Movimentos sociais. 4. Doulas. 5. Comunicação e saúde. I. Título.

DEDICATÓRIA

A todas e todos que deixaram uma marca de importância comunitária, aquelas/es que lutaram e lutam incansavelmente não somente pela sua ascensão pessoal, mas por uma felicidade coletiva. Estas lideranças, infelizmente, na maioria das vezes não são reconhecidas/os pelas próprias pessoas que defendem, pois “a vida é dura”; mas ainda bem que existem as/os imprescindíveis, que não desistem nunca.

Às/aos imprescindíveis que deixam ou deixaram seus nomes marcados para sempre: Marielle Franco, Angela Davis, Joana D’Arc, Joana D’Arc Félix de Souza, Jesus, José Mujica, Fidel Castro, Che Guevara, Cândido Portinari, Lucia Xavier, Rose Marie Muraro, Nísia Floresta, Chico Mendes, Dom Pedro Casaldáliga, Irmã Dorothy Stang, Milton Santos, Cecília Coimbra, Ivan Cavalcanti Proença, Luiza Erundina, Heloneida Studart...

“Eu sou porque nós somos”

Ubuntu, Marielle Franco!

“Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons Mas há os que lutam toda a vida e estes imprescindíveis.”

Bertolt Brecht

AGRADECIMENTOS

A todas e todos, que mesmo sem saber trouxeram ideias, dicas, carinhos, exemplos de vida para essa dissertação. “A vida é dura”, mas foi muito mais ainda ao fazer o mestrado, vindo de uma origem favelada, filha de doméstica e mecânico. Por quantas incompreensões passei, às vezes de um lado e de outro. Aquele lado de sua origem que não entende porque tanto estudo se a sua vida, nesse País injusto, está quase fadada a continuar na mesma. E o outro lado, que chegou ao topo da instituição e pensa que chegou lá somente por mérito pessoal, esquecendo os estímulos intelectuais que recebeu a vida toda, desde a mais tenra infância; sem falar na alimentação, nas melhores escolas, no contato com bons livros desde cedo, nas idas ao teatro, concertos e outras atividades importantes para o nosso crescimento cultural, intelectual e pessoal.

Desculpem-me, se me queixo de forma muito pessoal, mas na vida de uma feminista o pessoal sempre foi político, porque essas vias se misturam o tempo todo, principalmente em um País desigual, onde arbitrariedades afetam continuamente as vidas de quem vive na pobreza. Mas faz parte da vida também a celebração, brindar as pequenas conquistas e agradecer a quem fez parte delas.

À minha mãe, Maria Lucia do Nascimento, por estar ao meu lado em todas as minhas empreitadas, embora tenha me feito chorar, muitas vezes, por não entender porque estudo tanto e porque isso não me ajuda a ter um emprego melhor.

Ao meu pai (*in memoriam*) e a minha vó Olguinha (*in memoriam*);

Às tias Guiomar Vieira (*in memoriam*) e Isabel do Nascimento (*in memoriam*), Lídia Enzler (*in memoriam*) pelo carinho e apoio recebido;

A todas/os professoras/es, que me ajudaram a chegar até aqui, em especial tia Mariza Paschoal (por ter dado o primeiro livro que li), Ivan Cavalcanti Proença, Nailton Agostinho, Suely Avellar;

Às companheiras de militância dentro e fora da Fiocruz, Dras. Paula Bonatto e Mercês Navarro por todo auxílio nos estudos e no projeto para entrar no mestrado;

Ao PPGICS/Icict/Fiocruz;

À orientação, carinho, compreensão e dedicação da professora Dr^a. Cícera Henrique da Silva;

À banca examinadora;

Pela compreensão e ensinamentos da professora Dr^a. Maria Cristina Soares Guimarães;

À Professora Bia Cotrim Guimarães pela revisão dedicada.

À professora Tizuko Shiraiwa pelo pré-teste do roteiro de entrevistas;

Às/aos colegas do PPGICS, em especial Aline Faria, Daniela Savaget, Daniela Correa, Karina Costa, Tania dos Santos; Marcelo Pereira Garcia;

À Capes pelo apoio na forma de bolsa de estudos no período de desenvolvimento desta pesquisa;

Às colegas da Fiocruz pelas dicas, conversas, carinho, cafês, em especial Regina Petri,

Ao Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LICTS/Fiocruz);

À Associação de Pós-Graduandos da Fiocruz (APG-Fiocruz), em especial Marisa de Oliveira, Jarbas Ribeiro e Jefferson Campos;

Ao movimento Asfoc de Luta por todo apoio e ombro amigo, em especial Geandro Ferreira Pinheiro;

Às minhas orientadoras informais pelo carinho, pelo ombro, correções força, cafês e dicas sobre ciberfeminismo, saúde, ABNT: Júlia Silveira; Maria Regina Cotrim Guimarães e Simone Agadir dos Santos;

À Marina Maria, do Iicct/Fiocruz, pela dica no tema na dissertação;

Às doulas pelos relatos, choros, risadas e companheirismo nessa jornada;

À Associação de Doulas do Rio de Janeiro, pelo carinho e pelas portas abertas na pesquisa;

À vereadora Marielle Franco por ter aberto as portas da Comissão de Direitos Humanos da Alerj para conversar sobre as doulas, leis, saúde;

À Comissão de Direitos Humanos da Alerj, em especial Yanne Milano;

Ao vereador Renato Cinco pelas portas abertas para pesquisar sobre leis relativas ao tema;

Ao gabinete do vereador Renato Cinco, em especial Liliana Maiques, Dejair Dias, Paulo Vítor (PV) e Ivan Dias Martins;

A toda equipe do Espaço Plínio;

Ao meu amigo Jorge Cezar Gomes Maia pelo companheirismo e força nessa empreitada;

À Beatriz Cintra Martins pelas dicas de livro e ensinamentos sobre internet;

À professora Dra. Elvira Maciel por toda compreensão, carinho e ensinamentos;

À minha amiga da vida toda Salete de Abreu Silva;

À amiga e companheira de lutas Maria Santafé, pelo carinho, força, cafés, conversas;

Às minhas primas Jandira do Nascimento e Fatima Enzler pelo carinho e confiança;

À amiga e companheira das lutas ambientalistas, Carla Conde, pela confiança e palavras de encorajamento;

À Fernanda Loureiro pela entrevista e pelas dicas sobre o universo das doulas e do parto humanizado;

Ao meu amigo e companheiro de lutas, professor Wendell Setúbal, pelas dicas, correções linguísticas e livros;

À amiga Marcia Cazer e ao amigo Antônio Humberto pelas contribuições em livros, carinho e encorajamento;

Às companheiras da Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB Rio) pelos debates sobre feminismos e saúde, em especial Schuma Schumacher;

A todas/os da Ong Redeh pelas oficinas, encontros, livros, cafés, carinho de sempre, em especial Antonia Ceva, Liliane Brum e Vanini Lanzillotti;

Ao amigo de sempre Rogério Rocco, pela compreensão e por estar sempre por perto;

À amiga Chris Victor pelas traduções, pelo carinho e força;

Às amigas de faculdade e de jornada Claudia Oliveira, Giselle Bossard e Juliana Marques pelas palavras de encorajamento, carinho e cafés;

Ao Programa de Extensão UFF Mulher pelos estudos, acolhimento, carinho, em especial Luciana Bittencourt e a coordenadora do programa, Nívea Valença Barros;

À Camtra pelos seminários e encontros feministas, em especial Eleutéria Amora e Iara Amora;

Ao amigo e companheiro de militância prof. Dr. João Marcus Figueiredo;

À Eugenia Rodrigues pelos papos e dicas de livros;

Aos meus animais Cora, Clara, Chico, Letícia, Frida, Mel, Oprah, Olga e Elis (que faleceu durante o mestrado), por me fazerem gargalhar com suas brincadeiras, enquanto eu ficava presa em casa lendo e escrevendo;

Ao mistério da vida, pelas coisas que a gente nem vê e às vezes nem crê;

Mas se por um lado fui discriminada por algumas e alguns na academia e em outros ambientes, também tive total amparo e uma rede acolhedora, que sempre me fez sentir protegida em minha vida, no Brasil, que não é nada mole. Amo essa gente de luta, militante e com empatia pela/o outra/o. Mais do que uma boa leitura, desejo um envolvimento teórico e prático com o tema e seus desdobramentos: o universo da comunicação, a crítica, a autocrítica, a mulher, saúde e políticas públicas. Essa práxis se integrará à luta por uma vida melhor para todas/os.

RESUMO

Este trabalho discute as influências que o ativismo e o ciberativismo podem exercer tanto nas micropolíticas quanto nas macropolíticas, como a aprovação de leis e implementação de políticas públicas. Neste sentido, estudamos a crescente disputa de narrativas das mulheres na internet, promovendo articulação e estratégias para avançar na discussão e na garantia de direitos relacionados à Saúde da Mulher. Sendo assim, esta dissertação teve o objetivo de estudar o caso da aprovação e implementação da Lei das Doulas (7314/2016) no estado do Rio de Janeiro. A metodologia consistiu em pesquisar e reunir o conteúdo de material na internet, página da Associação de Doulas RJ (Adoulas-RJ) e o grupo secreto Doulas-Articulação contra Resolução Cremerj; e entrevistar membros do grupo escolhido - o movimento de doulas do Estado do Rio de Janeiro, que conseguiu coadunar as lutas nas redes e "nas ruas", aprovando a Lei das Doulas. Observou-se assim que o ciberfeminismo pode se tornar uma estratégia de articulação dos movimentos feministas, que buscam conquistas no âmbito dos direitos das mulheres, pois influenciou o processo de tramitação e aprovação da Lei das Doulas, mostrando-se um importante instrumento nas ações dos movimentos sociais.

Palavras-chave: comunicação e saúde; saúde da mulher, políticas públicas, feminismos, ciberfeminismo, movimentos sociais, doulas.

ABSTRACT

This dissertation discusses the influences of activism and cyberactivism on both micro and macro policies, such as the approval of laws and the implementation of public policies. In this sense, we studied the growing dispute of women's narratives on the internet, promoting articulation and strategies to advance the discussion and guarantee of rights related to Women's Health Right. Therefore, we aimed to study the case of the approval and implementation of the Doulas Law (7314/2016) in the state of Rio de Janeiro. The methodology consisted of researching and gathering material on internet, page of “Associação de Doulas RJ (Adoulas-RJ)” and the group “Doulas-Articulation against Cremerj Resolution. We also interviewed members of the chosen group - the doulas movement in the state of Rio de Janeiro, which managed to match the struggles in the networks and "in the streets", approving the Doulas Law. Thus, it was observed that cyberfeminism can become an articulation strategy for feminist movements, which seek achievements in the scope of women's rights, as it influenced the process for approval of the Doulas Law, showing itself to be an important instrument in the actions of social movements.

Keywords: communication and health, women's health, public policies, feminism, cyberfeminism, social movements, doula

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cartaz evento Julho Negro	p. 57
Figura 2 –Objetos comercializados para financiamento da Associação Adoulas RJ	p. 58
Figura 3 –Cartaz do Ocupa Alerj do Grupo Secreto Doulas	p. 65
Quadro 1 - Identificação e Definição dos Temas Principais	p. 71

LISTA DE SIGLAS

AdoulasRJ – Associação de Doulas do Rio de Janeiro

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANS – Agência Nacional de Saúde

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Arpa – Advanced Research and Projects Agency - Agência de Pesquisas em Projetos Avançados

BBB – Boi, Bíblia e Bala

BBS - Bulletin Board System

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CMC – Comunicação Mediada por Computador

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

Cremerj – Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

DSS – Determinantes Sociais da Saúde

EUA – Estados Unidos da América

FC – Ficção Científica

HIV – Human Immunodeficiency Virus – Vírus da Imunodeficiência Humana

HQ – História em Quadrinhos

HPV – Human Papiloma Virus – papilomavírus humano

Iperba – Instituto de Perinatologia da Bahia

IP – Internet Protocol

IPTO – Information Processing Techniques Office

NSF – National Science of Foundation

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

Paism – Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PEPGCOS/PUC-SP - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PL – Projeto de Lei

PNE – Plano Nacional de Educação

PRNET – Packet Radio Network

PT - Packet Radio Network

Rehuna – Rede pela Humanização do Parto e Nascimento

RNs – Resoluções Normativas

SATNET - Atlantic Packet Satellite Network

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCP – Transmission Control Protocol

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

WWW – World Wide Web

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ATIVISMO E CIBERATIVISMO EM SAÚDE	25
2.1 Movimentos sociais e saúde: contextualizando	28
2.2 Reforma Sanitária, comunicação e participação	29
2.3 Culturas das redes sociais na internet	31
2.4 A emergência da Cibercultura: consequências para o ativismo	34
2.5 Ciberativismo: anarquistas, feministas, fascistas	38
2.6 Feminismos e saúde	40
3. DO PROTAGONISMO DAS MULHERES AO PARTO HOSPITALAR	47
3.1 As doulas: contexto histórico, ocupação e profissionalização	48
3.2 Parto Humanizado e o trabalho das Doulas	52
4. RELAÇÕES ENTRE ATIVISMO POLÍTICO NA INTERNET E “NA RUA”	55
4.1 Redes sociais e a Rede das Redes	55
4.2 Hackers, movimentos sociais e cultura da resistência	62
5. CAMINHOS DA PESQUISA	66
5.1 Entrando no universo das doulas	66
5.2 Etapas da pesquisa	69
5.3 Procedimentos	72
5.4 Organização do material coletado	74
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	80
6.1. Traçando um perfil das doulas	80
6.2 Violência Obstétrica/Cesárea Desnecessária	82
6.3 Atuação Política/Internet/Ativismo na Internet e na Rua/Democratizar a Informação	84
6.4 Sororidade/Feminismos/Opressão de classe e raça	89
6.5 Profissionais de Saúde/Pacote Padronizado de Intervenções Desnecessárias/ A luta pela Volta do Protagonismo da Mulher no Parto	91
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97

REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	111
Anexo 1 – Figuras do Grupo secreto Doulas – Articulação	112
Contra Resolução Cremerj	
Anexo 2 – Lei 7314 de 15 de junho de 2016	116
APÊNDICES	120
Apêndice 1 – Roteiro de entrevistas semiestruturadas	121
Apêndice 2 - Aprovação do Comitê de Ética	122
Apêndice 3 – Carta convite e Termo de Consentimento Livre e	125
Esclarecido	

1. INTRODUÇÃO

O ciberfeminismo social se esboça cada vez mais como uma interessante alternativa. Nós mulheres temos conseguido construir nosso próprio território na rede. Não se trata de um território exclusivo, mas demonstramos ser capazes de estabelecer nossas próprias regras neste novo meio disputando – como reivindica Wilding – o espaço virtual com o patriarcado. (MIGUEL; BOIX, 2013, p.75)

A Internet vem se revelando um ambiente de visibilidades e esquecimentos, de elogios e de execração. E as redes sociais, como o Facebook e WhatsApp, são bons exemplos. Elas revelam disputas políticas, campanhas diversas, declarações de amor, fotos de nascimentos, discursos de empoderamento de negros, mulheres e grupos de movimentos sociais como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros¹ (LGBT), mas também revelam declarações de ódios, homofóbicas, racistas, machistas e outros. E nesses ambientes observa-se um crescimento importante de narrativas das mulheres.

A internet tem sido um importante instrumento para inúmeros movimentos feministas virtuais. A Marcha das Vadias, de 2011, é um bom exemplo do uso das redes sociais para convocação de milhares de mulheres em todo o Brasil (GALETTI, 2014). A militância feminista no *Facebook* também cresceu. Militância significa lutar por determinadas causas, reivindicar direitos sociais como educação, trabalho, moradia etc. Sobre a militância de internet ou como é chamado nos Estados Unidos, *slacktivism* (ativismo de sofá), o filósofo Pierre Lévy diz: “Eu não sou contra o ativismo de sofá. Qualquer forma que o cidadão use para se expressar é positiva” (LÉVY, 2013). Segundo Lévy (1997, p.133), a comunicação por redes sociais na internet não substitui “encontros físicos: na maioria dos casos ela é um complemento ou coadjuvante destes”. Há inúmeras reflexões sobre as diferenças entre fazer política nas redes sociais na internet ou fora desta. Contudo, há um ponto em comum entre essas militâncias: a disputa pela construção de narrativas (MALINI, ANTOUN, 2013). É o que se verifica, por exemplo, em 2013, no ato anual de 8 de março – Dia Internacional da Mulher –, que ocupou a Avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro, de forma

¹No decorrer do tempo, essa sigla sofreu alguns acréscimos. LGBT para LGBTTT, contemplando transgêneros, transexuais e travestis. Já a ONU e a Anistia Internacional elegeram LGBTI como padrão porque engloba as pessoas que nascem intersexo. Outra definição que podemos ver é a LGBTQ ou LGBTQI, que inclui além da identidade de gênero a teoria dos estudos queer. Mas também pode-se usar um T só englobando todas as identidades de gêneros que comecem com essa letra. BLOG GÊNERO, MÍDIA E SEXUALIDADE. Disponível em: <http://ggemis.blogspot.com.br/2014/08/lgbt-lgbti-lgbtq-ou-o-que.html>. Acesso em 20 jun. 2017.

significativa. Esta atividade destacou-se como uma das manifestações mais representativas antes das Jornadas de Junho², talvez impulsionada pelas revoltas acontecidas anteriormente e com grande repercussão pelas redes sociais na Internet, tais como Primavera Árabe, em 2010; Occupy Wall Street e o 15M na Espanha em 2011 – todas acompanhadas via internet por *tweets*, *posts* no *Facebook* ou transmissões ao vivo. Não queremos dizer com isso que sem a Internet não haveria manifestação. Mas apenas reforçar a importância da internet como uma facilitadora tanto na organização de encontros presenciais como na captura de novas ativistas para os movimentos sociais. Nesta perspectiva, buscamos refletir sobre como essas ferramentas comunicacionais podem impulsionar movimentos de pequenas e grandes indignações em sites de redes sociais a transpor esse ambiente ou, ainda, como algumas revoltas locais podem influenciar iniciativas mais globais, inclusive em Países culturalmente diferentes, através da internet, como disse o ativista e criador do Occupy Wall Street, Micah White:

As diversas manifestações, que aconteceram em diferentes continentes e em um espaço curto de tempo, são um sintoma de um "sentimento contagiante de descontentamento" e só "foram possíveis graças à internet". Contudo, tanto a Primavera Árabe, em 2010, quanto o 15M na Espanha, em 2011, ou as manifestações de junho de 2013, no Brasil, foram incapazes de produzir os resultados esperados. (WHITE, 2015)

O ativismo nas redes digitais pode ter colaborado com a organização das jornadas de junho, que levaram mais de um milhão às ruas³, porém os protestos não desencadearam os avanços pretendidos nas políticas econômicas, sociais e conjunturais no Brasil - nem em outros Países - pelas alas mais progressistas, como a Espanha, onde o Partido Popular (PP), conservador de direita, obteve triunfo eleitoral. Por outro lado, houve pequenos avanços democráticos: na própria Espanha, o Podemos – partido que surgiu a partir dos *Indignados* do movimento 15M – ficou em quarto lugar nas eleições para o parlamento⁴, e, no Brasil, o ano de 2015 chegou a ser comparado à Primavera das Mulheres, período no qual o ciberfeminismo ganhou mais força e visibilidade.

²“Em junho de 2013, o Brasil assistiu às maiores manifestações de sua história moderna. Mais de 1 milhão de pessoas participaram de protestos em várias cidades do Brasil”. Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil. Da redação UOL. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>. Acesso em 20 jun. 2017.

³VITÓRIA do PP: os povos têm os governos que merecem?. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Vitoria-do-PP-os-povos-tem-os-governos-que-merecem>>. Acesso em 20 jun. 2017.

⁴ NASCIDO dos Indignados do 15M, o partido espanhol de apenas três meses elegeu cinco deputados para o Parlamento Europeu. **Forum**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2014/05/28/podemos-da-indignacao-nas-ruas-da-espanha-para-o-parlamento-europeu/>. Acesso em 20 jun. 2017.

Para compreender essa nova maneira de luta após o advento tecnológico, organizada no ciberespaço, é necessário entender que não compreendemos o virtual como uma oposição ao real. O que acontece é que a internet é interativa, qualquer cidadã – desde que tenha acesso à rede mundial – pode opinar, comentar notícias, enviar imagens. Com isso, coletivos como o Mídia Ninja e o Papo Reto também podem informar os acontecimentos de pontos de vistas contra-hegemônicos. Se de um lado, são esses pontos de vistas que interessam a nossa pesquisa, por outro, fica evidente quão articulados são, no ciberespaço, os grupos conservadores, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem para Rua, que têm como maior bandeira o combate à corrupção e, como alvo, o Partido dos Trabalhadores (PT). Esses movimentos foram os principais articuladores da campanha pelo impedimento⁵ da presidenta Dilma Rousseff. Tanto as forças progressistas como as conservadoras disputam narrativas e se organizam no ciberespaço o tempo todo. Transpondo para outros campos de luta, tanto os machistas quanto as feministas disputam narrativas na internet.

As feministas e suas *hashtags* vêm ganhando relevância no ciberespaço. Alguns acontecimentos ganharam respostas imediatas na internet. Um deles foi o assédio masculino a uma menina de 12 anos, participante do conhecido programa de TV *MasterChef Júnior*, em 2015, que gerou a campanha *#primeiroassedio*. O outro, também em 2015, *#MulherescontraCunha*, ganhou as redes e as ruas em manifestações contra o Projeto de Lei (PL) 5069/2013, do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que dificultava o aborto legal autorizado em casos de estupro.

Os feminismos – e suas várias vertentes – com suas denúncias, seus chamamentos, *hashtags* e *memes* marcaram forte presença no ciberespaço ao denunciarem a maneira machista como a então presidenta foi retratada nas capas de revistas, piadas, *memes* e charges. Páginas no Facebook, como *A Mulher Negra e o Feminismo*; *Arquivos Feministas*; *Think Olga*; *Não Me Khalo* são importantes instrumentos de conscientização e denúncia contra o sexismo. Esse ativismo feminista gerou frutos também fora da internet, como o livro *#Meu Amigo Secreto*, lançado pelo coletivo de mulheres *Não Me Khalo* e o documentário *#EuVocêTodasNós*, que retrata o universo ciberfeminista.

Embora muitas militantes não se intitulem ciberfeministas, mas, sim, feministas radicais, liberais ou outras vertentes, o termo tem sido empregado no Brasil por profissionais do jornalismo e pesquisadores. Em outros Países, como nos Estados Unidos e Países de língua

⁵ Leia sobre essa disputa de narrativas nos dois impedimentos em *#Carta*, disponível em: <*#Carta*<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/novos-discursos-o-mesmo-golpismo-1>>. Disponível em 20 jun. 2017.

espanhola, o termo é bastante empregado; provavelmente no Brasil, a tendência é que seu uso seja crescente. Nas pesquisas sobre ciberfeminismo, encontramos um número considerável de matérias, dissertações e artigos sobre a temática, no país. A pesquisadora Graciela Natansohn, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, concentra as suas pesquisas na interseção entre a Comunicação e o Feminismo, lançando inclusive o livro *Internet em Código Feminino*, que aborda o ciberfeminismo. Outro livro, que no momento busca patrocinadores e pode sair em breve é *Ciberfeminismo: tecnologia e empoderamento*, com textos de várias autoras.

Os movimentos feministas apresentam especificidades e complexidades, nem sempre compreendidas por mulheres não militantes que entram no Facebook para postar uma foto, conversar ou assistir a vídeos, ou mesmo para as feministas que não se identificam com nenhuma dessas tendências. Apenas a título de ilustração, as feministas “radicais” – corrente que analisa os problemas sociais na perspectiva de grupo e não de indivíduos – buscam “acabar com a opressão enxergando o coletivo e nunca o individual”⁶. Assim, só aceitam a participação das “cis” (termo que se opõe a “trans”) ou de homens trans em seus espaços de discussões, ou seja, quem nasceu biologicamente mulher. Uma discussão importante neste sentido se encontra entre as feministas “radicais” e mulheres “trans”. Na visão das feministas radicais, só quem nasce mulher (“cis”) pode e deve discutir as problemáticas enfrentadas pelas mulheres, e não quem nasceu com genitália masculina, mas tem identidade de gênero feminina (“mulheres trans”). Procurar entender que as discussões entre feministas radicais e mulheres trans vão além das disputas de espaço e protagonismo pode auxiliar no entendimento dos diversos papéis que a mulher precisa cumprir – ou não – na sociedade e como ela constrói ou reconstrói sua identidade. Para isso, torna-se também relevante, saber quem é essa “mulher”, atualmente, e o que representa ser mulher num momento em que estão acirradas discussões sobre gênero e transexualidade.

Outra discussão que se fez presente nas redes sociais, em especial no Facebook – como evidenciado por todas as entrevistadas – foi a articulação das mulheres pela aprovação da chamada Lei das Doulas (Anexo 2). Essas mulheres – feministas, doulas e ativistas do parto humanizado – aproveitaram o ensejo como ferramenta educativa e explicaram os significados de doulas e parto humanizado para um público maior do que conseguiam atingir antes da visibilidade ganha por conta da luta contra a proibição da entrada de doulas nas maternidades do Rio de Janeiro. Segundo Duarte (s. d.), “A palavra *doula* vem do grego

⁶ Disponível em: <http://www.festivalmarginal.com.br/feminismo/o-que-e-feminismo-radical-a-pergunta-que-nao-quer-calar/> (Página não existe mais. Foi salva)

mulher que serve. Nos dias de hoje, aplica-se às mulheres que dão suporte físico e emocional a outras mulheres antes, durante e após o parto”. Este suporte pode ser através de informação, massagens ou apoio emocional. De acordo com a página Núcleo Carioca de Doulas, esse tipo de acompanhamento do parto apresenta vários benefícios comprovados cientificamente:

“Aumento de 8% no número de partos vaginais espontâneos, redução de 10% na necessidade de analgesia ou anestesia de qualquer tipo e de 7% no uso de analgesia ou anestesia regional (raquidiana ou peridural), redução de 31% no número de mulheres com sentimentos negativos sobre a experiência de parto, redução de 10% no número de partos com fórceps ou extrator a vácuo, redução de 21% no risco de cesárea, uma redução de 30% no número de bebês com Apgar baixo”⁷(HODNETT *et al.* apud TAKEMOTO, AMORIM, 2014)

No Rio de Janeiro, após a Resolução 266/2012 do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) – que é contrária à orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde sobre a importância do acompanhamento das doulas no parto –, várias mulheres começaram a discutir o papel das doulas no Facebook, através de seus perfis ou de comunidades sobre parto humanizado. Assim como outras iniciativas que nasceram no Facebook e tomaram as ruas, o movimento pró-doulas conseguiu pautar tanto a grande mídia quanto a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Essas ativistas visitaram cada gabinete para explicar aos parlamentares a importância das doulas no cuidado às gestantes e às parturientes e o impacto que isso tem na saúde da mulher por receber auxílio de alguém da sua confiança, gerando conforto e segurança. Todo esse movimento, iniciado nas redes sociais *online*, como observamos no chamamento de uma das lideranças, no Facebook (“É hooooooje! Vamos ocupar a Alerj! #VaiteDoulaSim”), culminou na aprovação da Lei 7.314/2016, a chamada Lei das Doulas.

Diante desse panorama complexo e multifacetado, cabe questionar a importância das redes sociais *online* na mobilização e visibilidade de diversas lutas feministas. Há evidências dessa importância no caso das doulas e do movimento que a presente pesquisa analisa. Essas ativistas aproveitaram a discussão da aprovação da lei que regulamentaria a permissão das doulas durante o trabalho do parto, com base no que as feministas desenvolveram sobre o parto humanizado, para resgatar o protagonismo da mulher no parto. De acordo com as oito

⁷ Fonte Nucleo carioca das doulas. Disponível em: <https://doulasrio.wordpress.com/2014/12/18/novasevidencias/>. Acesso em 20 jun. 2017.

lideranças do movimento pela entrada das doulas nas maternidades – para acompanhamento do trabalho de parto –, entrevistadas entre março e maio de 2017, toda a articulação que culminou com a aprovação da lei 7.314/2016 começou na internet, via Facebook. Neste ambiente, elas marcaram o Ocupa Alerj, que começou com visita das feministas e doulas aos gabinetes de parlamentares para explicar o significado da presença das doulas e a importância da aprovação de uma lei sobre esta prática. Assim, teve início todo o processo até a aprovação da lei 7.314, sancionada em maio de 2016. Sendo assim, a comunicação através de redes sociais *online* fortaleceu a articulação pela aprovação da lei, mas também a disseminação de informações sobre a concepção de parto humanizado, avançando na crítica ao poder médico (e à medicalização do parto) e no respeito à autonomia e ao direito da mulher sobre o seu corpo.

Quando o Cremerj, por meio da Resolução 266/2012, vetou a atuação das doulas, parteiras e obstetrizes em partos hospitalares, conseguiu, ao mesmo tempo, ir contra as diretrizes da OMS e do Ministério da Saúde quanto à posição de vários profissionais de saúde, gestantes e ativistas pelo parto humanizado:

A incorporação ativa de outros sujeitos, como enfermeiras obstetras, obstetrizes, educadores perinatais, psicólogos, e doulas, entre outros, na equipe assistencial deve ser promovida, proporcionando uma assistência integral, de acordo com as necessidades da mulher e de sua família. Dessa forma, as potencialidades de cada membro da equipe podem ser utilizadas plenamente, de acordo com suas capacidades técnica e legal, em benefício da mulher e da criança. (ANDRADE; LIMA, 2004, p.31)

Após a aprovação da lei, a articulação mediada pelas redes sociais continua permitindo a aproximação de outras doulas da Associação das Doulas do Estado do Rio de Janeiro (Adoulas RJ), a mobilização de encontros presenciais, a regulamentação da profissão, a discussão de temas como parto humanizado, violência obstétrica, e a consequente aproximação com as lutas feministas. A união entre ciberfeminismo e política tem colaborado na pressão tanto para colocar em pauta várias propostas dos feminismos como para resistir às frequentes investidas dos movimentos retrógrados, de retirada de direitos assegurados por leis. A ação contra o PL 5.069/13, o chamado PL do Cunha – além de dificultar a mulher vítima de estupro a recorrer a meios abortivos, criminaliza agentes públicos de saúde que forneçam ou indiquem substâncias abortivas –, teve início nas redes sociais com a *hashtag* “Pílula Fica, Cunha Sai”:

“Em resposta à decisão do presidente da Câmara, internautas criaram uma campanha contra a proposta, publicando fotos em que seguram um cartaz com a seguinte frase “Pílula fica, Cunha sai”. Um dia após a aprovação do projeto, um evento da ação no Facebook já tem cerca de 11 mil confirmados.” (Catraca Livre, 2015)

Após a criação de eventos na internet, milhares de mulheres, em vários estados, foram para a rua em protesto ao PL 5.069/2013 do Cunha, “Esse PL proíbe até a pílula do dia seguinte até para mulheres vítimas de violência sexual” (RUY, 2015, p.1). Essas manifestações, articuladas nas redes sociais, aconteceram assim que o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PL tramita pelas Comissões. O ciberfeminismo tem adotado pautas caras ao feminismo como a questão da legalização do aborto no Brasil, o combate à violência doméstica, a igualdade salarial ao exercer as mesmas funções dos homens, iguais oportunidades no mercado de trabalho, a representação da mulher na mídia e na história, e o controle do corpo feminino.

[...] se vislumbrou certo repúdio ao estilo setentista do feminismo por seu caráter antitecnológico que pensavam se tornara irrelevante para a atualidade das mulheres que hoje interagem com as novas tecnologias, sem dúvida, outras ciberfeministas mais críticas vislumbraram o perigo deste repúdio que joga fora – continua o relato – muitos dos ganhos históricos do movimento feminista provocando, além do mais, uma espécie de rápido alinhamento com os medos populares baseados em estereótipos e com conceitos errôneos sobre o feminismo. A chave está em como criar uma política feminista e uma trajetória ativista de acordo com novas condições culturais [...] (MIGUEL, BOIX, 2013, p.64)

O ciberfeminismo ganha visibilidade no momento em que o país sofre com efeitos de uma “onda conservadora”, segundo a análise de alguns artistas e intelectuais, como o filósofo Guilherme Boulos⁸. Vários estados brasileiros apontam uma tendência a esse movimento retrógrado, conservador, homofóbico, racista, machista. Só para citar algumas evidências: no Rio de Janeiro, em 2014, Jair Bolsonaro foi eleito deputado federal com maior número de votos e, em São Paulo, Celso Russomano foi o deputado federal mais votado do País. Esses dois parlamentares costumam propor e votar projetos que retiram direitos dos trabalhadores, que reduzem a maioria penal e são contra as principais bandeiras dos movimentos

⁸ Em seu artigo para o site da Folha de S. Paulo, intitulado Onda Conservadora, o filósofo e membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, exemplifica e analisa, entre outros casos, o do deputado mais votado no Rio Grande do Sul, Luis Carlos Heinze, em 2014, que teve vídeo gravado em audiência pública dizendo que “índios, gays e quilombolas não prestam”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/10/1529543-onda-conservadora.shtml>. Acesso em 20 jun. 2017.

feministas, como a legalização do aborto. Outro exemplo ocorreu, em 2014, quando “durante a tramitação no Congresso Nacional do PNE (Plano Nacional de Educação), que estabelece as diretrizes e metas da educação para os próximos dez anos, a questão de gênero foi retirada do texto”⁹ (MUNDIM, 2015). Parlamentares da chamada bancada evangélica estão se articulando para vetar, por exemplo, “iniciativas que tratavam de igualdade, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade nas escolas” nos Planos Municipais de Educação (MUNDIM, 2015).

Além das denúncias de casos como esses – proibição das doulas nas salas de parto ou a retirada do texto que trata sobre gênero no PNE – o papel do ciberfeminismo na construção da identidade das mulheres ou na conquista de direitos se relaciona também com as trocas de informações sobre saúde entre mulheres em redes na internet e com a consciência sobre sua condição social. Essa consciência e esse saber, aliados ao ativismo, podem gerar consequências para a formulação de políticas públicas, como no caso das doulas.

Nesse sentido, a preocupação desta pesquisadora na presente dissertação, que se traduz como objetivo geral, foi investigar a relação entre o ativismo na internet e nas ruas e suas consequências para a aprovação e implementação da Lei das Doulas, no Estado do Rio de Janeiro. Como objetivos específicos foram determinados: descrever as iniciativas na abordagem de temas relativos à humanização do parto nas ações e práticas das doulas do Rio de Janeiro e descrever o uso da internet como estratégia de mobilização, informação, denúncia, divulgação e articulação das feministas em relação à aprovação e à implementação da Lei das Doulas.

Esta dissertação situa-se na linha 2 Informação, Comunicação e Mediações em Saúde do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde e está organizada em seis capítulos, além desta introdução. O segundo faz uma contextualização do ativismo e ciberativismo em saúde, traçando um panorama das lutas sociais na saúde e nos feminismos. Tal capítulo ainda apresenta um breve histórico da criação da internet. O terceiro resgata a importância das mulheres na assistência ao parto, mostra a oposição dos médicos “regulares” ao trabalho das parteiras e contextualiza a participação das doulas. No quarto capítulo, abordamos a relação entre a militância na internet e na rua, sem opor real a virtual, considerando esses dois espaços como complementares. Além disso, tratamos de alguns movimentos que operam na Web: *Hackers*, Movimentos Sociais e Cultura de Resistência. No

⁹ Leia mais em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>>. Acess em 20 jun. 2017.

quinto capítulo são descritos métodos e procedimentos utilizados na pesquisa e, no sexto, são apresentados os resultados e discussões. Fecha esta dissertação o capítulo de considerações finais, seguido das referências utilizadas na realização da pesquisa.

2 ATIVISMO E CIBERATIVISMO EM SAÚDE

Neste capítulo, serão discutidos os movimentos sociais em saúde, com uma breve contextualização do ativismo antes da existência das redes sociais digitais. Neste caso, priorizamos o ativismo das mulheres nos três campos que se interligam nesse estudo: saúde, tecnologia e feminismos, mas, para isso, percebemos a necessidade da contextualização da atuação feminista e da criação da Internet. Também procuramos retratar a participação das mulheres na criação da internet.

No campo da saúde, as feministas tiveram participação relevante nas discussões dos direitos das mulheres para além dos sexuais e reprodutivos. Outro ponto importante neste momento foi a denúncia do feminismo negro sobre esterilização das mulheres negras. A atuação do feminismo negro nesses campos, tanto de gênero quanto da saúde, trouxe para a discussão um outro lugar de fala, o ponto de vista das oprimidas – em gênero, raça e às vezes em classe –, porque o feminismo que ganhou mais visibilidade nos estudos sobre a sociedade patriarcal era um feminismo praticado, em sua maior parte, por mulheres brancas, com ensino superior e de classe média. O ponto de vista de um grupo social mais reprimido estabeleceu um olhar novo sobre os feminismos e sobre a saúde. Com a maior entrada desses grupos na academia, teremos análises distintas das que existiam sobre várias questões, aliando um saber adquirido pela vivência em lugares que antes eram descritos por pessoas fora desse contexto ao conhecimento científico, como relatou *bell hooks*¹⁰, ao refletir sobre o seu lugar de origem, Kentucky, nos Estados Unidos, e como essa vivência colaborou com a sua maneira de pensar e olhar:

Ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos. (HOOKS, 1984, p.07 apud COLLINS, 2016, p.100).

Essas questões trazidas pelas mulheres negras para os feminismos e para o campo da saúde ajudaram a moldar o que se chama de feminismo negro. O racismo institucional, conceito cunhado pelos ativistas dos Panteras Negras, em 1967, veio enegrecer¹¹ a discussão

¹⁰ Gloria Jean Watkins é uma escritora e ativista norte-americana. *bell hooks* é uma homenagem à sua bisavó materna, escrito em letras minúsculas, porque para hooks as ideias são mais importantes que títulos e nomes. BLOG MAR DE HISTÓRIAS. Disponível em: ><https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>>. Acesso em 20 jun. 2017. Carta Capital, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/971/o-que-e-o-empoderamento-feminino>

¹¹ Enegrecer, termo utilizado pelo movimento negro para contrapor esclarecer. Para este movimento, palavras como esclarecer, denegrir revelam o racismo incrustado em nossa sociedade.

sobre saúde que se travava antes. Ativistas negras, como a médica Jurema Werneck, trouxeram para o centro do debate, nas décadas de 80 e 90, no Brasil, denúncias de esterilização em massa das mulheres negras, como componentes da política pública. Essas denúncias e outras arregimentaram várias militantes do movimento negro para o debate da saúde pública e privada no Brasil, em relação às mulheres negras:

No Brasil, a saúde pública é uma das áreas que exemplificam o racismo nas instituições. Episódios e práticas de controle da população negra brasileira são indicadores das desigualdades do País, com efeitos negativos até hoje, sobretudo no direito à maternidade para as mulheres negras.” (MARTINS, 2017)

Após ler algumas dezenas de livros sobre internet, redes sociais digitais, encontramos pouca referência às mulheres, nenhuma na origem da internet. No livro *Os Inovadores*, do escritor e jornalista norte-americano Walter Isaacson, há um capítulo sobre Ada Lovelace, considerada a primeira programadora da história. E na linha do tempo do citado livro, onde o autor mostra as descobertas tecnológicas, que provavelmente auxiliaram na invenção do computador pessoal e da internet, descobrimos Grace Hopper, que inventou o primeiro compilador – programa que traduz as instruções dos humanos para o código das máquinas

No Google, buscando pelas palavras mulheres e criação da internet, encontramos algumas histórias de inventoras na área tecnológica, como a da atriz Hedy Lamarr, que inventou a base para o Wi-Fi; mas, ligadas diretamente à criação da internet, encontramos uma página da Wikipédia chamada Pioneiras da Internet, que parece ter sido criada recentemente, porque no início da pesquisa este tema não apareceu. Nesta página, ficamos sabendo que Nicola Pellow trabalhou com Tim Berners-Lee no Projeto World Wide Web. Este sim, sempre apareceu em todos os livros sobre a história da revolução tecnológica atual. Como percebemos, as mulheres foram inviabilizadas também no construto dessa história tecnológica recente.

No caso das ciberfeministas, o material ainda é escasso no Brasil, porque muitas mulheres ainda não se percebem como ciberfeministas ou webativistas ou influenciadoras digitais. Mas mesmo sem autoproclamação, as mulheres são maioria nas redes sociais digitais. “No Brasil, 53% dos usuários de internet são mulheres e 47% são homens” (Ibope, 2015). De 2011 até 2017, aumentou não somente o número de mulheres mas a visibilidade que elas conseguiram nas redes e além destas, conseguindo interferir em casos de estupro,

assédio, comerciais de TV e até em implementação de lei, como iremos demonstrar neste capítulo e nos outros.

2.1 Movimentos Sociais e Saúde: contextualizando

Para examinar como se estrutura a cibermilitância nos anos 2000 e como esta se articula com o ativismo nas ruas, é necessário recuperar alguns antecedentes. No contexto deste trabalho, optaremos por destacar dois movimentos sociais relevantes no campo da saúde: a Reforma Sanitária e o Movimento Feminista com ênfase na Saúde da Mulher. Como disse Jandira Feghali, “há décadas esses dois movimentos de grande visibilidade – o de Reforma Sanitária e o feminista - se entrecruzam”¹². O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), criado em 1983, incorporou tanto “o ideário feminista para a atenção à saúde integral” quanto os “princípios norteadores da Reforma Sanitária, a ideia de descentralização, hierarquização, regionalização, equidade na atenção, bem como de participação social”¹³. Neste contexto, há de se ressaltar que os dois movimentos eram formados majoritariamente por pessoas brancas, da classe média e nível superior e que as mulheres negras estavam “sendo vítimas de esterilização cirúrgica em massa durante a década de 1980 com o objetivo de controlar a natalidade desse grupo populacional” (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012, p.133). Vale ressaltar também que, no âmbito desse movimento feminista, estava se consolidando o feminismo negro no Brasil, trazendo outras espirais discursivas para a luta de emancipação da mulher, como as questões de raça e classe.

Embora o ideário que permeava o pensamento sobre saúde para mulher no Brasil se baseasse na reprodução, os movimentos feministas – aqui, no plural, destacando a contribuição do feminismo negro e a diferença entre o incipiente movimento feminista realizado por mulheres brancas da classe média com alta escolaridade e os movimentos feministas que virão depois com a entrada na discussão das mulheres negras, lésbicas e da periferia – e de Reforma Sanitária tiveram um papel importante na resistência aos programas de controle demográfico no país. Anteriormente, a saúde da mulher não era pensada para além do útero. Esta concepção de saúde reduzida à saúde reprodutiva para a mulher só será ampliada na década de 1980, com a entrada das feministas nos partidos políticos da oposição, nas organizações não governamentais (ONGS) e nas agências internacionais (PITANGUY, 1999).

2.2 Reforma Sanitária, comunicação e participação

¹² Feghali, Jandira. **Sus, uma bandeira feminista**. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/artigos-resenhas/conteudo.asp?cod=3010>>. Acesso em 20 jun. 2017.

¹³ MAIS sobre Saúde da Mulher. Disponível em :<<http://u.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/saude-da-mulher/leia-mais-saude-da-mulher>>. Acesso em 20 jun. 2017.

Mesmo tendo ciência das discussões acerca do movimento de Reforma Sanitária durante a primeira República (1889-1930), optou-se por contar essa história a partir do chamado “sanitarismo desenvolvimentista”, que defende a ideia de que “o desenvolvimento socioeconômico é um pré-requisito para a melhoria da saúde” (LIMA; FONSECA; HOCHMAN, 2005, p. 49). No início da década de 1960, essa nova concepção do sanitário radicalizará a importância das políticas públicas de saúde, indo para além do combate às doenças, mas também presentes nas lutas para a eliminação da pobreza (LIMA; FONSECA; HOCHMAN, 2005). Mesmo “atuando sob forte pressão do regime autoritário, o movimento sanitário caracterizou-se, gradualmente, como uma força política construída a partir da articulação de uma série de propostas contestatórias ao regime” (ESCOREL; NASCIMENTO; EDLER, 2005). Associado à gênese das propostas e implementação da Reforma Sanitária Brasileira, o chamado movimento sanitário se engendrou na convergência de vários movimentos políticos e populares, em um momento profícuo de reivindicações em todo o Brasil. Neste momento histórico, destacam-se a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, contando com diferentes atores sociais e com propostas que subsidiaram a elaboração do artigo “Da Saúde” da Constituição Federal promulgada em 1988 e do atual Sistema Único de Saúde (SUS).

O aprofundamento de temas, como Determinantes Sociais da Saúde (DSS), o entendimento da saúde como um direito fundamental das populações e o seu conceito ampliado são importantes contribuições do Movimento da Reforma Sanitária, mostrando que essa discussão deve ser além do setor saúde, como explica o sanitarista Sergio Arouca:

O movimento da Reforma Sanitária cria uma outra alternativa, que se abria para uma análise de esquerda marxista da saúde, na qual se rediscute o conceito saúde/doença e o processo de trabalho, em vez de se tratar apenas da relação médico/paciente. Discute-se a determinação social da doença e se introduz a noção de estrutura de sistema. (AROUCA, em entrevista à Radis 2002)

Ao longo das últimas décadas, observa-se um avanço nos estudos e nas intervenções sobre DSS no Brasil, principalmente após a criação da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), em 13 de março de 2006, através de Decreto Presidencial, superando uma visão simplista e unicausal do processo saúde-doença. Percebeu-se, assim, a relação intrínseca entre condições socioeconômicas e o processo saúde-doença da população: “o nível de riqueza determina a possibilidade de consumo ou a privação de bens materiais

essenciais para a promoção, manutenção ou recuperação da saúde e também o acesso e a utilização de serviços de saúde” (BARATA, 2001, p.141). A pobreza aqui é entendida não somente como “falta de acesso a bens materiais, mas também como falta de oportunidades, de opções e de voz frente às instituições do Estado e à sociedade” (BUSS, PELLEGRINI FILHO, 2006, p. 2005). Além do acesso aos serviços de saúde, também deve ser levado em conta o acesso às informações e aos conhecimentos produzidos, questões ainda a serem resolvidas, apesar do esforço de algumas instituições na promoção da divulgação científica em revistas impressas e nas redes sociais on-line. Diante disso, vale observar que boas invenções na área de saúde e na política ainda estão afastadas da maioria da população, que ou as desconhece ou não as coloca em prática, como é o caso do alto número de abandono do tratamento da tuberculose em Manguinhos. Estreitar o relacionamento entre usuário e profissionais de saúde é outra questão a ser resolvida, mudando a visão de que o paciente é apenas um mero depositário de informações e “que possui conhecimento inadequado sobre a ciência, enquanto que os cientistas possuem todo o conhecimento necessário para entender a real complexidade da sociedade, e suas demandas” (GUIMARÃES, 2015, p.72).

De acordo com a OMS, o empoderamento tanto individual quanto comunitário é um mecanismo fundamental para melhoria da saúde, redução das desigualdades nesta área e desenvolvimento da população. Atualmente a OMS e o Banco Mundial definem a participação da comunidade como central para estratégias de promoção da saúde (POPAY, 2006). Em Manguinhos, há várias pesquisas bem-sucedidas da Fiocruz que contam com a participação de moradores – lideranças ou não – como bolsistas e participantes ativos da pesquisa. Há neste território, uma rede de relações e de dispositivos comunicacionais que podem ser utilizados pelos pesquisadores desta Fundação como facilitadores da comunicação e informação. E mais que isso: podem servir de estímulo para que esses moradores participem da promoção da saúde e se engajem nas lutas por melhorias no SUS. A partir desses diálogos entre profissionais de saúde e moradores, pode se pensar em estudos e reflexões que possibilitem a implementação de políticas e programas que contribuam com o desenvolvimento social e da saúde pública.

2.3 Culturas das Redes sociais na Internet

Segundo Castells (2003), a Internet teria sido criada a partir da disputa tecnológica entre Estados Unidos e União Soviética, na Guerra Fria. Com o lançamento do Sputnik, em 1957, a atual Rússia ganhou a corrida espacial, à época, enviando o primeiro satélite artificial da Terra. Incomodado com a destreza do seu adversário, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos formou a Defense Advanced Research Projects Agency (ARPA), em 1958, tendo como “objetivo alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética” (CASTELLS, 2003, p.13).

Para entender o significado deste incômodo no governo dos Estados Unidos, há de se compreender o contexto existente naquele momento que se seguiu ao fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945), denominado Guerra Fria, em que duas superpotências disputavam a sua excelência em várias áreas – cinema, esporte, tecnologia etc. –, como analisou o historiador Dilton Maynard: “Não bastasse a humilhação infligida aos EUA pelos russos ao colocarem o primeiro satélite em órbita, os russos enviaram também o primeiro cosmonauta, um certo Yuri Gagarin, ao espaço” (MAYNARD, 2011, p. 2).

Embora o computador tenha sido inventado na década de 1940, eram enormes, caros e não tinham comunicação em rede. O advento da Internet é que trará ao mundo todas essas possibilidades de informação, comunicação, interação e colaboração em uma velocidade jamais vista. A Internet vai ser fruto de várias culturas, como a empresarial, acadêmica, militar, *hackers*¹⁴ como escreveu tanto Castells (2003) quanto Lévy (1997), o que proporcionou o encontro de pensamentos, costumes e prática de pesquisa tão diferentes. Outro ponto importante foi a “habilidade do Departamento de Defesa em comandar e destinar amplos recursos econômicos e técnicos para a pesquisa em computação durante a Guerra Fria. Isto também foi crucial para o desenvolvimento da Internet” (VAZ, 2001, p.82).

A Arpanet, que nasceu como um programa em um dos departamentos da ARPA – o Information Processing Techniques Office (IPTO), fundado em 1962 –, teve a sua montagem justificada como uma maneira de permitir aos vários centros de computadores e grupos de pesquisa que trabalhavam para a agência compartilhar informações on-line (CASTELLS, 2003, p.14). Outro passo importante foi possibilitar a conexão da Arpanet com outras redes de computadores, como a Packet Radio Network (PRNET) e a Atlantic Packet Satellite Network

¹⁴Para Eric Steven Raymond, um famoso hacker, escritor e defensor de software de código aberto: “Hackers são programadores extraordinários, antiautoritários e que, por isso, contribuem ou trabalham com software livre e de código aberto -- e não apenas na segurança destes”. **G1**, Entenda o que faz um hacker e a polêmica em torno desta palavra, Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL943271-6174,00-ENTENDA+O+QUE+FAZ+UM+HACKER+E+A+POLEMICA+EM+TORNO+DESTA+PALAVRA.html>>. Acesso em 20 jun. 2017.

(SATNET), administradas pela Arpa. Isto colaborou com o surgimento de um novo conceito: a rede de redes. Mas para se comunicarem umas com as outras, estas precisavam ter protocolos de comunicação padronizados. Um grupo que trabalhava na Universidade do Sul da Califórnia dividiu o protocolo de controle de transmissão (TCP) em duas partes e acrescentou o protocolo intrarrede (IP). Nasceu, em 1978, o protocolo TCP/IP, ainda usado e instalado até o momento em todos os sistemas operacionais como Unix, Linux, Mac OS, Microsoft Windows (CASTELLS, 2003, p.14).

Em 1983, a Arpanet dedicou-se à pesquisa e tornou-se a Arpa- Internet. Em 1990, após libertar a Internet de seu ambiente militar, o governo dos EUA entregou a administração da Net à National Science Foundation (NSF). Mas com as telecomunicações plenamente desreguladas, a NSF encaminhou a privatização da Internet. “Em 1995, a NSFNET foi extinta, abrindo caminho para a operação privada da Internet” (CASTELLS, 2003, p.15). Com a invenção do sistema de hipertexto world wide web (www) – a rede mundial – construído por Tim Berners-Lee em colaboração com Robert Cailliau, este programa navegador/editor, criado em 1990, abriu as portas para criação de outros navegadores a partir das versões modificadas da www, como o Mosaic, o Navigator, e o Internet Explorer da Microsoft (CASTELLS, 2003, pp. 18-19).

Dos enormes computadores, “dos anos 50, reservados aos cálculos científicos e estatísticos” (LÉVY, 2000, p.25) às “máquinas pessoais dos anos 80, que podem ser adquiridas e manipuladas” por pessoas sem nenhuma formação científica ou técnica, para escrever, desenhar, fazer música, filmes (LÉVY, 2000, p.25) há uma espiral de invenções e inventores que foram criando quase sempre a partir de algo que já existia. Se verificarmos, por exemplo, o caso de Babbage¹⁵, que inventou a máquina diferencial e a analítica, inspirado na máquina de tear automática inventada pelo francês Joseph-Marie Jacquard, ou o de Ada Lovelace¹⁶, que “apimentou” a máquina analítica de Babbage, transformando uma máquina de calcular em uma “máquina de propósito geral, que pudesse ser programada e reprogramada para desempenhar uma gama ilimitada e mutável de tarefas” (ISAACSON, 2014, p.37), acompanharemos as modificações, nem sempre de forma linear, até a descoberta da Internet. Mas não é esse o intuito aqui. Neste trabalho, pretendemos apresentar um breve panorama do histórico da criação da Internet para auxiliar no entendimento das disputas de narrativas que

¹⁵ Charles Babbage (1791-1871) foi um britânico conhecido por seus saraus – frequentado por acadêmicos, poetas, atores, políticos etc. – e suas invenções. Era matemático, cientista, inventor. (ISAACSON, 2014).

¹⁶ Ada Lovelace (1815-1852) filha do poeta Lord Byron e de Annabella Milbanke, que vinha de uma família rica e era amante da matemática. Ada é considerada a primeira programada da história. (ISAACSON, 2014).

acontecem, na Rede Mundial, especialmente no Facebook, terceiro site mais visitado no Brasil, em 2015¹⁷.

No século XXI, a Internet – com suas características principais, como o potencial de descentralização e colaboração – vai ganhar proporção notável no mundo. Mas pode também trazer exclusão digital, principalmente daquele que já está excluído economicamente, como analisou o professor Eugênio Trivinho, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS/PUC-SP):

Não basta apenas ter acesso ao computador e saber informática. O ser humano precisa acompanhar constantemente as atualizações tecnológicas impostas pela indústria em uma incessante corrida para garantir sua permanência no ciberespaço. (TRIVINHO, 2009)

Para Trivinho (2009), o ser humano está condenado à exclusão digital, porque além de precisar “incorporar esses conhecimentos para ter um lugar ao sol na cibercultura, e não só no mercado de trabalho”, precisará de condições econômicas para viver essa necessidade constante de troca e atualização de aparelhos eletrônicos. Já Castells (2003) e Lévy (1997) dispõem de uma visão mais otimista sobre o usuário da internet. Segundo Castells (2003), a Rede foi modelada pelo uso à medida que usuários tornaram-se produtores de tecnologia. “A internet é, acima de tudo, uma criação cultural” (CASTELLS, 2003, p.32). Tanto para Castells (2003) quanto para Lévy (1997) esses usuários e sua cultura – cibercultura – fizeram crescer a internet. “A internet é um dos mais fantásticos exemplos de construção cooperativa internacional, expressão técnica de um movimento que partiu de baixo” (LÉVY, 1997, p. 131). A contracultura dos anos 70 – especialmente os *hackers* – tem parte significativa na criação da Internet e de uma cibercultura.

A contracultura tem grande participação na formação da cibercultura porque ela está na origem da construção da própria internet. O movimento social inspirado pela contracultura, que pregava distribuir o poder e emancipar as pessoas pelo acesso às informações, tem nos *hackers* a sua principal representação (SILVEIRA, 2010, p.34)

Segundo Lévy (1997), no início dos anos 90, a quantidade de computadores ligados à Rede Mundial cresceu de forma exponencial, “como aconteceu com a invenção do computador pessoal, uma corrente cultural espontânea e imprevisível impôs um novo curso ao

¹⁷ Segundo dados do Alexa, site que mede o tráfego mundial da Internet, o Facebook é o terceiro site mais visitado no Brasil (dados de 2015). O primeiro lugar é Google.com.br e o segundo Google.com. Disponível em: <<http://curiosando.com.br/mais-visitados-mundo/>>. Acesso em 20 jun. 2017.

desenvolvimento técnico-econômico” (LÉVY, 1997, p.35). A comunicação mediada por computador (CMC) fez emergir um militante de novo tipo, ao menos no que diz respeito às formas de operar a informação e a comunicação. A notícia pode ser compartilhada e comentada. Há *memes*, *emojis*, *gifs* e vídeo *mashup* que podem ajudar até a decidir uma eleição. Atualmente temos os aparelhos móveis, o que pode ter contribuído para aumentar o número de ativismo virtual, como aconteceu na campanha presidencial de Barak Obama, que “contou com um aliado poderoso: seu *smarthphone*” (GUEDES, 2013, p.3). Em 2008, na campanha presidencial entre os candidatos Barack Obama e John McCain, o vídeo *mashup* “Yes, We Can”, híbrido de uma canção com personalidades e o discurso de Obama, tornou-se um *hit* no YouTube. “Durante essa campanha, protagonizou-se um dos maiores índices de comparecimento de todos os tempos nas eleições americanas” (RECUERO, 2009, p.16). Segundo Lemos (2005), essa era da conectividade é a era da mobilidade. E isso tudo está trazendo mudanças na nossa forma de organização societária, como “transformações nas práticas sociais, na vivência do espaço urbano e na forma de produzir e consumir informação” (LE MOS, 2005, p.2). Se antes íamos à rede, atualmente a levamos para qualquer lugar, dentro do bolso ou da bolsa.

2.4 A emergência da Cibercultura: consequências para o ativismo

Para Castells (2003), a Internet apresenta uma peculiaridade significativa. Apesar de ser oriunda de uma motivação militar, agregou culturas tão díspares quanto a universitária, a *hacker* e a empresarial. No fazer, esses indivíduos moldaram o meio, neste caso a internet e a cibercultura. O neologismo "cibercultura" é definido pelo sociólogo Pierre Lévy (1997, p.17) como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. O autor usa o termo ciberespaço, que chama também de “arede”, para designar “o novo meio de comunicação que emerge da interligação mundial dos computadores” (LÉVY, 2000, p.17). Entretanto, a palavra “ciberespaço” foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance Neuromancer (LÉVY, 2000, p.95), que retrata parte da contracultura através da história do *hacker* Case. O livro serviu de inspiração para os irmãos Wachowski criarem Matrix, o filme que conquistou uma geração e se transportou para diversas plataformas, linguagens e produtos como *games*, histórias em quadrinho (HQ), animação, bonecos ou

figuras de ação. Enfim, desaguou em diversas narrativas, em narrativas transmídias¹⁸. Os autores de ficção científica (FC) às vezes funcionam como uma combinação de profetas e cientistas sociais, adiantando invenções ou as inspirando:

Na década de 80, as simulações de computador, a rede Arpanet e as janelas de hipertexto já existiam como fenômenos separados, mas só a partir da obra de ficção científica *Neuromancer*, de William Gibson, publicada em 1984, foram constituídas como um espaço de interação informacional. Foi preciso um escritor de ficção científica para dar unidade, nome e sentido às tecnologias nascentes.” (GOMES, LONDERO, NASCIMENTO, 2009, p. 113)

Esse imaginário da contracultura irá permear e modificar a internet, embora as quatro culturas tivessem a sua importância. Tanto Lévy quanto Castells analisaram a união das quatro culturas citadas como um dos pontos principais para o desenvolvimento da internet. Talvez sem essa dinâmica criada por culturas tão díspares no seu modo de vivenciar o cotidiano, a internet não passasse de uma máquina de combate criada por militares, “por si mesmos, a partir de sua cultura específica jamais poderiam ter criado um mundo baseado na interconexão e na comunicação” (CASTELLS, 2003, p.52). Cada área trará seu modo de agir e pensar o mundo, e a internet será o ponto de intersecção dessas quatro dimensões. O sociólogo Manuel Castells faz uma divisão um pouco diferente dessas quatro dimensões, que chamará de camadas, talvez pelo fato de a cultura militar ter sido apenas uma alavanca que influenciou o processo. São estas: cultura tecnomeritocrática, cultura *hacker*, cultura comunitária virtual e cultura empresarial.

A cultura tecnomeritocrática ou tecnoelites – outro termo utilizado por Castells (2003) – é aquela enraizada na academia e na ciência, na “crença no bem inerente ao desenvolvimento científico e tecnológico como um elemento decisivo no progresso da humanidade” (CASTELLS, 2003, p.36). Então, a cultura da internet traz como características da tradição acadêmica no exercício da ciência “a reputação por excelência acadêmica, o exame dos pares e a abertura com relação a todos os achados de pesquisa, com o devido crédito aos autores de cada descoberta” (CASTELLS, 2003, p. 37).

Para Castells (2003), a cultura *hacker* desempenha um papel central na construção da internet por duas razões: por ser o ambiente fomentador de inovações tecnológicas capitais por intermédio da cooperação e da comunicação livre e por fazer “a ponte entre o

¹⁸ “A noção de produção de narrativas “transmídia”, “multi-plataforma” ou “contação de histórias expandida” foi mencionada há uma década pelo norte-americano Henry Jenkins (2003), professor de Literatura e Comunicação. (ANDREOLI, G., s.d.)

conhecimento originado na cultura tecnomeritocrática e os subprodutos empresariais que difundem a Internet na sociedade em geral” (CASTELLS, 2003, pp. 37-38). Embora haja muita polêmica em torno dos *hackers*, eles geralmente são programadores que interagem e colaboram com inovações criativas. “Em geral, na matriz do pensamento *hacker* está enraizada a ideia de que as informações, inclusive o conhecimento, não devem ser propriedade de ninguém, e, mesmo se forem, a cópia de informações não agride ninguém dada a natureza intangível dos dados” (SILVEIRA, 2014, p.34).

Segundo Castells (2003), a cultura comunitária virtual também trouxe várias características para o desenvolvimento da internet, entre elas o de seus criadores serem programadores/usuários; iam melhorando seu próprio instrumento de trabalho e de interação. “Assim, enquanto a cultura *hacker* forneceu os fundamentos tecnológicos da Internet, a cultura comunitária moldou suas formas sociais, processos e usos” (CASTELLS, 2003, p.47). Embora a difusão da Internet para sociedade em geral se devesse à visão criativa de alguns empresários, eles não participaram da sua criação em termos tecnológicos. Para Castells (2003), Bill Gates e a Microsoft sintetizaram a cultura empresarial, mas deixaram escapar sua participação no processo inicial da rede das redes. “Gates pôs o ganho de dinheiro antes da inovação tecnológica” (CASTELLS, 2003, p. 35). Segundo Castell (2003), os empresários da Internet são capitalistas de risco porque apostam em inovações – e consequentemente esperam ganhos de capital – que, muitas das vezes, ainda estão em processo de criação. “Estes precisam dos criadores para ter sucesso como capitalistas, de modo a poder negociar no mundo financeiro mais amplo, como guardiões das fontes da nova criação de riqueza. Muitas vezes eles se odeiam” (CASTELLS, 2003, p.51). Então, para Castells (2003), a cultura da internet vem da articulação dessas quatro camadas da cultura. Juntas, irão inventar novas formas de vida social, de comunicação e de colaboração. Cada área trouxe a sua expertise, o que resultou, segundo Castells (2003), em:

Uma cultura feita de uma crença tecnocrática no progresso dos seres humanos através da tecnologia, levado a cabo por comunidades de *hackers* que prosperam na criatividade tecnológica livre e aberta, incrustada em redes virtuais que pretendem reinventar a sociedade, e materializada por empresários movidos a dinheiro nas engrenagens da nova economia (CASTELLS, 2003, p.53)

Talvez por conta do seu caráter híbrido, essa cultura de formação da internet abarca ao mesmo tempo inclusão e exclusão, controle, mas também uma certa autonomia, quando, por exemplo, o internauta pode criar, compartilhar, comentar, fazer campanhas políticas e

denúncias. Para Malini e Antoun (2013), esse ciberativismo vai alargar “o espaço público midiático, porque consegue *hackear* a atenção de narrativas que antes se concentravam no circuitão da mídia” (MALINI; ANTOUN, 2013, p.24). Toda essa discussão é cara ao presente trabalho, pois mesmo que existam filtros, algoritmos, bolhas, a internet consegue ser mais democrática que os outros meios de difusão por utilizar uma comunicação de muitos para muitos. Segundo Recuero (2000), é o meio de comunicação mais completo já concebido pela tecnologia humana porque:

O primeiro meio a conjugar duas características dos meios anteriores: a interatividade e a massividade. O primeiro meio a ser, ao mesmo tempo, com o alcance da televisão, mas com a possibilidade de que todos sejam, ao mesmo tempo, emissores e receptores da mensagem. (RECUERO, 2000, p.1)

Por outro lado, é pertinente caminhar com cuidado por essa seara. A televisão ainda atinge um número significativo de pessoas, e é mais acessível não somente na questão econômica, mas também na manipulação do aparelho. Não se fará uma comunicação de muitos para muitos só por possuir um *smartphone* caro; o ser humano “precisa incorporar esses conhecimentos para ter um lugar ao sol na cibercultura” (TRIVINHO, 2009, p.1).

2.5 Ciberativismo: anarquistas, feministas, fascistas

Com a capilarização e consequente popularização da internet, surge o ciberativismo e a potencialidade de se fazer uma comunicação mais horizontal e multidirecional. Diante dessas mudanças, pode estar em voga um militante mais anarquista, que rejeita as tradicionais formas de se fazer política, hierarquizadas e burocratizadas: partidária, sindical, movimentos sociais. Ao considerar as diversas leituras das revoltas como Primavera Árabe, 15M na Espanha e Occupy Wall Street, que impulsionaram diversos movimentos pela “blogosfera” e pelo mundo off-line, alguns intelectuais e ativistas como Micah White¹⁹ tendem achar que esse militante de novo tipo, que rompe com modelos tradicionais do fazer político, é a marca do ciberativismo e ativismo da segunda década do século XXI. Castells (2013), em seu livro “Redes de Indignação e Esperança”, observou esses movimentos de uma maneira demasiadamente positiva, talvez por ter concluído a maior parte do livro em 2012, antes de ter visto as quedas desses movimentos citados e quatro anos antes de 2016, ano marcado por vários retrocessos políticos, econômicos e sociais, em várias partes do mundo, como a eleição

¹⁹ Ver entrevista de Micah White concedida a Marcelo Pellegrini, na revista Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-esta-em-crise-porque-o-dinheiro-controla-governos-7013.html>>. Acesso em 20 jun. 2017.

do bilionário Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), fato que não foi previsto por nenhum grande instituto de pesquisa. Trump ganhou as eleições justamente com o discurso “de alguém de fora da política” e com propostas dentro do campo denominado extrema-direita que, por exemplo, defende práticas de tortura para ampliar o poder militar dos EUA na política externa e a expulsão de imigrantes ilegais²⁰. Mas na análise de Mangabeira Unger, não foi um absurdo Trump ganhar as eleições. Unger, professor da Universidade de Harvard, comparou os governos de Lula e Obama: “A tragédia dos dois é negar instrumentos e oportunidades à maioria, que é cheia de energia, mas sem condições de transformá-la em ação fecunda”²¹. Dentro desse contexto, é necessário reafirmar que uma das propostas de Trump era ampliar o número de empregos.

O discurso de Trump, enquanto “um indivíduo novo na política” e capaz de trazer mudanças, pode ter encontrado motivação em um público que apoiou o sentimento de um “movimento que se situa fora da política institucional” (CASTELLS, 2013, p.155) e movimentos como o Occupy, em sua maior parte. De acordo com pesquisa Pew Institute, “44% apoiavam o movimento, enquanto 39% se opunham a ele. Além disso, 48% concordavam com as preocupações expressas pelo Occupy Wall Street” (CASTELLS, 2013, p. 155). . Esse mesmo sentimento foi majoritário nos movimentos sociais que tomaram a rua em 2013, no Brasil, onde foram registrados vários conflitos entre os filiados em partidos e os chamados “independentes”. Castells (2013) parece achar essas atitudes positivas:

Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda a organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões.

(CASTELLS, 2013, p.13)

Esse movimento de rejeição às instituições e às representações políticas como vimos na análise de Castells não acontece no movimento pró-doulas. Ao contrário, elas dialogaram todo tempo com deputados estaduais para implementação da Lei 7314, a Lei das Doulas. Mas também se fizeram presentes nas redes sociais on-line, em especial no *Facebook*, com a articulação das mulheres pela aprovação da Lei das Doulas. Neste espaço que eram combinadas reuniões do movimento, ocupações na Alerj e até a votação da Lei.

²⁰ Disponível em: < <http://eesp.fgv.br/noticias/o-efeito-trump-para-os-imigrantes-mexicanos-e-brasileiros>>. Acesso em 20 jun. 2017.

²¹ Ler Mangabeira Unger. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/ver-a-vitoria-de-trump-como-retrocesso-e-absurdo-diz-mangabeira-unger/>>. Acesso em 20 jun. 2017.

Dito isso, nós analisamos que ainda é cedo para marcas e carimbos quando se observa, no ciberespaço, gente de todo tipo, presente também no mundo não-virtual²²: partidária, anarquista, sindicalista, fascista, homofóbica, etc. Castells e outros pensadores acreditam que está nascendo um novo militante, que não acredita nas estruturas institucionais para fazer política:

O segundo traço que caracteriza os movimentos sociais na sociedade em rede é que eles têm de preencher o vazio deixado pela crise das organizações verticalmente integradas, herdadas da Era Industrial. Os partidos políticos de massa, quando e onde ainda existem, são conchas vazias, mal ativadas com máquinas eleitorais a intervalos regulares. Os sindicatos só sobrevivem abandonando suas formas tradicionais de organização. (CASTELLS, 2003, p.116)

Diferentemente de Castells, o sociólogo Jessé Souza, em seu livro *A Radiografia do Golpe*, traçou um panorama desse militante, que rejeita partidos, sindicatos e a institucionalidade, não como um novo ativista ou alguém que traga um frescor para a militância política, mas o reverso disso. Para Souza (2016), foi a primeira vez, nos anos recentes, que a direita ganhou voz e passou a se expressar sem pudores. A direita saiu do armário, como dizem; tanto nas ruas quanto nas redes passou a atacar, sem medo ou vergonha, as conquistas sociais, as mulheres, os pobres, nordestinos, negros e tudo o que grande parcela da direita, da classe média e formadora de opinião sempre teve horror.

As críticas ao ‘populismo petista’ e aos seus programas de governo deixaram de soar, de uma hora para outra, como reclamação ilegítima de fração privilegiada. Ao contrário, elas adquiriram a fachada de engajamento político e democrático contra o ‘mundo sujo’ da política [...] estava criada a suposta base social do golpe. Uma fração descontente com a política por conta das seguidas derrotas eleitorais de seus representantes se descobria de uma hora para outra como portadora do bem, da nacionalidade e da moralidade pública. (SOUZA, 2016).

O bombardeio que essa fração, classe média, fez nas redes sociais digitais – além da grande mídia – conseguiu convencer uma parte da classe trabalhadora, pertencente ao estrato social com menor poder aquisitivo. Facebook, grupos de *whatsapp*, sites fizeram chover *fake news* e piadas, *memes* e tudo que fosse necessário fazer para desmoralizar o PT e a presidenta em exercício, na época.

Por outro lado, percebemos o ciberespaço como potente ampliador de discursos e narrativas que ganham visibilidade. Um exemplo disso ocorreu após o assassinato de Eduardo

²² Preferimos não utilizar a palavra real em oposição ao virtual. Recomendamos a leitura dos livros homônimos: de Pierre Lévy, *O que é Virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996. E de Alexander Weinberg, *O que é o virtual?* São Paulo: Daimon, 2009.

de Jesus, de 10 anos, no Morro do Alemão, em 2015, quando o Coletivo Papo Reto, grupo de comunicação independente, chegou ao local antes do Estado e dos grupos de mídias hegemônicas. “Esses relatos ganharam o mundo e foram utilizados como forma de pressão. Pela primeira vez em anos, no Complexo do Alemão, aconteceu a perícia de um assassinato” (PERES, 2016, pp.30-31). Outro episódio de visibilidade se dá quando grupos midialivristas e ativistas conseguem disputar narrativas com as mídias tradicionais e muitas vezes pautá-las, como diante do estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos, no Morro da Barão, Praça Seca, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O caso, que ganhou repercussão após a postagem de um vídeo nas redes sociais, só ganhou espaço na mídia tradicional com a pressão dos internautas, especialmente das feministas, que levaram a mobilização também para as ruas²³.

Os usos da Comunicação Mediada por Computador (CMC) podem ser construtivos e agregadores, mas também violentos e intolerantes. A galáxia da Internet é, segundo Castells (2013), um terreno disputado. Pode-se vigiar, punir ou encontrar novas formas colaborativas de interfaces. Entre os “ciberotimistas”, que concebem a internet como ferramenta para ampliar a discussão e participação políticas, e os “ciberpessimistas”, que a compreendem como um espaço de fragmentação e de maior isolamento dos indivíduos, adotamos uma atitude interessada em identificar quais estratégias desaguam em ações concretas para desenvolvimento e implementação de políticas públicas²⁴. Descrever e mapear essas estratégias talvez seja outra maneira de olhar o que essas experiências realmente trazem de novidade. Cabe, nesta presente pesquisa, traçar um breve panorama da atuação dos feminismos na internet e perceber como se entrelaçam ativismo e ciberativismo, com destaque para atuação das doulas.

2.6. Feminismos e Saúde

Para entender esse complexo e multifacetado campo feminista, faz-se necessário que se tenha ao menos noção da existência de vários feminismos e de suas diferenças essenciais, embora tenham muitos pontos de interseção. Também é importante conhecer a luta das mulheres ao longo da história e as bifurcações nos movimentos feministas. Os embates das

²³ Matéria do Extra após mobilização nas redes sociais online. MULHERES fazem protesto contra estupro em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/mulheres-fazem-protesto-contr-a-estupro-em-santa-cruz-na-zona-oeste-do-rio-19443936.html#ixzz4IHrXRtHI>>. Acesso em 20 jun. 2017.

²⁴ Para entender mais, leia alguns pessimistas (Jean Baudrillard, Paul Virilio, Eugenio Trivinho) e otimistas (Pierre Lévy, Manuel Castells).

mulheres não aconteceram somente nas décadas de 1960 e 70, assim como as dos negros e de vários oprimidos sempre existiram, ainda que tenham sido invisibilizadas ou ocorrido aqui e acolá, sem uma força coletiva. Acontecendo de forma comunitária ou individual, as diversas formas de lutas que nos antecederam não podem ser desconsideradas:

Das índias que lutaram contra a violência dos colonizadores; das negras que se rebelaram contra a escravidão; e das brancas que romperam com as limitações que lhes confinava ao mundo privado, para conquistar direitos de cidadania e ter voz no mundo público (SCHUMAHER, 2000)

Após tanto esquecimento e negação da sua participação em vários acontecimentos políticos, científicos, sociais, o movimento feminista tomou as rédeas da análise de sua documentação ao longo do processo histórico: mulheres escreveram sua história.

É um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. (PINTO, 2010, p. 15)

Torna-se importante enfatizar que nem as negras e nem as brancas com menor poder aquisitivo se sentiram representadas em sua totalidade nas pautas das mulheres brancas de classe média, como apontado pela professora Céli Pinto (2010). É bem significativa a produção textual do período apontar como premissa da luta do movimento feminista que as mulheres não trabalhavam, queriam entrar no mercado do trabalho, e que foram às ruas por isso. E acreditamos nessas afirmações até nos depararmos com a luta das feministas negras e com a constatação de que "As mulheres negras sempre trabalharam" (LE MOS, 2016). Juntando a isso, temos as mulheres da periferia, as do campo, que também sempre trabalharam e nunca se sentiram motivadas a estar nos movimentos das feministas brancas de classe média. Sem contar as índias, que "tiveram que lutar para conter a dizimação de seus povos com a chegada dos europeus, a partir de 1500" (SCHUMAHER, 2000). Então, o feminismo vai se desdobrando para que sejam retratadas as diferentes motivações, necessidades e realidades. O feminismo se amplificou. Atualmente, existem os feminismos. E cada vez que um grupo não sente suas principais reivindicações sendo, ao menos, discutidas, cria-se mais uma vertente feminista. Isto não impede que as mulheres se organizem para a discussão de pautas em comum e quando necessário todas estarem unificadas, como nas questões de aborto e do estupro. A sororidade é uma marca dos movimentos feministas. Se

uma mulher sofrer, por exemplo, violência doméstica, independentemente de sua cor ou estatuto social, todas estarão ao seu lado apoiando:

Os feminismos, em algum momento de sua história, criaram e propagaram, como expressão de sua identidade, a noção de ‘sororidade’ ou da irmandade, a ideia é força de unificação das mulheres, admitidas como iguais em sua biologia, aglutinadora de energias numa luta comum contra a desigualdade em relação aos homens (COSTA, 2004, p. 25)

Mas nem o sentimento de irmandade entre as mulheres impediu os conflitos. Devido a perspectivas e vivências tão díspares, há entre elas um abismo. Enquanto algumas mulheres estão reivindicando equiparação salarial com os homens, a maioria delas está lutando unicamente por um salário, para não morrer de bala perdida ou de fome. São muitas as tensões que “esgarçam a convivência de mulheres de diferentes classes sociais às práticas feministas nos seus muitos movimentos organizados, sobretudo de mulheres de camadas sociais de médias e altas rendas” (COSTA, 2004, p.24). Essas divisões também serviram um pouco como demarcação histórica. Nos feminismos, há três períodos chamados de ondas.

A Primeira Onda Feminista aconteceu nas últimas décadas do século XIX até o início do século XX, no Reino Unido e nos Estados Unidos, tendo como principal luta o direito ao voto. Ficaram conhecidas como as sufragistas ou *sufragetes*. No Brasil, Nísia Floresta destacou-se por escrever sobre os direitos das mulheres e a emancipação feminina, ao lançar o livro *Espelho das brasileiras*, em 1831 (SCHUMAHER, 2000). Mas aqui também o marco foi a reivindicação ao direito de voto das mulheres. “As *sufragetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto” (PINTO, 2010 p.16). Outro movimento que ganhou visibilidade foi o das operárias anarquistas em 1917, que reivindicaram redução da jornada de trabalho e acesso à educação (SCHUMAHER, 2000). Essa primeira onda vai perder força durante 30 anos, só voltando com visibilidade na década de 1960 (PINTO, 2010). No entanto, ao analisar a pesquisa coordenada por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil para o projeto *Mulher, 500 Anos Atrás dos Panos*, perceberemos várias lacunas na história das mulheres no Brasil. Provavelmente, isso aconteceu em vários países. Primeiro, porque as mulheres não escreviam a sua história e, segundo, porque, as que o faziam, como já foi dito, escreviam suas realidades, pois eram “mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise” (PINTO, 2010, p. 15). Estamos reiterando este dado, não como um defeito. Ao contrário, percebemos a relevância da

dialética entre teoria e prática: “um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” (PINTO, 2010, p.15). Isto é comentado apenas para ilustrar tantas lacunas.

A Segunda Onda vai dos anos 1970 até os 1980, quando as mulheres reivindicavam igualdade e fim da discriminação. Cunhado pela jornalista e ativista Carol Hanisch, o slogan “O Pessoal é Político” traz a crítica às contradições das feministas da Primeira Onda, que lutavam por direitos de igualdade na esfera pública, mas consentiam “a suposição prévia de que a associação estreita com a esfera doméstica e a responsabilidade da mulher por essa mesma esfera eram naturais e inevitáveis” (OKIN, 2008, p.312-313). Impulsionada pela força do movimento feminista internacional nos anos 70, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher. Com isso, “a necessidade de transformar o papel feminino difundiu-se nos mais variados países, independentemente do grau de seu desenvolvimento econômico e social” (SCHUMAHER; ARAÚJO s/d, p.1). A Segunda Onda vai ampliar a pauta de discussões das feministas trazendo reflexões sobre comportamentos afetivos e sexuais, direitos reprodutivos, família. O livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, “será fundamental para a nova onda do feminismo” (PINTO, 2010, p.16). Na América Latina, a Segunda Onda surgiu, nos anos 70, sob a influência do feminismo internacional e “em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias” (COSTA, 2005, p.4). No Brasil, “a nova *onda feminista*, se por um lado lutou contra a ditadura militar, por outro lutou também contra a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer” (SCHUMAHER; ARAÚJO s/d, p.1).

A Terceira Onda teve início nos anos 90 e vem como uma resposta às feministas da Segunda Onda por não levarem em conta as especificidades das mulheres. As oposições das feministas, principalmente as mulheres negras e de periferia, “vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente; excludente porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, seria necessário discutir gênero com recorte de classe e raça” (RIBEIRO, 2014, p. 1). Outras questões também emergem com força nesta Onda, como as opressões sofridas pelas lésbicas e transgêneros. Com a redemocratização, no Brasil, observou-se uma multiplicação dos movimentos de mulheres pobres e negras em diversas organizações, como ONGs, associações de moradores, sindicatos, entidades rurais e de igrejas. “Esse crescimento do feminismo popular trouxe, como consequência fundamental, um pouco da diluição das barreiras e resistências ideológicas em relação ao feminismo” (MATOS, 2010, p.85). O momento atual, para a maioria das teóricas, faz parte da Terceira Onda, mas algumas

feministas já teorizam sobre uma Quarta Onda. Segundo Matos (2010), com a heterogeneidade dos movimentos feministas, hoje, e com um melhor diálogo entre os feminismos nacionais, deve haver empenho na unificação das forças das mulheres pobres, negras, indígenas da América do Sul, isto é, um feminismo transnacional unido na luta anticapitalista. Para Matos (2010), a Quarta Onda começou nos anos 2000, marcada por processos de institucionalização, pela reformulação de políticas públicas e “reforçando o caráter anti ou pós-neoliberal promovido pelos movimentos” (MATOS, 2010, p.81).

Os movimentos feministas têm contribuído significativamente para ampliação das políticas públicas para mulheres. Com a entrada das feministas nos partidos da oposição e com a eleição de alguns parlamentares, como a deputada estadual Lucia Arruda, leis com perspectiva de gênero começaram a ser aprovadas:

O tema do acesso das mulheres aos espaços da representação com participação passou a ocupar significativa presença na agenda das pesquisas e dos movimentos feministas na última década, representando mais do que um deslocamento e sendo a percepção de que a participação política e a atuação dentro das esferas do Estado é uma estratégia de grande importância para a busca de uma sociedade mais justa (MATOS, 2010, p.85)

Em seu gabinete, na Alerj, na década de 1980, Lucia Arruda inovou, formando um mandato “partilhado entre toda a equipe” no qual “as decisões eram tomadas de forma conjunta” (SCHUMACHER; VITAL BRAZIL apud FUNDO SOCIAL ELAS). Diante disso, evidencia-se que os espaços ocupados pelas feministas – ONGs, sindicatos, movimentos populares etc. – eram importantes no fazer político; contudo, as mulheres “jamais teriam seus direitos como bandeira de luta dos grupos masculinos (eternizados no poder)” sem ocupar o poder legislativo e sem entender que o pessoal é político (MOREIRA; ARAÚJO, 2010, p.24). Simultaneamente, aconteceram alguns desdobramentos, como os embates oriundos das discussões sobre a suposta explosão demográfica e sobre o planejamento familiar, intrinsecamente ligados aos movimentos feministas. A “articulação entre a universidade, algumas feministas e o Ministério da Saúde” levou à criação do Paism, sendo este, portanto, “influenciado pelos movimentos sanitaristas e de saúde pública, especialmente na adoção de uma perspectiva integral de saúde” (PITANGUY, pág.26, 1999). O Paism foi um programa relevante por convergir várias experiências ao mesmo tempo – das feministas, da Reforma Sanitária e da academia, na discussão do que se chama hoje de saúde reprodutiva – e por estimular a relação entre profissionais de saúde e usuários: “Em sua formulação feminista, o Paism entende a relação entre profissionais e usuários como oportunidade de aprendizado

mútuo e transformação dos dois sujeitos” (AGUIAR, 1997, p.9). Mas, ao mesmo tempo, esse programa regulamentou o controle da reprodução, o que suscitou divergências entre esses movimentos. O debate sobre esterilização gerou tensões internas nos movimentos de mulheres, mas essas tensões, “conflitos e eventuais convergências projetaram-se na formulação do projeto da Reforma Sanitária e na implementação do SUS” (COSTA; BAHIA; CONTE, 2007, p.14).

A construção do projeto da Reforma Sanitária contou com a participação de vários movimentos sociais, especialmente dos feministas, que trouxeram pautas, como a assistência integral à saúde da mulher. Essa discussão – que se contrapunha às limitações dos programas materno-infantis – “possibilitou, ainda, que entidades feministas participassem da execução dos Programas de Saúde da Mulher, resultando na inclusão destas entre os fundadores do SUS” (COSTA; BAHIA; CONTE, 2007, p.15). Sem tirar o mérito da enorme contribuição que todas as feministas tiveram nesse processo de lutas antipatriarcais – mesmo aquelas que ainda davam os seus primeiros passos aqui no Brasil, influenciadas pelas europeias e norte-americanas –, deve-se realçar o ativismo das mulheres negras, que provocou a discussão dos modelos dos programas de saúde da mulher, quando denunciaram a “prática da esterilização cirúrgica, indicando a associação do movimento com o campo da saúde reprodutiva” (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012, p.140). Atualmente, contexto não está favorável para a maior parte das mulheres, especialmente com a bancada Boi, Bíblia e Bala (BBB), cabe lembrar a inclinação ideológica de um expressivo contingente de parlamentares eleitos em 2014, que ameaça a retirada de importantes direitos já conquistados, como a pílula do dia seguinte. Entretanto, para as mulheres negras e pobres da periferia está mais grave, pois são as que mais sofrem violência no parto e na prática do aborto, tornando-se uma preocupação “ser mulher negra jovem de periferia. Estas categorias sociais/identitárias definem ou ajudam na decisão do profissional de como serão tratadas as pessoas que acessam os serviços de saúde” (GOES, 2016). Dados da Pesquisa Nascido no Brasil (Fiocruz, 2014) demonstram que técnicas (muitas vezes desnecessárias e indesejáveis) de aceleração do parto são mais frequentes “nas mulheres do setor público, de mais baixa escolaridade” (GOES, 2016).

3. DO PROTAGONISMO DAS MULHERES AO PARTO HOSPITALAR

A presença de mulheres que auxiliavam o parto era comum antes do deslocamento do nascimento dos domicílios para as maternidades. O nascimento de um bebê acontecia cercado de muitas mulheres, num ambiente familiar e afetuosos, onde havia eventuais riscos e mesmo necessidade de cirurgias, mas, nesse espaço, a mulher era partícipe do processo de nascimento e tinha controle sobre o seu corpo.

O evento da gravidez, parto e nascimento, que antes transcorria em família, em que as pessoas estavam ligadas por fortes vínculos humanos e suportes sociais, com a introdução e evolução dos avanços tecnológicos e científicos na área da saúde e a medicalização do corpo da mulher, passa de evento familiar para evento hospitalar. (SOUZA, GAÍVA, MODES, 2011, p.480)

A evolução da obstetrícia trouxe um maior controle das possíveis complicações durante o parto e a prevenção da mortalidade materna e perinatal. A cesariana surgiu para evitar mortes do bebê ou da mãe, e “tal procedimento diminuiu as taxas de mortalidade e sequelas neonatais e maternas, principalmente nos casos advindos de partos distócicos²⁵.” (WEIDLE *et al.*, 2014, p.47). Além disso, o parto cesárea também é indicado nos casos em que a criança é grande, possui algumas complicações como hidrocefalia ou algum órgão fora do corpo, ou a mãe possui algum tipo de infecção como herpes genital, Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV – do inglês Human Immunodeficiency Virus), papilomavírus humano (HPV – do inglês *human papillomavirus*). Todavia, o que deveria ser ocasional, virou regra. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 2017), o Brasil é o segundo colocado no mundo neste tipo de parto. Apesar de toda tecnologia e evolução da obstetrícia, “nas últimas décadas, em hospitais do mundo, o suporte à mulher durante o trabalho de parto tornou-se mais uma exceção do que uma rotina” (BRÜGGEMANN: PARPINELLI: OSIS; 2005, p. 1317). Muitos são os relatos de mulheres que passaram por violência obstétrica e/ou foram induzidas a optar por cesárea. Por outro lado, é importante reafirmar que há também profissionais de saúde interessados em combater essas práticas e que atuam em defesa da humanização do parto e do nascimento, no Brasil, desde a década de 1980, “impulsionados por uma parcela do movimento feminista” (SENA; TESSER, 2017, p.209).

²⁵ “As principais causas do parto distócico são um bebê grande ou em posição anormal, uma bacia pequena e problemas no canal de parto.” (SIMOES *et al.*, 2017, p.41).

Destarte, o movimento pela humanização do parto e do nascimento prega um modelo de assistência calcado no protagonismo e bem-estar da mulher, lutando por uma concepção de parto que siga menos o tempo produtivo do mercado e respeite mais o relógio biológico da mulher. Como apontam Sena e Tesser (2017, p. 210):

O movimento pela humanização do parto no Brasil se iniciou de maneira descentralizada, por meio de diferentes iniciativas em diversos Estados brasileiros, todas focadas em ressignificar a assistência e atuar de acordo com diferentes modelos, menos tecnocráticos e mais centrados na figura da mulher¹. Neste contexto, a fundação da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna) possui papel de destaque, especialmente em função de sua carta de fundação, a “Carta de Campinas”. Este documento representou uma forma de denúncia das circunstâncias violentas da assistência ao parto, caracterizando-as como pouco humanas, constrangedoras e marcadas pela ocorrência de intervenções desnecessárias e violentas, que transformava a experiência de parir e nascer em uma vivência aterrorizante, onde as mulheres se sentiam alienadas e impotentes. (SENA, TESSER, 2017, p.210)

Neste contexto, as doulas começaram sua atuação, no Brasil. Inicialmente, “de forma autônoma, experimental e totalmente autodidata. Isto é, apoiaram parturientes que lhes eram próximas” (FLEISCHER, 2005, p. 18) e, mais tarde, inseriram-se no movimento de humanização do parto e do nascimento.

3.1. As Doulas: contexto histórico, ocupação e profissionalização

Vale a pena aqui apresentar o sentido da palavra doula, atualmente bastante conhecida nos grandes centros. Segundo o Dicionário Online de Português, vem do grego “mulher que serve”. Etimologicamente do grego, *doúle* significa "serva", e em inglês *doula*, com o decorrer do tempo passou a definir a mulher que dá suporte a outra mulher nos períodos de gravidez, parto e após o nascimento da criança, oferecendo apoio físico, emocional e informativo à gestante. Mas somente na década de 1970 que essa palavra aparece como aquela que auxilia no parto e nascimento. Uma pesquisa dos pediatras Marshall Klaus e John Kennell, no final da década de 1970, em hospitais da Guatemala, indicou que a presença de uma estudante de medicina que segurava as mãos ou fazia carinho nas parturientes motivou partos mais curtos e sem complicações (SILVA, 2017). “Essas observações serviram de estímulo para que estes médicos iniciassem outros estudos sobre os efeitos do acompanhamento às parturientes” (KLAUS *et al.* apud SILVA, 2017, p.57) e ao procurarem uma palavra que descrevesse esse papel, os médicos Klaus e Kennell recorreram ao termo

utilizado por Dana Raphael, doula (KLAUS et al. apud SILVA). Dana Raphael, antropóloga e médica, foi a primeira pessoa a utilizar esse vocábulo para descrever, em 1973, as mulheres experientes que auxiliavam as mães na amamentação, em seu livro *The Tender Gift: Breastfeeding*. Klaus e Kennell ampliaram a significação da palavra (SILVA, 2017):

Primeiramente, por Dana Raphael, antropóloga americana, estudiosa da prática do aleitamento materno, para referir-se a uma experiente companheira de parto que fornece à mulher, ao seu marido ou acompanhante suporte emocional e físico durante todo o processo de parto e nascimento inclusive no puerpério (SOUZA, DIAS, 2010, p. 494).

No Brasil, inicialmente, se cogitou “chamá-las de comadres, porque, na maioria das vezes, quem exercia a função de doula eram as comadres [...] Esse nome não foi adotado, pois poderia causar confusão” (FADYNHA apud SOUZA; DIAS, 2010, p.494). Cabe elucidar que as atuações das parteiras e das doulas são diferenciadas. De acordo com a pesquisadora Fernanda Loureiro Silva (2017), as doulas afirmam que em suas atribuições não constam algumas “funções técnicas” exercidas pelas parteiras, como ausculta fetal, exame de toque, aferição da pressão, entre outros, na assistência ao parto. “A função delas estaria em oferecer apoio físico e emocional à mulher, focando principalmente nos aspectos psicológicos que podem interferir na fisiologia do parto” (SILVA, 2017, p.10). Este apoio oferecido pelas doulas, seja de forma privada ou voluntária, comprovadamente traz benefícios à parturiente, como podemos observar na literatura sobre doulas:

Metanálise de estudos randomizados envolvendo 15.061 mulheres demonstrou que, para aquelas alocadas para o suporte contínuo, houve uma maior incidência de parto vaginal espontâneo, menor necessidade de analgesia e maior satisfação com a experiência do parto. Tiveram também menor probabilidade de serem submetidas à cesariana ou ao parto instrumental e de terem bebê com baixos escores de Apgar no quinto minuto. (CADERNOS HUMANIZASUS, 2014, p. 37)

Observou-se, no decorrer da pesquisa – através da literatura ou das vivências com as doulas –, que todas elas ressaltaram o exercício de uma prática com base em evidências. Provavelmente, ante as críticas de médicos contrários à presença das doulas nas maternidades, essas profissionais preferem respaldar cientificamente suas atuações:

A Prática Baseada em Evidência é uma proposta assistencial e pedagógica fundamentada na epidemiologia clínica, bioestatística e informática em saúde, desenvolvida na década de 1980 na Universidade de McMaster, no Canadá. Ela pretende preencher a lacuna entre a pesquisa qualificada e a

prática correta, por meio da busca de evidências que embasam as condutas e procedimentos. Este novo paradigma reconhece o valor da experiência clínica e da avaliação intuitiva, mas propõe que elas sejam alicerçadas em evidências. Dessa forma pode contribuir para limitar o autoritarismo no ensino na prática assistencial, através do estímulo à iniciativa e criatividade (DRUMMOND; SILVA; COUTINHO apud BRÜGGEMANN; PARPINELLI, OSIS, 2005, p. 1318)

Assim, as doulas procuram aprender tanto as técnicas de parto humanizado quanto as técnicas dos médicos “não-humanizados”, aqueles que praticam uma medicina de menos escuta, seguindo rigidamente protocolos hospitalares. Munidas destes saberes, “embora impedidas de atuar de “forma técnica” no parto, elas podem ser encaradas como um oponente ao sistema médico dominante, na medida em que se tornam ‘testemunhas oculares’ dos acontecimentos deste evento” (SILVA, 2017, p 12) A Resolução 266/2012, que vedava a participação de doulas e obstetrias durante e após o parto, reforçava a resistência dos médicos em relação às doulas e enfermeiras obstétricas:

A medicina jamais teve a capacidade de fazer tanto pelo homem como hoje. No entanto, as pessoas nunca estiveram tão desencantadas com seus médicos. A questão é que a maioria dos médicos perdeu a arte de curar, que vai além da capacidade do diagnóstico e da mobilização dos recursos tecnológicos. (LOWN apud BURGARDT, 2007)

Durante algumas décadas o trabalho das doulas não era regularizado; essa atividade só “passou a ser reconhecida a partir de 2013, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego, como uma ocupação na área da saúde (código 3221-35)” (SILVA, 2017, p.10). Atualmente, após a implementação da chamada Lei das Doulas, essas ativistas estão em processo de regularização da profissão. Para isto, estão mapeando os diversos cursos pelo país para refletir e propor uma matriz curricular mínima para a formação de doulas, com auxílio da pesquisadora Fernanda Loureiro Silva. No Rio de Janeiro, existem cursos presenciais e à distância; geralmente o módulo básico dura em média de 30 horas, e os módulos básico e avançados juntos duram 180 horas.

A fim de informar um pouco sobre a formação das doulas no Rio de Janeiro, foram analisados os três cursos mais citados pelas doulas na pesquisa: Gama, Instituto Aurora e Coletivo Gesta. Essas três organizações oferecem cursos presenciais e os programas são similares. Duas dessas entidades contam com enfermeiras obstetras em seu corpo docente e a terceira explicita em seu *site* que o módulo conta com a participação de obstetras e pediatras convidadas. A metodologia é teórico-prática e o conteúdo nos quais os cursos se baseiam pode ser assim sintetizado:

- A ASSISTÊNCIA AO PARTO – A obstetrícia no Brasil – A cultura do parto no Brasil – Anatomia e fisiologia do parto – Dicas e truques da parteira no parto normal – correção de distocias – As recomendações da OMS – Ambiente, acompanhamento, atenção ideais ao parto – Vídeos de partos – Violência Obstétrica: conceituação, legislação, como apoiar e como denunciar.
- ATIVIDADES E FUNÇÕES DA DOULA – Plano de Parto – Anatomia da bacia pélvica e as consequências fisiológicas de diferentes posturas para parir – Respiração, relaxamento, visualização: tipos e técnicas – Lidando com a dor do parto – Alívio não farmacológico da dor, técnicas para o conforto, técnicas para melhorar a progressão do trabalho de parto – Diferentes posições no trabalho de parto e parto, driblando as restrições hospitalares – Partos complicados – Recepção do recém-nascido após o parto e amamentação – Massagem, tipos e técnicas – Técnicas e manejo das dificuldades em amamentação; Grupos de apoio; Aborto, Perdas e lutos; Racismo Institucional.
- A PROFISSÃO DE DOULA – Doula, o que é ser doula, breve histórico e situação atual – As armas da doula, as palavras, o olhar, as mãos, seu material – Como administrar a nova profissão? horários, filhos, plantão, contrato – Doulas, ativismo e militância; Aspectos legais e regulamentação da profissão; Aspectos emocionais da Doula; Avaliações negativas sobre atuação da Doula – Ética da doula; qual o papel dela na equipe que dá assistência à parturiente, como se comportar em sala de parto, centro obstétrico, cirurgias etc.

O estágio, ou prática supervisionada, como a Adoulas prefere chamar, ainda não é obrigatório, mas a associação pretende propor às formadoras que faça parte da grade curricular. Os três cursos pesquisados são pagos e as doulas formadas podem optar por trabalhos voluntários e/ou pagos. Geralmente, as doulas mais ativistas trabalham das duas maneiras. Por ocasião da aprovação da Lei das Doulas, provavelmente influenciada por ela, estabeleceu-se um piso salarial para as mesmas.

3.2 Parto Humanizado e o trabalho das Doulas

As feministas tiveram uma contribuição relevante em várias lutas que englobam a saúde da mulher. O resgate histórico desses embates e das mulheres que enfrentaram o patriarcado, mesmo com a possibilidade de perder suas vidas, é essencial.. Como se sabe, muitas mulheres foram queimadas e chamadas de bruxas por praticarem manipulação de ervas, curas e transmitirem seus conhecimentos tradicionais. A chegada da Medicina na vida das pessoas causou bastante impacto:

A inquisição (caça às bruxas) constitui, entre outras coisas, um dos primeiros exemplos de como se produziu o deslocamento das práticas artesanais pelas práticas ‘profissionais’ e da intervenção destes últimos contra o direito dos ‘não profissionais’ a ocuparem-se do cuidado dos pobres. (EHRENREICH; ENGLISH, 2016, p.7)

Os médicos “regulares”- aqueles formados nas universidades –, no início do século XIX, eram homens de classe média ou alta, e suas consultas também eram para pessoas dessas classes, que podiam pagar pelos honorários. Entretanto no que se referia “a habilidades e conhecimentos médicos, os chamados médicos “regulares” não ofereceriam nenhuma vantagem com respeito aos praticantes não titulados” (EHRENREICH; ENGLISH, 2016, p.28). Por questões ligadas aos pressupostos teóricos da medicina da época, “diante de uma pessoa doente, o médico com formação universitária tinha escassos recursos além da superstição” (EHRENREICH; ENGLISH, 2016, p.21). As curandeiras e/ou as parteiras – também chamadas de bruxas e feiticeiras – eram as que detinham o conhecimento através da experiência e da observação. Tão amplos eram esses saberes “que, em 1527, Paracelso, considerado o ‘pai da medicina moderna’, queimou seu manual de farmacologia confessando que ‘tudo o que sabia tinha aprendido com as feiticeiras” (EHRENREICH; ENGLISH, 2016, p.21).

Segundo as autoras Ehrenreich e English (2016), a eliminação das curandeiras e a implantação da medicina como profissão não teriam sido um processo natural de evolução da ciência, mas uma tomada de poder com pitadas de misoginia e preconceito de classe, visto que as curandeiras eram originárias das classes populares e atendiam exatamente a essas classes.

As bruxas curandeiras frequentemente eram as únicas pessoas que prestavam assistência médica ao povo, que não podia ir aos médicos e hospitais, e que vivia na miséria e doente. Particularmente, a associação entre a bruxa e as parteiras era forte. “Ninguém causa maior dano à Igreja católica do que as

parteiras”, escreveram os inquisidores Kramer e Sprenger. (EHRENREICH; ENGLISH, 2016, p.15).

De acordo com Ehrenreich e English (2016), o preconceito atingiria também as mulheres que conseguiam adentrar as escolas de medicina. Pouco a pouco, elas foram retiradas da prática da obstetrícia e “o único trabalho que sobrou foi o de enfermeira, o qual não podia substituir de modo algum o papel autônomo que desempenhavam quando eram parteiras e curandeiras” (EHRENREICH, ENGLISH, 2016, p.25). Nesta perspectiva:

O discurso médico da metade do século 19 relativo à obstetrícia caracterizou-se pela defesa da hospitalização do parto e da criação de maternidades. O parto deixou de ser privado, íntimo e feminino, e passou a ser vivido de maneira pública, com a presença e interferência de outros atores sociais. (NAGAHAMA, SANTIAGO, 2005, p.656)

Para a pesquisadora Mônica Bara Maia (2010), a consolidação da obstetrícia passou de um evento fisiológico, familiar e social para um ato médico, “no qual o risco de patologias e complicações se torna a regra, e não a exceção”, inaugurando assim o “modelo tecnocrático de assistência ao parto” (MAIA, 2010, p. 34). Neste modelo de concepção de parto e nascimento, o médico passaria a ser o sujeito e a mulher, percebida como um útero, que precisa sofrer várias intervenções para realização do parto.

Assim, a imagem fragmentada do corpo máquina e da mulher útero, associada com a ideia do hospital como uma linha de produção, permitiu que se instituisse uma assistência padronizada que inclui a prática de deslocar a mulher durante o trabalho de parto” (MAIA, 2010, p.35).

A falta de controle sobre o seu corpo e a dependência de um corpo médico para a realização do parto acabariam por gerar intervenções que talvez fossem desnecessárias se o primeiro ato não tivesse acontecido, como obrigar a parturiente a ficar em uma posição que só ajuda no trabalho do obstetra. A partir daí, todos os procedimentos médicos tornam-se justificáveis:

Com a mulher deitada na cama, de pernas para cima e abertas, fica claro que o sujeito do parto é o médico, e não a mulher. Além disso, a litotomia dificulta o trabalho de parto, o que acaba por justificar o uso indiscriminado de ocitocina (soro que acelera as contrações). A posição deitada e a ocitocina prendem a mulher ao leito e impedem que ela se movimente livremente, o que, por sua vez, aumenta as dores, justificando a anestesia. (MAIA, 2016, p.36)

É fundamental compreender que essa maneira atual de parir, ensinada nas faculdades de medicina, faz parte do *ethos* profissional do obstetra. Sobretudo, todo esse treinamento não

o impede, ou não deveria, de aprender e/ou lutar por outras formas de partejar, até porque “as políticas e normativas do governo brasileiro para assistência ao parto, atualmente, se pautam pelo modelo humanizado” (MAIA, 2016, p.51). Além das faculdades, há outras instituições que perpetuam a lógica mais tecnocrata do parto, como os hospitais. Mas essas organizações também não são homogêneas. Já existiam hospitais com práticas de humanização do parto antes de qualquer legislação. Outro ponto a considerar é que, apesar do que é ensinado nas faculdades, há médicos que defendem o parto humanizado e criticam essa lógica de parto tecnocrática aprendida nas faculdades. A médica Melania Amorim, que não faz episiotomia há décadas, disse: “Nas escolas de medicina ensinam que a episiotomia é para manter a integridade do assoalho pélvico. Como vai manter se vão cortar?” (AMORIM apud Cofen, 2014). Outra crítica das maneiras ritualísticas sem reflexões que são apreendidas nas faculdades é a da médica Simone Diniz:

Em linhas gerais, a formação desses profissionais se baseia menos em evidências científicas, é negligente com o direito das mulheres, além de haver uma tendência de perpetuação de estereótipos de gênero e de hierarquias sociais em geral, da questão do racismo, da eugenia. Além disso, é uma formação centrada em intervenções e que trabalha muito pouco a promoção do parto fisiológico, espontâneo. Acho que essa noção é até um pouco estranha para a formação. (DINIZ apud PORTELLA; MONTEIRO, s/d)

Está fora do escopo dessa pesquisa comparar as profissões de médica e de enfermeira, porém, dada a importância da categoria gênero nesse trabalho e um maior envolvimento das enfermeiras obstetras no parto humanizado, torna-se relevante apontar algumas diferenças no construto dessas profissões. A medicina era uma profissão estritamente masculina, até porque as mulheres não podiam ingressar no ensino superior. “A primeira mulher a ingressar na universidade no Brasil, foi no estado da Bahia no ano de 1887, formando-se pela faculdade de medicina.” (BEZERRA, 2010, p.4). O médico obstetra era visto como um profissional qualificado, autônomo, que iria tratar a mulher; e a enfermeira obstetra, apesar do seu corpo de conhecimentos, é percebida como uma profissional do cuidado, a que exerce naturalmente suas habilidades ditas femininas: cuidado, acolhimento, paciência, servir.

O que se observa com a medicina e a enfermagem é que a conformação do mercado de trabalho está intimamente articulada com as questões de gênero, que também se articulam com o ethos de ambas as profissões apoiando-se nas seguintes dualidade: medicina/qualificação e enfermagem/qualidade; medicina/tratar e enfermagem/cuidar. (MAIA, 2016, p. 68).

As maneiras como o parto vem sendo encarado ao longo do tempo, desde o “modelo de assistência médica, tutelada pela Igreja Católica que descrevia o sofrimento no parto como

desígnio divino, pena pelo pecado original” (DINIZ, 2005, p.628), passando por um “modelo médico que [...] tratava o parto como patológico e arriscado, utilizando tecnologia agressiva, invasiva e potencialmente perigosa” (DINIZ, 1996, p. 14) até os movimentos de humanização do parto pelo mundo, realçam o papel central das feministas neste processo de embate contra a violência institucional obstétrica. Esta violação “é relacionada como uma violência praticada pelas equipes de saúde e consentida por mulheres em trabalho de parto, que se submetem a ela principalmente por desconhecerem o processo fisiológico do parto” (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 57-58). São vários os tipos de violência – xingamentos, gritos, humilhações, procedimentos violentos, falta de escuta, entre outros – que acontecem nos hospitais do SUS, sendo que 65,9% dessas vítimas são mulheres negras (Fiocruz, 2014).

No dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra as Mulheres, em 2012, alguns relatos demonstram como algumas mulheres são tratadas em hospitais de várias cidades do Brasil:

Na hora que você estava fazendo [sexo], você não tava gritando desse jeito, né?” “Não chora não, porque ano que vem você tá aqui de novo.” “Se você continuar com essa frescura, eu não vou te atender.” “Na hora de fazer, você gostou, né?” “Cala a boca! Fica quieta, senão vou te furar todinha.”(Dossiê Violência Obstétrica, 2012, p.2)

Esses relatos foram os mais repetidos por mulheres que deveriam guardar como lembrança uma experiência menos traumática do parto. De acordo com este Dossiê, geralmente “essas mulheres estão sozinhas, pois são impedidas de ter um acompanhante, o que fere a Lei Federal nº 11.108/2005, a RDC 36/2008 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), as Resoluções Normativas (RNs) 211 e 262 da Agência Nacional de Saúde (ANS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso das adolescentes grávidas” (Dossiê Violência Obstétrica, 2012, p.2). Sem acompanhante, sem testemunha e em grande parte sem informações sobre as necessidades reais de cada procedimento, essas mulheres se submetem às humilhações e às intervenções cirúrgicas por vezes dispensáveis como é o caso da episiotomia – um corte cirúrgico no períneo –, tratada como rotina em muitos hospitais (Dossiê Violência Obstétrica, 2012). A OMS recomenda a episiotomia em 10% dos partos; no Brasil, ela é utilizada em 53,5%. Sendo assim, as doulas – conforme conversas presenciais, relatos acompanhados no grupo do Facebook e documentos lidos sobre essa ocupação – acreditam que, além de outros benefícios, contar com o auxílio delas possibilita maior acesso às informações sobre o parto e as recomendações da OMS, como ter conhecimento sobre algumas condutas rotineiras em hospitais que são consideradas

prejudiciais ou ineficazes ao parto e que deveriam ser eliminadas, tais como: uso rotineiro de enema (lavagem intestinal); uso rotineiro de raspagem dos pelos púbicos; administração de ocitócicos (utilizado para acelerar o trabalho de parto) a qualquer hora antes do parto de tal modo que o efeito delas não possa ser controlado; lavagem rotineira do útero depois do parto (FRANZIN, 2014). Outro ponto que é sempre levantado nas discussões acerca do parto é o fato de o Brasil ser considerado o líder de cesáreas no mundo, tendo chegado a 55% dos casos em 2014, segundo a OMS (FRANZIN, 2014). Com a pressão da OMS para que se diminua o número de cesáreas no Brasil, o trabalho das doulas pode ser mais um auxílio no combate às cesáreas desnecessárias, pois elas estão sempre envolvidas no debate sobre humanização do nascimento.

Quanto aos índices de mortalidade materna, embora o Brasil tenha diminuído o número de mortes em 43% entre 1990 e 2013, ainda não alcançou a “meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de reduzir 75% a taxa mortalidade materna até 2015” (Brasil, 2014,). Além de erros médicos, doenças hipertensivas e demora no atendimento, por conta da procura de vagas nas maternidades, a hemorragia “é a principal causa da morte materna no mundo” (Brasil, 2014). Deste modo, de acordo com pesquisa realizada com profissionais de saúde no Instituto de Perinatologia da Bahia (Iperba) sobre a participação das doulas no projeto “*Doulas - Ajudando a nascer*”, em funcionamento desde 2004, alguns profissionais entenderam que se beneficiaram com a presença das doulas seja na “realização de procedimentos simples até a identificação de necessidades e riscos” (SANTOS; NUNES, 2009, p.586). Sendo assim, o trabalho das doulas é relevante porque sua presença tanto no parto como no pré e pós-parto ajudam no bem-estar da mãe e da criança. Segundo estudo de Klaus e Kennel, em 1993, o auxílio de doulas ajuda na:

Redução de 50% nos índices de cesárias;
 Redução de 25% na duração do trabalho de parto;
 Redução de 60% nos pedidos de analgesia peridural;
 Redução de 30% no uso de analgesia peridural;
 Redução de 40% no uso de ocitocina;
 Redução de 40% no uso de fórceps” (LEAL, s/d)

Por fim, entende-se também que a participação das doulas traz de volta o protagonismo da mulher no parto, perdido durante o nascimento da obstetrícia, quando “por quase três séculos, os médicos se preparam para ocupar o lugar das parteiras e efetivamente transformar o parto em um evento médico” (VIEIRA, 1999, p. 69).

4. RELAÇÕES ENTRE ATIVISMO POLÍTICO NA INTERNET E “NA RUA”

De acordo com a pesquisa dos autores Henrique Antoun e Fábio Malini (2013), a história da criação e da evolução da internet é permeada de ativistas e libertários que praticavam a Cultura do compartilhamento, da Cultura Livre e do Copyright. Então, desse modo é quase natural que ativistas de várias áreas, como as feministas e as ambientalistas se apropriassem dessa ferramenta como um espaço de mobilização, de organização e de compartilhamento de ideias. Isto posto, neste capítulo, demonstraremos, além das doulas, alguns movimentos sociais que conseguiram unir, de forma bem-sucedida, o ativismo político das redes ao das ruas.

4.1 Redes sociais e a Rede das Redes

Embora o conceito de redes sociais esteja atualmente disseminado, ele não é novo. “O estudo da sociedade a partir do conceito de rede representa um dos focos de mudança que permeia a ciência durante todo o século XX” (RECUERO, 2014, p. 17). O uso do indivíduo das “redes de conexões é tão antigo quanto a história da humanidade, mas, apenas nas últimas décadas, as pessoas passaram a percebê-lo como uma ferramenta organizacional” (MARTELETO, 2001, p.72). As ciências sociais também utilizaram a ideia de rede “para melhor compreender a sociedade ou um grupo social por sua estrutura, seus nós e suas ramificações” (MARTELETO, 2001, p.71), para entender como essas relações, interações entre as pessoas interferem na forma de ser e pensar dos indivíduos. Usaremos esse sentido de redes para tentar compreender os entrelaçamentos existentes entre redes sociais na internet e fora dela.

Como dito no capítulo 2, a Internet foi criada por militares para ser uma máquina de guerra, mas com as participações das universidades, *hackers* e usuários comuns que ajudaram a moldar a rede, ela se tornou uma máquina de cooperação (MALINI; ANTOUN, 2013). Também chamada de a rede das redes ou Rede Global de Computadores, a Internet viabiliza trafegar textos, vídeos, músicas, informações sobre política, receitas, filmes e tudo o que se possa imaginar. Parece um ambiente encantador, porque em tese seria o lugar onde não existem fronteiras entre países, pois é possível estar no Brasil e conversar com alguém no Japão, desde que se tenha domínio de outras línguas; nem barreiras de idade e sexo, desde que

se domine minimamente os códigos da rede. Tudo isso colabora com a visão de que com o surgimento da Internet, modificamos a nossa relação com o tempo e o espaço, com o real e virtual. Nessa perspectiva, não há mais espaço para se pensar o virtual como oposição ao real. Para Lévy (2011), o virtual seria o porvir, como “a árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes” (LÉVY, 2011, p.15).

Rede, principalmente na era digital, vem ganhando uma conotação de relações pessoais, como *network*²⁶ e redes sociais na internet. Mas em tempos nem tão longínquos assim, o conceito indicava um grupo de pessoas que se reuniam em torno de valores e ideias em comum (MARTELETO, 2001). Na década de 90 e no início dos anos 2000, criou-se uma profusão de redes nos movimentos sociais, como Rede de Comunicadoras Comunitárias, Rede Feminista de Saúde e Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, muitas das quais de abrangência nacional. Apesar das dificuldades, persistem as redes estaduais, como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, que atua no estado do Rio de Janeiro. Estas redes conectam grupos, coletivos ou ativistas no intuito de se fortalecerem no exercício da política e defesa de seus interesses. Algumas redes de movimentos sociais, que existiam antes da expansão da internet no Brasil, como a Rede Feminista de Saúde, fundada em 1991, ampliaram seu ativismo para outros espaços ou, melhor dizendo, ciberespaço, novo âmbito de luta frente ao aparato institucional. Nas redes sociais digitais, alguns grupos funcionam como captadores de pessoas que se juntam em torno de uma ideia ou similaridades, coexistindo com usuários que abrem perfis para manterem ou ampliarem contatos sociais ou apenas para colocar seu lado *comentador*²⁷ em exercício.

É vendida a ideia, por grande parte dos autores – oriundos da classe média – que o indivíduo contemporâneo, apesar de ser solitário, conectado e viver mais tempo no ciberespaço que nas ruas da cidade, tem acesso a várias invenções fabulosas. No entanto, a perspectiva sobre as classes com menor poder econômico sempre foi retratada por pessoas de outras classes sociais (ou nem são retratadas). Embora, no Brasil, 54, 9% das pessoas disponham de Internet em casa (GOMES, 2016) e 168 milhões de pessoas tenham *smartphone* (Estadão, 2016), isso não significa necessariamente saber manipulá-lo com maestria.

²⁶Expressão que significa rede de contatos profissionais.

²⁷*Comentador* é uma gíria, internetês, para quem é muito opinativo no ciberespaço

Talvez falte aos autores interesse, ou quem sabe esse vácuo possa ser preenchido pelas novas classes que entram nas academias:

Hoje, o Brasil tem um dos cenários mais animadores do mundo. Há uma nova geração de cotistas ou bolsistas Prouni e Fies, que veem a universidade com olhos críticos, que desafiam a supremacia das camadas médias brancas que se perpetuavam nas universidades e desconstróem os paradigmas da meritocracia. Soma-se a isso o frescor político dos corredores das universidades no pós-junho e o movimento feminista que só cresce. Uma geração questionadora da autoridade, cansada dos velhos paradigmas. (PINHEIRO-MACHADO, 2016)

Essa citação otimista aconteceu em outro cenário, antes dos revezes que culminaram com a deposição da presidenta da república, democraticamente eleita por voto direto, em 2016. Mesmo com as novas mídias, consideradas mais participativas e interativas, houve um *backlash* - termo utilizado por Susan Faludi (2001) para explicar os retrocessos sofridos pelos contra-ataques às políticas conquistadas pelas mulheres -, com toda avalanche ou dilúvio de informações e contrainformações. Cabe considerar que o avanço tecnológico pode sim revolucionar o conhecimento – ou ao menos socializá-lo –, mudar a forma pela qual lemos, vemos um filme ou militamos, mas mudanças mais profundas na estrutura ou na política demandam avançarmos na consciência política, compreendendo coletivamente a necessidade de lutar por políticas de Estado que defendam os direitos sociais da totalidade da população, incluindo moradia, alimentação, educação, saúde, transporte público de qualidade. A tecnologia pode ajudar tanto progressistas quanto reacionários a propagar, disseminar suas informações. O México é um exemplo do uso da internet pelos movimentos sociais para propagar suas ideias.

O surgimento do Zapatismo na região mexicana de Chiapas em 1994 vai marcar o reencontro da política dos movimentos sociais ancorados nas comunidades virtuais com a política dos grupos marxistas radicais enredados nas guerras de guerrilha. Através desta mistura, reacendeu-se o estopim das oportunidades de mudança dos anos 60 que envolvem tanto o sentido da democracia e da política na sociedade pós-moderna, quanto o da luta de classes no mundo globalizado. (MALINI, ANTOUN, 2013, pp. 55-56)

A despeito de toda polêmica que circunda o ativismo e o ciberativismo, sobre quem é mais militante ou quem é “militante de verdade” como preferem se nomear alguns ativistas para marcarem um contraponto a quem faz ciberativismo, alguns movimentos sociais se valem das

duas atuações, conscientes de que podem se complementar. A cibermilitância pode atuar na retroalimentação das lutas nas ruas. É o caso das páginas da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e da Associação das Doulas do Rio de Janeiro, que funcionam como polos organizadores de atividades, de visibilidade para denúncias e conquistas e captadores de novos militantes para suas causas. Esses movimentos sociais não deixaram de ser combativos por estarem também nas redes sociais digitais. Pelo contrário, muitas das vezes os textos e fotos nas páginas atuam como links das ações nas ruas e vice-versa.

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência foi criada em 2004 para lutar “contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres” e tem uma atuação intensa nas periferias e favelas do Rio de Janeiro, locais onde a violência policial atinge números elevados. Várias mães que perderam seus filhos assassinados por agentes do Estado participam da rede e travam uma luta incessante contra a impunidade. Longe de ser um *ativismo de sofá*, a página da rede convoca militantes e demais interessados para atividades que denunciam as violências sofridas pela população de baixa renda, como a do Julho Negro (figura 1), que aconteceu no Rio de Janeiro, em 2017, pela segunda vez. Julho Negro é “uma articulação protagonizada pelos movimentos de Mães e Familiares Vítimas do Estado Brasileiro [...] de luta contra o racismo e militarização das vidas” (GELEDÉS, 2017).



Figura 1 – Cartaz evento Julho Negro

Fonte: <http://redecontraviolencia.org/Home/10.html>

Sobre a página da Adoulas RJ, mesmo após a sanção da Lei das Doulas (7314/2016), ainda há *posts* chamando para manifestações nas portas de maternidades que desrespeitam a legislação e impedem a entradas das doulas, como o ato do dia 17 de maio de 2017,

organizado pela Adoulas RJ, com apoio de um deputado estadual. Além das convocações para atividades diversas – denúncia, formação, encontros de profissionais de saúde –, esse espaço atua como captador de novas associadas e promotor de arrecadação de receitas para associação, como vendas de produtos personalizados (Figura 2).



Figura 2: Objetos comercializados para financiamento da Associação Adoulas RJ
Fonte: Página Adoulas RJ

O que se pretende enfatizar aqui é a dinâmica da auto-organização de movimentos sociais, que utilizam, além das chamadas mídias passivas (televisão, rádio, jornal), a Internet como meio para atingirem seus objetivos comuns, subvertendo a visão tradicional que separa diversas maneiras de ativismo: militante/ativo versus cibermilitante/passivo (ou militante de sofá). Essas separações não refletem o ativismo como um todo; existem grupos que sabem da importância de ampliar sua atuação, tanto nas ruas quanto nas redes, como Mídia Ninja, Coletivo Papo Reto, o movimento que culminou na Adoulas e eventos como Primavera Árabe, Primavera das Mulheres, Occupy e Jornadas de Junho, que destacamos ao longo dessa pesquisa.

Essa ampliação evidencia que as redes da vida social confundiram-se com as redes de luta biopolítica no ciberespaço a partir da invenção do *world wide web* (www) por parte de Tim Berners Lee. As teias de páginas virtuais, geradas pelo novo protocolo criado por ele, propiciaram a reunião do material segmentado nas conversações dos grupos de discussão. (MALINI; ANTOUN, 2013, p.55).

As comunidades virtuais nasceram impulsionadas pelos grupos de discussão das Bulletin Board System (BBSs)²⁸. Eram nesses espaços que aconteciam também os vazamentos como forma de socializar informações e marcar alguns protestos durante a ditadura, de acordo com Malini e Antoun (2013):

Durante os anos 80, as BBSs foram a aplicação mais popular da internet e o terreno máximo da liberdade de expressão. E um canal de comunicação direta de organizações sociais, sindicatos, partidos, comunidades de fãs, ativistas, doentes, estudantes, enfim, era o hospedeiro de movimentos sociais de todo tipo. E ainda possibilitava inúmeras alternativas de rota para a informação, transformando a censura em algo difícil de se aplicar por qualquer agente da rede. (MALINI, ANTOUN, 2013, p.37-38)

Segundo Malini e Antoun (2013), em meio a regimes fechados, partidos de esquerda e movimentos sociais se encolheram ou ficaram menos visíveis. Neste cenário, os grupos de discussão da internet puderam atuar como articuladores das lutas populares (feministas, ambientalistas, sindicais) caracterizando “o aparecimento do ciberativismo – numa versão hacker e comunitária” rompendo “com o próprio ativismo social que se realizava até então no campo da comunicação social” (MALINI; ANTOUN, 2013, pp.20-21). Neste contexto, de acordo com Malini e Antoun (2013), os *hackers* vazavam informação para os grupos ao mesmo tempo em que inventavam linhas de comando que tornavam a internet mais democrática, acessível e diversa.

4.2 Hackers, movimentos sociais e a cultura da resistência

O chamado ciberativismo ajuda a romper com uma forma de comunicação considerada passiva e horizontal e pode fortalecer o ativismo social no ciberespaço, numa cultura de resistência que se beneficia do fato de a Internet ser cada vez mais acessível. O que antes era apenas informação subterrânea, somente para alguns que possuíam computador, vai ampliar seu alcance – e os *hackers* têm participação seminal nisso. Além da invenção do computador pessoal, que vai facilitar o acesso à informação a mais pessoas, os “*hackers* vão fazer programas que permitem às pessoas entrarem na internet e usarem-na de modo simples, fácil, grátis” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 41).

Os grandes veículos de informação investem um significativo esforço em arranhar a imagem dos *hackers*, do mesmo modo que fizeram com os ativistas das rádios piratas e

²⁸Bulletin Board System era um sistema informático onde as pessoas trocavam mensagens entre si.

comunitárias, por exercerem a contrainformação e ampliarem o espaço de participação. É importante diferenciar *hackers*, que não roubam informação, cartão de crédito, nem colocam vírus nos computadores; esses são os *crackers*. *Hackers* são promotores de uma cultura de resistência: “o movimento social inspirado pela contracultura, que pregava distribuir o poder e emancipar as pessoas pelo acesso às informações, tem nos hackers a sua principal representação” (SILVEIRA, 2014, p.1). Seguindo essa ética *hacker*, o programador norte-americano Richard Stallman criou o *copyleft*²⁹, uma licença pública que cedia a qualquer pessoa “a permissão para executar o programa, copiar o programa, modificar o programa e redistribuir versões modificadas” (STALLMAN, 1998). A única coisa que não pode ser feita é privatizar este software, as versões modificadas também devem ser livres (MALINI; ANTOUN, 2013).

O Movimento do Software Livre vai pregar o livre compartilhamento de conhecimentos e rejeitar a lógica da competição, onde há vencedor e perdedor, porque “nem sempre o vencedor possui mais competência ou habilidade técnica, e sim capacidade de apreender (ou prender) a capacidade cognitiva de outros” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 45). A cooperação é o princípio que está presente tanto neste movimento quanto na abertura da internet, impulsionando a sua saída do poderio dos militares e amplificando vozes que antes só tinham espaço nos veículos comunitários de comunicação. Segundo Lévy (2015), essa cooperação seria uma espécie de inteligência coletiva.

Coautorias existiam antes do advento da internet, o que essa rede traz de novo é que coloca “em contato atores sociais que de outra forma permaneceriam isolados, tornando possível a articulação de redes sociais de cooperação produtiva até então inexistentes” (MARTINS, 2014, p.86). A autoria colaborativa vai abalar tanto a forma de criar e disponibilizar os produtos quanto as forças corporativas, que exerciam controle sobre esses produtos. O exemplo mais emblemático foi o caso Napster – um serviço de compartilhamentos de arquivos de música em MP3 – onde não era preciso pagar para se ter acesso (CASTRO, 2001), e que “abriu o caminho para toda uma nova linha de criação em software, é o acesso *peer to peer* (P2P). Trata-se de um sistema de acesso direto de um computador pessoal a outro” (CASTRO, 2001, p. 3). Essa ética colaborativa vai provocar reações em empresas no âmbito do capitalismo, que deseja manter o domínio (e lucratividade) sobre os produtos.

²⁹Significa o direito de permissão de cópia de uma obra por outros usuários, dando a liberdade de copiar, modificar e redistribuir, exigindo que esse direito seja mantido em todas as versões modificadas.

Nesse contexto, estão as trocas pelas redes *peer-to-peer* [...], que por mais que sejam perseguidas e criminalizadas pelas forças corporativas continuam a se disseminar sem cessar. E é cada vez mais difícil querer convencer a opinião pública mundial de que o que a maioria das pessoas faz *online*, trocar arquivos, é um crime que deva ser punido. (MARTINS, 2014, p.88).

Sob tais condições, a internet tornou-se uma infovia onde circulam narrativas de diversos movimentos sociais, culturais, políticos. “Essa percepção de que a mídia somos nós, esse conjunto de singularidades que podemos acessar, com quem podemos interagir e trocar realmente é uma mutação antropológica” (BENTES, 2016, p.1). Mutação esta que vai ser sociológica também por ser o ciberespaço um abrigo para novos coletivos de mídia, que inventam maneiras de cobertura jornalística onde “estar dentro do acontecimento se traduz em uma forma discursiva contraposta ao modo atual do jornalismo cobrir distanciado dos protestos sociais” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 230). Não somente essas novas formas de cobertura midiática como a linguagem utilizada nas redes sociais digitais irão influenciar as narrativas dos veículos de comunicação tradicionais, ávidos por uma audiência que tem diminuído nos últimos anos. Além das novelas, programas jornalísticos como o Jornal Nacional vêm perdendo audiência nos últimos anos. Esse noticiário “caiu de uma média de 31,8 pontos em 2012 para 24,8 pontos no ano passado [...] dez ou 15 anos atrás era impensável a qualquer pessoa que quisesse ser bem informada deixar de assistir ao *JN*” (FELTRIN, 2016, p. 01). Para atrair esse público que descobriu uma nova forma de assistir à televisão – podendo assistir ao seu programa do celular e na hora desejada – apresentadores de programas televisivos investem em uma linguagem mais informal e na tentativa de inserir o universo da internet na TV seja através de leitura de *tuítes* ou comentando polêmicas nas redes sociais.

Segundo Recuero (2014), a comunicação em redes sociais na internet impulsionou uma dinâmica que aportou novas convenções e práticas:

O uso de convenções para simular elementos da fala e criar semelhanças com a conversação, tais como *emoticons*, onomatopeias e etc., passou a ser comumente observado por diversos pesquisadores e com isso, a conversação mediada pelo computador passou a ser comparada com a oral. (RECUERO, 2014, p. 115)

Nesse sentido, a oralidade nos *sites* de redes sociais, principalmente o Facebook, vai afetar a linguagem escrita, trazendo abreviações e símbolos mais acessíveis a esse público. Outros campos serão igualmente afetados, como uma editora de livros ser comprada por uma emissora de televisão, resultando no que Canclini (2008) chama de promiscuidade: além da

fusão de empresas de ramos diferentes, resultando também no “processo tecnológico de convergência digital e da formação de hábitos culturais diferentes em leitores que, por sua vez, são espectadores e internautas” (CANCLINI, 2008, p. 21). O filme que o cidadão esperava entrar em cartaz, em uma sala mais próxima à sua casa, agora pode ser visto em seu celular, com uma tela de proporção menor. Isso afetará não somente a maneira de usufruir o filme, mas a percepção estética deste. Quanto à televisão, a consequente perda de audiência tem a ver com a maior liberdade do internauta de assistir ao programa da emissora na hora que puder ou quiser, ou quem sabe, nem assistir, porque pode trocá-lo por muitas possibilidades nas redes sociais digitais. Diante desse cenário atual, as doulas interconectaram ativismo e ciberativismo em prol das suas bandeiras de luta, cujas etapas, método e instrumentos de coleta serão descritos no próximo capítulo.

5. CAMINHO DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre o ativismo na internet e nas ruas e suas consequências para a aprovação e implementação da Lei das Doulas, no Estado do Rio de Janeiro. Para isto, o principal instrumento de coleta foi entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas com nove mulheres que participaram deste movimento, oito diretoras da Adoulas RJ e uma pesquisadora, que acompanhou este movimento de construção da lei e da associação. A entrevista com a pesquisadora não entrará no rol de análise, mas serviu como auxílio no entendimento do universo das doulas, do parto humanizado, da saúde das mulheres, principalmente por ela ter acompanhado esse grupo de ativistas durante dois anos para conclusão de estudo no mestrado.

Complementarmente, embora as páginas do Facebook não façam parte da coleta e análise, pensamos ser preponderante o acompanhamento da comunicação nestas páginas para responder aos objetivos da pesquisa. Os dois ambientes visualizados, no Facebook, foram: o grupo secreto Doulas – Articulação contra Resolução Cremerj (Figuras no Anexo 1) e a página Associação de Doulas do Rio de Janeiro. Esses ambientes foram escolhidos porque, mesmo essas ativistas servindo-se da comunicação por *whatsapp*, elas reconhecem que conseguem atingir mais pessoas com a rede social Facebook e, além disso, no caso da página secreta, conseguem organizar melhor fotos, vídeos e documentos. A página é aberta e pública. Embora somente a direção publique, quem quiser pode comentar e ler todas as informações. A página é encontrada nas pesquisas e todos podem curtir. Grupo secreto é diferente de grupo fechado. Neste último, a usuária não pode ler as discussões, mas o grupo é encontrado nas pesquisas feitas no Facebook. O secreto não é encontrado nas pesquisas. Ou recebemos um convite de alguém do grupo ou nunca saberemos da sua existência³⁰. O grupo secreto nasceu da necessidade de organizar as informações sobre atividades e atos de pressão aos parlamentares, tanto on-line quanto off-line, para que os deputados colocassem em pauta a votação da Lei das Doulas e, em um segundo momento, aprovassem esta lei.

Tanto as entrevistas semiestruturadas quanto a visualização dos ambientes no Facebook seguiram um roteiro preestabelecido (Apêndice 1) que tenta circundar todas as questões pertinentes ao tratamento dado à pesquisa, assim como responder aos objetivos propostos. Importante relatar a dificuldade na composição do roteiro para o Facebook, devido ao fato de não termos encontrado padrões para guiarem esse tipo de pesquisa, não obstante os

³⁰

Fonte: Facebook

relatos descritos nas dissertações e teses encontradas serem da análise da coleta de dados, talvez por que:

Cada investigador tem repugnância em descrever a sua hesitante alquimia, contentando-se com a exposição rigorosa dos resultados finais, evitando assim explicitar as hesitações dos cozinhados que os procederam, com grande prejuízo para os principiantes, que não encontram modelos...(BARDIN, 2016, p.38)

Ainda sobre o campo do corpus, notamos que essas ativistas utilizam tanto o ambiente on-line quanto off-line como táticas de visibilidade e fortalecimento da ocupação doulas, que está incluída na estratégia de virar profissão.

No presente trabalho, o que pudemos observar nesse processo – realizando algumas entrevistas com doulas, feministas e com algumas integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, e observando o conteúdo postado pelas doulas em dois grupos no Facebook e todo o material – em especial utilizando análise temática de Laurence Bardin (2011) à luz de elementos do contexto histórico – foi que os “laços sociais mediados pelo computador costumam ser mais multiplexos, pois refletem interações que acontecem em diversos espaços e sistemas”. (RECUERO, 2014, p.42). Além disso, a comunicação mediada por computador mostrou que pode ser um bom mecanismo – dependendo de seu uso – de articulação entre pessoas, com interesses em comum, para uma ação mais efetiva dentro e fora da Internet, como a criação da Lei das Doulas, que tem sido implementada em vários estados do Brasil, por conta dessas conexões via redes sociais on-line.

Como dissemos no capítulo 2, as redes sociais não são uma novidade nas relações humanas, por isso racismo, fascismo, homofobia, misoginia, machismo, que são trazidos para redes sociais na Internet, não deveriam causar espanto. Estes sempre existiram na sociedade, o que a Internet fez foi amplificá-los. Atualmente, muito mais pessoas ficam sabendo das piadas homofóbicas daquele seu primo, que antes ficavam restritas à família ou a um círculo menor. Vale também para o contrário – ainda bem –, os feminismos que há tempos são discutidos, principalmente entre as mulheres, vieram com a força de um megafone para as redes sociais digitais e conseguiram trazer para estas discussões as mulheres comuns, encantadas com as *hashtags* que ocuparam o ciberespaço desses últimos anos para cá, como disse Jéssica Ipólito, do blog *Gorda e Sapatão*: “A gente conseguiu transformar *hashtags* em megafones muito f*, muito potentes e importantes”³¹.

³¹ Entrevista dada à Ellen Paes no documentário #Eu, Você, Todas Nós.

5.1 Entrando no Universo das Doulas

Para diferenciar esse grupo específico das outras doulas que começaram no Brasil na década de 1970, vamos nomeá-lo de movimento das doulas. Ele se organizou após a Resolução do Cremerj, auxiliou o nascimento de leis e entidades em um curto espaço de tempo: formou a Adoulas, conseguiu a aprovação da Lei Estadual das Doulas – que está em fase de regulamentação de alguns itens – e no momento luta pela aprovação da Lei Municipal das Doulas. O atual movimento traz algumas nuances na forma de atuar que o diferencia daquele das doulas com mais tempo de militância. De acordo com as entrevistadas, provavelmente o movimento no Rio de Janeiro motivou a formação de associação de doulas e leis em outros estados, assim como a atuação de doulas em outros estados serviu de motivação para esse grupo. Nessa pesquisa, a partir de entrevistas semiestruturadas com ativistas e com a participação em alguns encontros de doulas, percebemos que, embora elas façam muitos encontros presenciais, também são ativistas na internet, utilizando o *whatsapp* - como forma de organizar as doulas do estado do Rio de Janeiro, resolver casos de obstrução na entrada nas maternidades (mesmo com a lei, temos vários relatos de dificuldades na entrada, às vezes precisando acionar advogados) - e o Facebook para dar visibilidade à Associação e angariar mais associadas.

Os dois ambientes no *Facebook* utilizados por essas doulas são recentes: a página da Associação criada em 06 de outubro de 2015 e o grupo secreto, em 22 de março de 2016. Antes disso, elas se articulavam pelos seus perfis individuais e em grupos de discussão, ambos no Facebook, principalmente com o tem do parto humanizado. De acordo com as ativistas, existe também um grupo no *whatsapp*, com mesmo nome e criado na mesma época do grupo secreto Doulas – Articulação contra Resolução Cremerj. Segundo os relatos das entrevistadas, toda a articulação contra a Resolução e pela aprovação da Lei das Doulas começou pela internet, via *Facebook*, (Figura 3) como já foi dito na introdução e como podemos verificar no chamamento do grupo secreto:

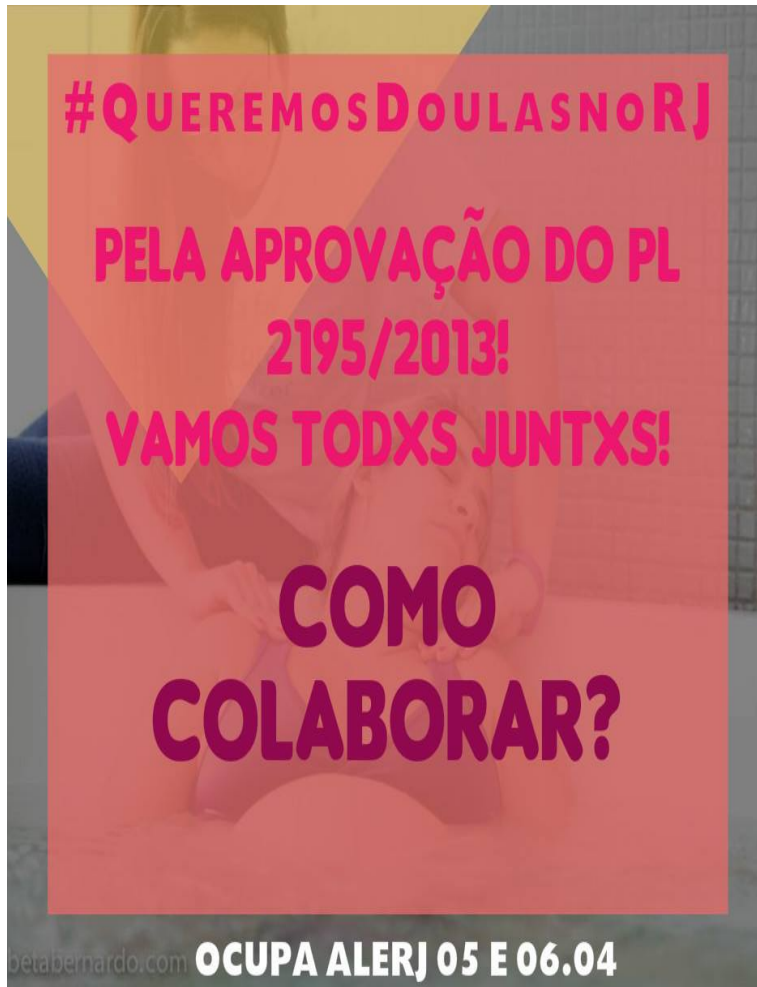


Figura 3: Cartaz do Ocupa Alerj do Grupo secreto Doulas
 Fonte: Grupo secreto Doulas

Sobre o estudo, é relevante realçar o tratamento dado a esta autora durante a pesquisa em campo. Em nenhum momento as entrevistadas dificultaram o acesso à informação na pesquisa. Não criaram qualquer divisão entre ativistas e academia (como se sabe há algumas polêmicas sobre a academia usar movimentos sociais e moradores de favelas e não dar um retorno do material coletado). Pelo contrário, essas ativistas trouxeram elementos novos, incluíram esta pesquisadora no grupo secreto quando perceberam a limitação da página Adoulas RJ para a pesquisa e fizeram vários convites para participação em suas atividades. Houve cooperação ao longo de todo o processo e fomos efetivamente inseridas e familiarizadas no universo pesquisado. Segundo Minayo; Deslandes e Gomes (2015), a interação entre pesquisadora e pesquisadas é fundamental no êxito da pesquisa qualitativa:

A simplicidade por parte do pesquisador é fundamental para o êxito de sua observação, pois ele é menos olhado pela base lógica dos seus estudos e mais pela sua personalidade e seu comportamento. As pessoas que o introduzem no campo e seus interlocutores querem saber se ele é ‘uma boa pessoa’ e se não vai ‘fazer mal ao grupo’, não vai trair ‘seus segredos’ e suas estratégias de resolver os problemas da vida. (MINAYO; DESLANDES; GOMES 2015, p.73)

Para Minayo; Deslandes e Gomes (2015), longe de ser um problema, um bom relacionamento, que contemple o afetivo, as experiências e a linguagem coloquial no ato da entrevista, é condição essencial para o sucesso da pesquisa. “Em geral, os melhores trabalhadores de campo são os mais simpáticos e que melhor se relacionam com os entrevistados” (MINAYO; DESLANDES; GOMES 2015, p. 68). Neste caso, o acolhimento dado pelas doulas proporcionou uma certa leveza à pesquisa, apesar dos choros que pontuaram a relevância de se discutir o tratamento inadequado dado à maioria das mulheres na hora do parto, tema que não estava na centralidade deste trabalho.

Algumas doulas também relataram isso em suas entrevistas, que foram “pinçadas” pelas discussões feministas na internet e, a partir desse aprendizado, foram aprofundando suas escolhas e suas militâncias. Outra comparação que pode ser feita entre as redes sociais na internet e nas ruas é que “Nas redes sociais, há valorização dos elos informais e das relações em detrimento das estruturas hierárquicas” (MARTELETO, 2001, p.72). Nessa perspectiva, ao analisarmos o movimento que fez parte do processo de construção da Lei das Doulas, percebemos que essas ativistas pertenciam a vários grupos e escolas de formação diferentes, que se uniram em torno de uma causa: barrar a Resolução do Cremerj 266/2012. Apesar da militância, muitas nunca atuaram em estruturas com um caráter mais hierárquico. A criação de uma estrutura institucional surgiu da necessidade de uma entidade que respondesse pelas doulas em caso jurídico, o que também facilitaria na regulamentação da lei e na regularização da profissão. “De forma diferente das instituições, as redes não supõem necessariamente um centro hierárquico e uma organização vertical” (MARTELETO, 2001, p.73). A Resolução do Cremerj 266/2012, como disse uma das ativistas, “Foi um tiro no pé”. As doulas que estavam “soltas” – termo que várias entrevistadas utilizam para explicar que, antes da Adoulas RJ, elas não tinham uma atuação conjunta e unificada –, com essa Resolução, precisaram se unir e se organizar, formando estatuto, Código de Ética e uma Matriz Curricular Mínima para exercer a profissão. No caso do movimento pela construção e implementação da Lei das doulas, vimos

nascer uma rede forte formada por doulas, gestantes, mães, algumas profissionais da área de saúde; e em um segundo momento, a criação da Associação das Doulas do Estado do Rio de Janeiro (Adoulas RJ). Uma das ativistas disse que sentia dificuldades em atuar em movimentos que não possuísem uma estrutura hierárquica, onde todas fossem responsáveis e ao mesmo tempo ninguém ficasse responsável por nada diretamente. Foi ideia dessa ativista criar uma instituição que representasse todas as doulas do estado do Rio de Janeiro.

Após a criação da Adoulas RJ, percebemos uma regularidade nos encontros dessas ativistas. São várias as atividades, como reuniões da diretoria, Rodas de Doulas (encontros mensais onde se discute a prática das doulas), Cine Debate (apresentação de filmes e discussões trimestralmente), seminários e participações em eventos de forma estruturada. “Antes, nós fazíamos o curso de doulas, depois o estágio em alguma maternidade, mas não tínhamos um espaço para discutir a nossa prática; agora temos as Rodas”, disse Kappa. Outra discussão relevante é sobre os vários cursos de formação de doulas. A Matriz Curricular Mínima, decidida em Assembleia, vem para tentar dar uma uniformidade nos vários cursos existentes, fazendo com que estes não deixem de fora o que seja essencial a uma doula aprender. Como dito anteriormente, doula é uma ocupação, mas a Lei das Doulas impulsionou o processo de regularização da profissão.

5.2 Etapas da Pesquisa

Esse estudo adotou a premissa que o uso das redes sociais on-line possa auxiliar na implementação de políticas públicas através da informação sobre saúde, da pressão aos meios governamentais e à mídia tradicional e da organização de grupos e pessoas que têm objetivos comuns. Um exemplo de interesse, selecionado para análise, abordou como um grupo de ativistas conseguiu aprovar a chamada Lei das Doulas utilizando e articulando ativismos no ciberespaço (on-line) e fora dele (off-line), considerando que essas duas realidades podem conviver e se influenciar mutuamente. Rastreamos o processo que culminou com a aprovação da chamada Lei das Doulas, nº 7314/2016, sancionada em 15 de junho 2016 e seus desdobramentos, a partir das falas das próprias doulas. Esse estudo é qualitativo e fundamentou-se no método de análise de conteúdo à luz de Laurence Bardin.

Para entender as formas de manifestação na internet e nas ruas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as ativistas da Associação de Doulas do Estado do Rio de

Janeiro, que aportaram conhecimento sobre as ações e motivações dessas mulheres. As entrevistas facilitam observar comportamentos e atitudes “que podem revelar nuances obnubiladas pelo texto escrito, *emoticons* etc.” (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008, p.36). Como a “entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano” (GIL, 2014, p.110), esta foi utilizada para compreendermos também como alguns conceitos são postos em prática na pesquisa proposta: sororidade, feminismo, parto humanizado, violência obstétrica. O recorte empírico se deu a partir de um tempo e de um espaço. Neste caso, o espaço é a Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro (Adoulas RJ), e o período estudado vai de outubro de 2015 a junho de 2017. A Adoulas continua em crescimento tanto no seu número de associadas quanto nas suas relações políticas. Após a aprovação e sanção da Lei das Doulas, as ativistas iniciaram o processo de regulamentação da mesma, conforme iremos discutir no capítulo 4.

Nossa participação nas reuniões começou devido ao interesse em acompanhar algumas atividades deste grupo, objetivando uma compreensão mais adequada do material coletado nas entrevistas.

Tal participação em alguns encontros das doulas trouxe à luz algumas questões caras para essas ativistas e um maior entendimento do seu vocabulário. Entender como elas se relacionam entre pares, os conflitos com os médicos obstetras e equipes das maternidades e a sororidade e empatia que estabelecem com outras mulheres, principalmente as de baixa renda, colaborou na hora de acrescentar algumas perguntas às entrevistas, ampliando a percepção do sentido político que as doulas atribuem ao parto humanizado. Outro ponto importante nessa participação foi minha aproximação como pesquisadora de um grupo militante e bastante coeso. Se, de fato, era uma figura exógena, ao menos deveria entrar na cena social das entrevistadas “como uma pessoa comum que partilha do seu cotidiano” (SCHUTZ, 1973 apud MINAYO, 2015, p. 73), mas tendo em mente o distanciamento necessário intrínseco à pesquisa. Outra pesquisadora refletiu sobre essas distâncias entre investigadores e investigados:

A pesquisa não nos pede o distanciamento, e sim a preocupação, um interesse intrínseco em conhecer em profundidade, em entender, uma escuta atenta ao que dizem, uma observação cuidadosa do que ocorre ao nosso redor. Com rigor, com sistema, com ordem, mas também com envolvimento, proximidade, deixando-se afetar (GARCÍA, 2013, p. 487)

É necessário ressaltar o cuidado que deve ser tomado ao se deixar afetar na produção de conhecimento válido. Embora na pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2015), a interação entre a pesquisadora e pesquisadas seja essencial, tendo como um dos fatores a boa receptividade das entrevistadas, o que as torna mais propensas a responderem às perguntas. Mas é importante manter um certo distanciamento para não enviesar a pesquisa, tentar direcionar as entrevistas ou “ocultar” algo significativo com receio de causar incômodo ao sujeito pesquisado:

O grande desafio nesses casos é saber “trabalhar” o envolvimento e a subjetividade, mantendo o necessário distanciamento que requer um trabalho científico (...) uma das formas de lidar com essa questão tem sido “o estranhamento” um esforço sistemático de análise de uma situação familiar como se fosse estranha. (ANDRÉ, 1995, p.48)

A escuta atenta permeou as entrevistas e encontros com o grupo investigado. A utilização do método análise de conteúdo dos transcritos de entrevista semiestruturada incentivou flexibilidade e espontaneidade das entrevistadas, indispensável “para tirar partido de um material dito qualitativo” (BARDIN, 2016, p.93). Mesmo tendo um roteiro, este funcionou como guia e não como uma amarra. Todas as entrevistadas foram colaborativas e atenciosas, metade delas mostrou emoção à flor da pele, destacando-se relatos de violências obstétricas, nas quais as entrevistadas estavam implicadas como vítimas ou testemunhas.

Para auxiliar na categorização do material e na análise consecutiva, realizamos transcrição integral do que ocorreu no momento da entrevista, “incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos da entrevistadora³²” (BARDIN, 2016, p. 93). Na sequência, inserimos marcações como negrito e cores diferentes para marcar temas e ênfases. Por fim, demarcamos cacoetes, palavrões, emoções, gestos, respiros de cada entrevistada, porque embora o “objetivo final é poder inferir algo, por meio dessas palavras, a propósito de uma realidade [...] representativa de [...] um grupo social” (BARDIN, 2016, p. 94), procuramos preservar a singularidade de cada ativista, pois entendemos que a individualidade influencia o grupo social e vice-versa.

³² Grifo nosso: entrevistadora (no original, entrevistador)

5.3 Procedimentos

Nossa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), processo 62818116.3.0000.5241, concluído em 24 de janeiro de 2017 (Apêndice 2). Obtivemos autorização para entrevistar 12 pessoas, sendo 10 diretoras da Adoulas RJ; uma associada da Adoulas RJ e uma pesquisadora, que acompanhou este movimento de construção da lei e da associação.

Montamos um roteiro para entrevista semiestruturada, a partir dos objetivos da pesquisa e do que recolhemos de informações nas participações realizadas em atividades da Adoulas. Realizamos um pré-teste desse roteiro, no dia 09 de março de 2017, com a médica sanitária Tizuko Shiraiwa, que foi da área técnica de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, de 1995 a 2016. Shiraiwa, conhecedora do trabalho das doulas em vários estados, elogiou o roteiro e fez duas sugestões.

A escolha das 10 diretoras é consequência da participação delas em todo o processo: construção da Lei e da Adoulas, e regulamentação da profissão. Sobre a seleção de uma associada da Adoulas era um cuidado nosso em ter outros tipos de olhares sobre o movimento dessas ativistas. Após contato com algumas lideranças em reuniões do grupo, enviamos uma carta convite por e-mail, formalizando o pedido de entrevista comunicado em contato prévio e presencial, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (contidos no Apêndice 3) para toda a diretoria. Algumas ativistas contatadas demoraram algumas semanas para responder à carta convite e o período de carnaval colaborou com o atraso nas respostas e no agendamento das entrevistas. Além do e-mail, fizemos contato via Facebook e WhatsApp, porém todas elas, assim como a maioria das mulheres brasileiras, possuem jornada dupla, às vezes tripla. Algumas são doulas e exercem outras profissões, além de serem mães e ativistas. Uma delas ainda estava grávida, e só conseguimos marcar em maio. Então, decidimos fechar a coleta com oito associadas.

A primeira entrevista foi realizada no dia 24 de março de 2017 e a última no dia 26 de maio de 2017. Das 10 entrevistas previstas com associadas, conseguimos realizar oito presencialmente. A entrevista com a pesquisadora Fernanda Loureiro realizou-se pelo Facebook. Esta colaborou no sentido de ampliar o conhecimento do universo das doulas, tendo em vista que ela acompanhou a atuação dessas ativistas durante dois anos, para

construir a sua dissertação sobre doulas no Brasil. As entrevistas foram realizadas no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, local de acesso de todas, seja para estudo, trabalho ou atuação política. Os espaços foram variando conforme preferência ou disponibilidade da pesquisadora e entrevistadas: livraria, escritório ou área emprestada por amigos. As entrevistas foram realizadas individualmente e duraram em média entre 45 minutos e uma hora e 30 minutos, exceto uma, que durou mais de três horas.

5.4 Organização do Material Coletado

Os temas utilizados para organizar os resultados foram os mais citados pelas entrevistadas, evidenciando que são os mais relevantes politicamente para essas ativistas. Procuramos agrupar temas correlatos em um mesmo subtítulo: Violência Obstétrica/Cesárea Desnecessária; Atuação Política/Internet/Ativismo na Internet e na Rua/Democratizar a Informação; Sororidade/Feminismo/Opressão de classe e raça e Profissionais de Saúde/Pacote Padronizado de Intervenções Desnecessárias/A luta pela Volta do Protagonismo da Mulher no Parto.

Preparamos um quadro (Quadro 1) para identificar e definir os temas principais, com alguns exemplos dos assuntos mais abordados pelas entrevistadas e a partir daí montamos os subcapítulos. No quadro de identificação e definição dos temas principais, assim como na transcrição das entrevistas, usamos cores para ficar mais fácil identificar os temas: azul: internet, comunicação; verde: saúde; atuação política; lilás: feminismo. A cor rosa foi pouco utilizada e serviu para marcar filmes como forma de ficarmos atentas para convergência de mídias, como destacaram os autores Canclini (2015) e Jenkins (2009). Às vezes um mesmo assunto era ao mesmo tempo sobre Internet e atuação política, então optávamos por colorir com o assunto que mais se destacava. Também aumentamos a fonte quando elas aumentavam a voz ao rememorar tanto as cenas boas quanto as ruins ou quando queríamos destacar alguma frase impactante.

Quadro 1 - Identificação e Definição dos Temas Principais

- VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	<p>PI: Eu sustento a casa como doula, os trabalhos voluntários que eu faço agora são nas Clínicas de Família assim fazendo pintura de barriga para chamar atenção das mulheres, para elas irem ouvir o que a gente tem a falar sobre violência obstétrica, assim porque tem que ter um chamariz, né?! Só falar assim: “Vem cá que a gente vai falar sobre violência obstétrica!” Não vai adiantar. Então, a gente sempre dá um <i>bonusinho</i> de agrado.</p> <p>Pesq.: E a equipe médica, enfermeira, ninguém fica chateada com vocês, não? Porque vocês vão falar sobre violência obstétrica.</p> <p>PI: Ah! Isso aí, não sei. (rimos)</p> <p>Pesq.: (ri) Vocês falam, né?!</p> <p>PI: A gente fala.</p> <p>Pesq.: Mas vocês falam lá dentro da Clínica da Família?</p> <p>PI: Sim. (com ênfase) Dentro da Clínica.</p>
------------------------	--

	<p>Pesq.: Então, na saúde da mulher, você começou pela legalização do aborto e depois...</p> <p>ÔMEGA: E depois foi quando meu filho nasceu, que eu sofri violência obstétrica.</p> <p>Pesq.: Ah, é?! Você, todo mundo, então, pelo jeito.</p> <p>ÔMEGA: A grande maioria.</p>
- INTERNET	<p>Pesq.: Quais os meios de comunicação que vocês utilizaram e utilizam para articulação do movimento das doulas?</p> <p>PI: Internet.</p> <p>Pesq.: Fala qual vocês utilizaram primeiro.</p> <p>PI: Internet: Facebook, depois WhatsApp. Foi bem próximo um do outro. Começou no Facebook, depois no WhatsApp, é (respirando), agora assim, agora a gente está começando a levar mais para rua, outra...</p> <p>THETA -Eu me deparei com o feminismo, uma das primeiras pautas que eu li foi sobre violência obstétrica, eu tive contato com o filme Violência Obstétrica– A Voz das Brasileiras, e foi esse o meu início.</p> <p>Pesq.: Alguém indicou o filme?</p> <p>THETA: Foi um texto que eu vi na Internet sobre violência obstétrica e ele linkava no filme.</p>
- SORORIDADE	<p>Pesq.: Foram conversar com as mulheres sobre parto?</p> <p>PI: Conversar sobre violência, porque a gente tem que conscientizar que o que elas sofrem no parto não é normal. Não é normal o médico chegar para uma mulher que está em trabalho de parto, que está com dor, que está vocalizando, que está gritando, seja lá o que for e falar: “Ah, quando estava lá fazendo, revirando o olhinho, não gritou!”</p> <p>THETA: Aí, elas fazem um tour pela maternidade, recebem a bolsa cegonha, recebem o enxoval e tiram dúvidas. Sempre tem uma profissional lá para falar sobre amamentação, sobre o parto, dia do parto, quando tem que ir, quando é que começa, enfim, tirar essas dúvidas e a gente tinha uma vez por mês, na última meia hora para gente explicar qual era o trabalho da doula, o que a gente faz, o que a gente pode ajudar nesse período, nesse processo.</p> <p>Pesq.: Alguém se interessa?</p> <p>THETA: Sim, sim. A gente tem um <i>feedback</i> bem bacana das mulheres que foram atendidas. Algumas adicionam a gente no Facebook, então de alguma maneira a gente acompanha o desenvolvimento desse bebê, fica algum vínculo, carinho.</p>
- FEMINISMO	<p>ÔMEGA: Aí, eu era feminista, mas não sabia. Quando eu fui para faculdade, que eu comecei a ler, comecei a entender. Quero ter os meus direitos e ponto, mais nada. Quero proibir ninguém.</p>

	<p>Aí, fui lendo, fui me informando, me formando também, né?! Porque é um aprendizado diário. Quando eu me tornei mãe, aí que virei feminista pra c* (NJ: as feministas de outras vertentes não falam assim, procuram trocar todas as palavras por seu feminino: clitóris, Deusa, etc). Eu tinha que ser o triplo da feminista que eu era, porque a opressão triplica.</p> <p>KAPPA: Acho que a minha primeira formação feminista deve ter sido em 99...</p> <p>Pesq.: Você começou, em 99, a militar no feminismo?</p> <p>KAPPA: É, não necessariamente na saúde, né? Mas como a gente defende o aborto como uma questão de saúde, considero que a militância do ponto de vista desse campo é recorrente. Eu participei das Conferências Municipais de Mulheres, participei de várias etapas da Conferência Nacional de Mulheres e tal. É uma pauta que sempre foi recorrente, não no ponto de vista das doulas, mas sempre foi uma pauta recorrente no ponto de vista do exercício cotidiano. 99, 18 anos, está bom, 18 anos.</p>
- PROFISSIONAIS DE SAÚDE	<p>Pesq.: Chama o médico para fazer em casa?</p> <p>ÔMEGA: Médico não. Eu tô com uma equipe de parteiras.</p> <p>Pesq.: Ah, não vai ter médico!</p> <p>ÔMEGA: Médico, argh! (faz uma careta), não quero esse povo (coloca isso não. Algo assim que ela disse, falou baixo). Por enquanto, não estou precisando.</p> <p>PI: Isso aí é de uma violência. Ou então empurrar a barriga, fazer kristeller, aquela manobra...</p> <p>Pesq.: Também não é necessária?</p> <p>PI: Não só não é necessária como pode causar prejuízos muito grandes tanto para mãe quanto para o bebê, pode quebrar a costela da mãe, pode aumentar a pressão intracraniana do bebê, pode aumentar a laceração, o risco de laceração. Geralmente, os médicos têm um pacotão de intervenção.</p> <p>KAPPA: Então, hoje têm outros médicos para atender, novas equipes de parto domiciliar passaram a atender, foi principalmente por demanda, mais demanda, mais equipes, o capitalismo sabe como é? Cerca tudo, não tem...</p>
- CESÁREA DESNECESSÁRIA	<p>Pesq.: Mesmo sendo do SUS.</p> <p>THETA: Mesmo sendo do SUS, então ainda bem porque no SUS a taxa de cesárea é menor do que no sistema privado, mas não vou dizer que não tem violência obstétrica na Maria Amélia, tem, mas comparada a outras maternidades...agora a gente vê que as outras unidades estão começando a repensar algumas práticas.</p> <p>KAPPA: Esse tema nem estava difundido no Brasil, foi em 98</p>

	<p>que pari meu primeiro filho, nem os médicos faziam cesarianas tão descaradamente, entendeu?! O meu médico, então...tanto que eu fui até 42 semanas, no hospital privado...</p> <p>Pesq.: A primeira foi cesárea?</p> <p>KAPPA: Foi cesárea por que...falta de informação. Eu estava com 41 semanas e seis dias, completaria 42 no dia seguinte e o médico já tinha me avisado que se eu não entrasse em trabalho de parto, no dia seguinte eu deveria ir pronta para operar. Estava bem tristonha, mas naquele momento eu achei assim 42 semanas, esperei tudo também, estava na minha cabeça assim: “Bom, esperei tudo que tinha que esperar, né?!” (...) Eu cheguei lá, num quadro bem avançado, mas uma juvenzinha de 17 anos, com aquele sangramento, vou operar, não vou ficar aqui correndo o risco dela ter algum problema e foi trash, péssimo, foi HOR-RÍVEL! Horrível! Eu fiquei muito amargurada.</p>
- DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	<p>BETA- Eu acho que Internet é importante no sentido de divulgação de informação, pelo menos a primeira informação. Temos conteúdos muito bons na Internet, mas não é a maioria, mas serve para a mulher buscar a primeira informação ou onde ela deve buscar mais ajuda em alguma necessidade de saúde e que isso se expanda a várias camadas da sociedade porque por mais que a gente saiba que não é todo mundo que tem acesso à Internet, hoje em dia a maioria tem, muitas pessoas têm acesso à internet, então se a gente consegue divulgar uma informação de qualidade ou divulgar um serviço de qualidade para mulheres de várias camadas da sociedade, eu acho que é uma ferramenta interessante.</p> <p>Pesq.: Você tem dois filhos?</p> <p>ALPHA: Sim, tenho dois filhos e os dois foram cesáreas e aí eu descobri que não precisaria ter sido cesariana, só que até então eu achava que era isso mesmo, porque a minha geração foi toda de cesariana. Não tinha essa informação do parto normal, não existia Internet, então não tinha como você acessar muitas coisas. Até então eu achava...</p> <p>Pesq.: Você descobriu isso através da Internet, lendo?</p> <p>ALPHA: Lendo, através da Internet, pessoas que me falaram. Também porque vi aquele filme O Renascimento do Parto, vi há quatro anos.</p>
- ATUAÇÃO POLÍTICA	<p>PI: Com certeza. A sociedade patriarcal trata a mulher como se fosse propriedade dela, como se ele pudesse fazer, os médicos que são, vamos lá...</p> <p>Pesq.: Grande parte homem.</p> <p>PI: Grande parte homem, é o ícone, né?! É ele que vai me</p>

	<p>violentar no parto, às vezes não só, mulheres também, mas enfim, faz tudo parte da reprodução desse machismo. Então, se você tá atuando ali como doula, você tá fazendo um microativismo, independente se “Ah, eu não sou ativista!”. É sim. Claro que é. Você é feminista sim, só não sabe.</p> <p>Pesq.: E você acha importante? Que tem gente que critica: “Vocês só ficam na Internet, militantes virtuais” O que você acha?</p> <p>SIGMA: Não, eu acho, assim, cada um tem seus motivos, claro né. O meu, eu preferia estar, claro, presencialmente, mas nem sempre é possível. Quando eu pude, eu vim. Das vezes que eu pude vir, eu vim. Sempre tem né, até nas ciências sociais, sempre tem aquele discurso “ah, você é sociólogo de gabinete” [risos], essas coisas assim, sempre tem alguém pra criticar, enfim (ri)...</p>
<p>- OPRESSÃO DE CLASSE E RAÇA</p>	<p>Pesq.: Essa violência você acha que acontece mais com a mulher pobre ou em todas as classes?</p> <p>THETA: Em todas as classes, mas sem sombra de dúvida, as mulheres negras sofrem muito mais porque aí tem a questão do machismo, tem a questão do racismo e eles acreditam que a mulher negra é capaz de suportar melhor a dor. Tem também uma questão de punir essa mulher, tipo: “Ah, ano que vem você estará aqui de novo!”. São frases muito recorrentes. Então, eu acho que a questão da classe social e a questão da mulher ser negra: sim, influenciam. Isso não significa que a mulher de classe média, classe média alta não sofram violência, mas é sutil. Não que não exista.</p> <p>Pesq.: É mais psicológico, verbal?</p> <p>THETA: São mais sutis, sabe?! A forma que os médicos falam, que é para preservar o bebê e tal, eles têm uma outra pegada. Aí, marcam uma cesariana agendada porque elas acham que é melhor assim. É um outro tipo, mas com certeza ela existe.</p> <p>ÔMEGA: Sim, eu falei: ZETA, eu não sou da Baixada, mas eu entendo, pô, que não é fácil! (comigo) E como o meu feminismo sempre foi classista, não era só gênero.</p> <p>Pesq.: O meu é classista também, porque são as que mais sofrem, né?!</p> <p>ÔMEGA: Lógico, cara (concordando, num tom mais alto). É isso! P*! Porque defender a Adriana (A Ancelmo)? Ela nunca vai ficar ao lado da mulher que trabalha na casa dela, tomando conta dos filhos dela. É isso que uma galera não entende. Nunca vai ficar ao lado. Jamais.</p>

<p>- RELAÇÃO ATIVISMO NA INTERNET E “NAS RUAS”</p>	<p>Pesq.: Já sabia o q iria fazer?</p> <p>KAPPA: Já sabia o que iria fazer, tudo discutido na internet. Quando cheguei à Alerj, sabia mais ou menos, eu tinha mais ou menos na cabeça assim, a gente se encontra lá na frente, junta “as mulhé”, depois divide os grupos, entra na Alerj, pintada, leva o dossiê, porque era importante o dossiê. Fisicamente eu ainda tenho o dossiê aqui.</p> <p>Pesq.: (rindo) Você tem?</p> <p>KAPPA: Tenho. (Foi lá pegar) Tenho aqui para você.</p> <p>Pesq.: Esse é o dossiê que vocês entregaram em cada gabinete?</p> <p>KAPPA: Isso que a gente entregou em cada gabinete.</p> <p>GAMMA: Fica sabendo das coisas e eu acho que é isso assim tem um lugar de juntar, de articular as pessoas que estão em lugares distantes, que estão nos seus afazeres, enfim, que não vai ter como ter a presença, a reunião física. Mas eu acho que é superimportante ter a reunião física para as coisas andarem.</p> <p>Pesq.: Você acha que a internet tem um limite, né?!</p> <p>GAMMA: Tem um limite. Ela contribuiu para alguns bicos, alguns compromissos, para divulgar, enfim, para fazer propaganda das questões...</p> <p>Pesq.: Mas o principal é...</p> <p>GAMMA: Você precisa ter a vivência, a experiência de estar junto, de construir junto, sabe?! É muito rico. A gente da diretoria, a gente se reuniu muito, ano passado...</p>
--	--

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Este quadro nos auxiliou na reflexão sobre quais temas e falas utilizar ou deixar de fora dessa pesquisa. O quadro foi montado e estruturado conforme a análise de conteúdo, “que tem como procedimentos uma escuta intuitiva, seguida por uma organização em que temas são percebidos no atravessamento das entrevistas realizadas e uma análise sobre a construção interna de cada discurso é observada” (CORRÊA, 2013, p. 70-71). Embora preparássemos o roteiro, cada entrevista foi sendo construída no momento em que as entrevistadas entravam em contato com os temas; houve uma organização individual, mesmo que isso não fosse consciente nem para pesquisadora nem para entrevistada, e havia “uma organização subjacente, uma espécie de calculismo, afetivo e cognitivo, muitas vezes inconsciente na medida em que a entrevista é mais um discurso espontâneo do que um discurso preparado” (BARDIN, 2016, p.96).

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Descreveremos a seguir os principais resultados alcançados nesta pesquisa que visou investigar a relação entre o ativismo na internet e nas ruas e suas consequências para a aprovação e implementação da Lei das Doulas, no Estado do Rio de Janeiro.

6.1. Traçando um Perfil das Doulas

O que percebemos no acompanhamento desse grupo específico de doulas é que o ativismo é uma das suas marcas principais. Não que as doulas mais tradicionais – digamos assim – não fossem ativistas, mas era diferente. Elas eram ativistas pelo parto humanizado, pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, mas em outra dimensão. As militantes da Adoulas estendem seu ativismo para as opressões de classe, gênero e raça e, além de militarem nos campos citados, trazem essas questões para as discussões sobre parto humanizado e direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. A pesquisadora entrevistada comentou que o ativismo dessas doulas foi o que mais chamou sua atenção. A maneira pela qual esse grupo atuou é um dado relevante nas configurações políticas conquistadas com tanta rapidez.

Outra marca desse grupo é a sororidade, não somente entre as componentes desta associação, mas abrangente às mulheres em geral, especialmente as mais pobres. Elas irão demonstrar essa atitude em vários momentos da entrevista, até mesmo na hora em que agradecemos a uma delas pela entrevista, e Theta responde: “Obrigada você, pela oportunidade de ajudar outra mulher”. Mas sobre esse termo cunhado pelas feministas, sororidade, falaremos mais no item temático. Em determinado momento da nossa pesquisa em que estudávamos especificamente a ocupação doulas, percebemos que as doulas mais antigas tiveram um trabalho importante ao desbravar esse terreno visando retomar o protagonismo das mulheres no parto, mas elas mesmas reconhecem a inovação e o frescor que esse grupo de ativistas trouxe ao movimento. Se, antes, pouca gente sabia o que era doula, atualmente se percebe que as doulas conquistaram espaço na grande imprensa em vários estados no Brasil lutando contra Conselhos, resoluções ou aprovando leis. A doula Kappa, em sua entrevista, fala sobre a recepção de Ninfa, uma das doulas mais antigas no Brasil, quando ela explica o motivo de estar à frente da associação mesmo não sendo uma doula tão conhecida, até aquele momento: “Você está sendo a doula das doulas”, disse Ninfa. É relevante explicitar que as diferenças percebidas não possuem nenhuma discriminação etária. O recorte utilizado – as mais antigas – somente serviu como auxílio na identificação e diferenciação destes grupos,

para determinar quem chegou há mais tempo e pessoas que não possuem um ano como doula. Outra evidência da diferença entre esse grupo específico de doulas e as desbravadoras é a entidade nacional, Ando, que não pode representar as doulas, como os conselhos fazem em determinadas profissões. Então, essas ativistas tiveram que, em poucos meses, cuidar das emendas e aprovação da lei e paralelamente montar uma entidade que as representasse politicamente e juridicamente, como nos contou Kappa:

Da maneira como eu fui forjada na militância, tudo muito institucional. Então, eu sempre achei que essa porrada que a gente levou do Coren, não podendo representar, é uma falha. Aí logo tentaram ver com a Ando, da Fadyinha, mas parece que tinha problema.

As doulas têm uma coisa parecida com as militantes mais tradicionais, embora usem com certa intensidade o *Facebook* para propagar suas ideias e muitas sejam novas na militância e nada tradicionais em seu ativismo: elas gostam de reunião, encontros, eventos presenciais e acreditam nestes como incrementos para um ativismo mais bem sucedido, como explicou Gamma, em sua entrevista:

É, eu acho que as lutas demandam muito do vínculo, que é o vínculo humano, afetivo, e ele se constrói na experiência real assim, entendeu?! E você conhece as pessoas, estar junto, e assim, às vezes a gente faz a reunião, a gente briga, aí um fala torto, o outro não sei o quê, dá esporro, e depois a gente senta e come junto e faz uma coisa junto e se diverte, isso é importante para luta também, sabe?! A gente fez festa no dia da doula, foi superlegal. Nossa, imagina, na internet não ia ter festa do dia da doula (ri).

As ciberfeministas ou webativistas, por não manterem um contato tão próximo fora das redes sociais digitais, são muito mais afeitas a discussões, que levam a rompimentos e execrações públicas. Mas esse posicionamento em rede digital é característico de muitas pessoas e não somente das ciberfeministas e ativistas em geral. Contudo, nesse trabalho o foco é nos ativistas. Dito isso, chamamos a atenção para o ciberespaço, local em que os ativistas parecem pensar que não precisam exercitar a paciência. Alguém falou algo que o outro não gostou, bloqueia a pessoa, corta o indivíduo do seu círculo de discussões. Além do algoritmo do *Facebook*, que faz as contas e percebe quando “eu ainda clicava mais vezes nos links dos meus amigos progressistas do que nos dos meus amigos conservadores” (PARISER, 2012, p.11), os ativistas acabam construindo suas bolhas concordantes e por isso veem especialmente as postagens e comentários de pessoas que compactuam de sua visão de

mundo. Um aspecto relevante do ciberfeminismo é que este tipo de atuação colocou muitas mulheres em contato com o feminismo, mesmo as que não sabiam exatamente o que significava ou tinham uma ideia estigmatizada do movimento, como veremos nos relatos de algumas entrevistadas, no item temático, e nesse artigo da *Carta Capital*: “Na internet troca-se muito conhecimento, e é pela internet que muita gente se depara com o feminismo pela primeira vez. Isso tudo pode ser bom e ruim, mas não é esta a questão.” (BURIGO, 2015). Mas Burigo também chama atenção para a guerra entre as webativistas nas redes sociais:

Ultimamente, no entanto, tenho percebido um aumento na fadiga de feministas que participam destas conversas. Muitas estão dizendo que o clima dos debates ficou tão tenso que mulheres adentrando o movimento declaram estar com medo – de falar, de levantar questionamentos, ou de errar a forma como um tema é abordado – por saberem que serão achincalhadas por outras mulheres, de formas desnecessariamente agressivas e repressoras. (BURIGO, 2015)

Como muitas delas somente atuam nas redes sociais *online*, elas não criam vínculos, laços entre si, então é mais fácil romper com qualquer voz dissonante. Militantes feministas que transportam seu ativismo além das redes digitais sabem que, apesar das diferenças entre as vertentes, terão que conviver e atuar juntas como nas organizações de eventos, passeatas, atos.

6.2. Violência obstétrica/Cesárea desnecessária

Esses temas não fizeram parte do roteiro de entrevistas semiestruturadas, mas eles se fizeram tão presentes e intensos nos relatos de todas as entrevistadas, que foram inseridos na análise. Todas elas presenciaram ou sofreram violência obstétrica e/ou cesárea desnecessária. Metade das entrevistadas não conteve a emoção na hora de resgatar suas reminiscências, como nesse relato de Pi, cuja pergunta inicial era sobre o começo da sua militância em prol da saúde.

Pi: ...Foi parto normal. Eu estava com anestesia, muita ocitocina, depois eu tive hemorragia pós-parto, severa, quase fui embora, por erro também, né, dos médicos. Minha filha foi para UTI, foi um caos assim.

Entrevistadora: O que ela teve?

Pi: Teve pneumotórax.

Entrevistadora: O que é isso?

Pi: Na verdade eu não tenho como saber exatamente o que foi, porque no meu prontuário não escreveram a metade das coisas que aconteceram. Eu cheguei a pedir o prontuário, mas como foi um parto complicado, todo um processo muito grande e complexo, metade do meu prontuário não existe, eles não anotaram.

No caso de Pi, houve parto normal, porque ela adquirira um certo grau de informação e questionou algumas intervenções padrões desnecessárias da equipe médica, como o toque e a ocitocina para acelerar o trabalho de parto, mas ela relatou que passou por muitas violências verbais na maternidade.

No meu caso, meu trabalho de parto ainda estava no começo. Aí, , fiquei muito tempo no hospital e por um lado eu entendo que o hospital também tem uma rotatividade. Eu estava ali ocupando um espaço, mas eu tive um médico que me tratou muito mal, me indicou cesárea sem a menor necessidade, depois ainda colocou toda a equipe médica que estava no plantão contra mim, falando que eu era uma gestante não colaborativa.

O inquérito nacional Nascir Brasil (2016) alerta que o “excesso de intervenções obstétricas e o baixo uso de boas práticas na atenção ao parto permanecem no Brasil” e que essas atitudes podem contribuir, entre outros agravos, com a alta taxa de prematuridade (11,5%), quase duas vezes maior que nos países europeus. A pesquisa também demonstra que as taxas de cesariana continuam altas, com 88% no setor privado e 43% nos serviços públicos. Todas as entrevistadas relataram que sofreram ou presenciaram cesáreas desnecessárias e esses fatos, acrescidos da violência obstétrica, levaram todas as ativistas a procurarem informações na internet e consequentemente se tornarem doulas, como relatou Sigma:

Entrevistadora: E desde quando você participa de ações em prol da saúde da mulher? E como você começou?

Sigma: Então, tudo começou com a gravidez da minha segunda filha, procurando informação sobre o Sistema Único de Saúde.

Entrevistadora: Começou com a gravidez dela?

Sigma: Sim.

Entrevistadora: Da segunda?

Sigma: Da segunda. Na primeira, passei por uma cesárea intraparto, depois de cinco anos eu engravidei de novo e fui descobrir que a cesárea que eu passei era desnecessária. Então, eu comecei a estudar sobre, procurei uma doula e foi ela que me ajudou nessas pesquisas sobre o sistema obstétrico.

Entrevistadora: Só na segunda que você teve doula...

Sigma: Só na segunda.

A fala de outra doula evidencia também ter passado por cesáreas desnecessárias, episódios que apenas foram percebidos anos depois. Alpha nos contou que o acesso à informação nas redes sociais on-line possibilitou compreender as várias intervenções evitáveis sofridas por ela e seus filhos, como a de pingar colírio nos olhos. Alpha disse ter ficado muito chocada quando descobriu que este é um protocolo desnecessário, invasivo, que

irrita os olhos do recém-nascido, sendo este recepcionado de uma maneira violenta. Todas essas agressões de alguma maneira estimularam Alpha a buscar mais informação, conhecer as reflexões do movimento pelo parto humanizado e fazer um curso de doula para ficar mais apta a ajudar outra mulher, preocupação que todas demonstraram em vários momentos da entrevista.

Entrevistadora: Por que você resolveu ser doula?

Alpha: Porque quando comecei a ler, me interessar pelo assunto, eu descobri que eu tinha feito duas cesarianas desnecessárias, que tinham me enganado.

Entrevistadora: Você tem dois filhos?

Alpha: Sim, tenho dois filhos e os dois foram cesáreas e aí eu descobri que não precisaria ter sido cesariana, só que até então eu achava que era isso mesmo, porque a minha geração foi toda de cesariana. Não tinha essa informação do parto normal, não existia Internet, então não tinha como você acessar muitas coisas. Até então eu achava...

Entrevistadora: Você descobriu isso através da Internet, ou dos livros?

Alpha: Lendo livros, através da Internet, pessoas que me falaram. Eu vi aquele filme *O Renascimento do Parto*, vi há quatro anos.

Entrevistadora: E há quatro anos você começou como doula?

Alpha: Sim.

Outra doula, Ômega, nos relatou que, além das intervenções médicas desnecessárias, passou por várias violências verbais. Ômega acredita que sofreu essas violências porque teve a sua criança em uma maternidade pública muito próxima à favela, talvez identificada como moradora daquele espaço, e para eles menos merecedora de atenção qualificada. Mas esse assunto, trataremos de forma mais abrangente no item sobre opressão de classe.

6.3. Atuação Política/Internet/Ativismo na Internet e na Rua/Democratizar a Informação

Após o advento da Internet e o seu acesso ampliado para um público cada vez maior, novas formas do fazer política ganharam tanto a internet quanto as ruas. Além disso, temos “novas formas de subjetivação sendo engendradas pela inteligência coletiva em redes, na nuvem de dados, informações, análises, expressões, que nos envolvem, atravessam, que nos constituem” (BENTES, 2009, p. 73). Na atuação desse movimento de doulas, verificamos essas novas e “velhas” formas de luta se interligando e se misturando: as *hashtags* que ocupam as ruas; o ato filmado, fotografado e enviado em tempo real; e as militantes divulgando suas atividades nas redes sociais digitais. As pressões que eram exercitadas nas

ruas em forma de passeata e ocupações, agora trazem também a multidão para o ciberespaço no formato de petições, protestos, reclamações, denúncias. Multidão aqui, seguindo o conceito do filósofo italiano Antonio Negri, vista como potência, uma multiplicidade de singularidades, em oposição ao povo, percebido como uma massa uniforme. Entretanto, é essa multiplicidade que descobrirá condições de atuações conjuntas, apesar de suas diferenças, pois “somente analisando a cooperação podemos, com efeito, descobrir que o todo de singularidades produz além da medida” (NEGRI, 2004, p.17). E essas ativistas produziram além da medida, via *floods*³³ ou cartazes impressos ocuparam a Internet e as ruas.

Todas as entrevistadas relataram que as articulações contra a Resolução do Cremerj começaram nas redes sociais digitais, como foi dito anteriormente, mas nesse subcapítulo verificaremos como elas conseguiram utilizar vários aparatos de comunicação, como nessa conversa com Pi, em que relata que “infernizou os deputados” tanto on-line quanto off-line.

Pesquisadora: Você acha que a utilização da internet influenciou a aprovação da lei? [Por quê?]

Pi: Eu acho que ajudou muito, porque a **gente infernizou os deputados**.

Pesquisadora: Como?

Pi: Indo a todas as postagens que eles faziam, qualquer coisa para se promoverem e a gente ia lá e ficava: Então, aprova a lei das doulas, não sei o quê, porque vamos aí, amanhã. Na votação, vote sim, não sei o quê, e botava os memezinhos, da barriguinha, é uma, uma...

Pesquisadora: Figurinha.

Pi: Figurinha, a que tem um bebezinho na barriga, aí ficava lá **massacrando (ênfase)**, fazendo ***flood** mesmo nas páginas. Aí, eles “Meus Deus do céu, essas mulheres são loucas!”; “Não vão deixar a gente em paz nunca mais”.

Pesquisadora: (ri)

Pi: Dá essa m* aí para essas mulheres porque pelo amor de Deus!”. Eles estavam já, gente do céu. Eles viram que a gente não ia largar o pé até eles assinarem as coisas lá.

Pesquisadora: Então, ajudou também a influenciar?

Pi: Ajudou.

Pesquisadora: Além de vocês estarem lá presencialmente.

Pi: É. Acho que essa coisa do... que a Kappa fala que é lobby, né?! Que a gente fez lá, de ir de um em um, vamos lá, vamos convencer, olha só, a gente não quer interferir na profissão de ninguém, acho que isso também foi muito importante, porque acho que eles não estavam preparados para receberem mulheres com crianças, gestantes e a gente estava lá, fazendo o corpo a corpo, né?!

Em sua entrevista, Ômega também utiliza a mesma expressão para explicar a pressão em cima dos parlamentares: “infernizar a vida deles”, elas usam as armas que têm. Como não

³³Palavra inglesa que significa inundação, mas na internet serve para identificar um comportamento irritante.

tinham outra alternativa – como os lobistas, que trocam leis por apoios financeiros – só restava a elas aplicar a comunicação incessante, afirmativa e combativa, utilizando a “estética como base da política, a batalha entre o perceptível e o sensível e sua partilha surgem nesse embate e limite das relações entre fazer, dizer e tomar visível o que não era” (BENTES, 2015, p.31). Elas criaram uma estética e ressignificaram símbolos esquecidos da esquerda como os bótons.

Pesquisadora: Você acha que a utilização da internet influenciou a aprovação da lei? [Por quê?]

Ômega: Muito.

Pesquisadora: Então, como você acha que influenciou?

Ômega: É o meio mais fácil de atingir as pessoas que defendiam a causa, e por mais que elas não pudessem ir, elas agitavam pela Internet, acho até que rolou um tuitaço, não tô lembrada.

Pesquisadora: Compartilhavam...

Ômega: Compartilhavam, convidavam as pessoas, foi muito maneiro.

Pesquisadora: E também pressionavam os deputados?

Ômega: Sim, porque a gente ia às páginas deles infernizar a vida deles (rimos).

Pesquisadora: Então, ajudou.

Ômega: #queremosumadoulanorio; #todamulhermereceumadoula, que virou o nosso bóton.

Seus atos tanto nas redes sociais digitais quanto na Alerj trouxeram símbolos utilizados pelos movimentos feministas: cartazes pintados a mão, mulheres grávidas, com crianças, faixas artesanais, dossiê em pastas organizadas, “muita cor”, como disse uma das entrevistadas. Essa “força afirmativa e combativa dessas emissões e imagens incide na partilha do sensível, disputando o sentido das narrativas, lançando enunciados de uma contracomunicação, destituídos de sentido prévio ou de enunciação editorializada.” (BENTES, 2015, p. 31). Nesse relato da Beta, identificamos a importância que elas veem na atuação tanto on-line quanto off-line. Podemos dizer, observando essas evidências (entrevistas, fotos no Facebook, matérias nos jornais), que essas doulas têm muito a ensinar a ativistas que ficam promovendo um duelo entre ativismo ou ciberativismo, tentando rotular com graus de importância cada atuação.

Beta: Acho que o trabalho foi de ocupar a Assembleia com pessoas que eles não estavam acostumados a ver, mulheres com filhos, com barrigão (ri), e aquela coisa muito colorida, faixas, estandartes e muita criança. E criança

corre para um lado, corre para o outro, chamava a atenção dos deputados e das deputadas porque não eram as pessoas que eles esperavam para aquele ambiente.

Pesquisadora: E um movimento bem pacífico também.

Beta: Sim, muito tranquilo, mas incomodava alguns também, “O que essa mulherada está fazendo aqui?” (riu) A gente sabe que incomoda. Então, essa questão da ocupação foi muito importante e também quando ela foi colocada para votação, porqueteve esse movimento nas redes sociais, no Facebook dos deputados. A gente ia lá e comentava.

Pesquisadora: Mas vocês falavam entre vocês ou com deputados?

Beta: Com deputados, no perfil deles e compartilhava *hashtag*.

Outro ponto levantado por elas, que colaborou com as suas reflexões sobre parto e com a sua entrada na arte de doular, foi o contato com o filme *O Renascimento do Parto*. Este vídeo, que retrata a realidade obstétrica mundial, também pode ser analisado como um produto característico da era digital. Ele teve financiamento coletivo e conseguiu arrecadar, via *crowdfunding*, um valor acima da meta. Teve ampla divulgação nas redes sociais digitais tanto antes da finalização do filme como depois, com sessões em vários lugares do país e atingindo a mídia tradicional, sendo inclusive a maior bilheteria do gênero documentário em 2013. Nessa parte da entrevista com Kappa, observamos vários elementos: democratização da informação com os grupos, no *Facebook*, sobre parto humanizado e saúde da mulher; democratização da comunicação, utilizando os aparatos tecnológicos para emitir informação e não somente ser receptora e a convergência dos meios de comunicação que “impacta o modo como consumimos esses meios. Um adolescente fazendo a lição de casa pode trabalhar, ao mesmo tempo[...] navegar na internet, ouvir e baixar arquivos MP3, bater papo com amigos...” (JENKINS, 2009, p. 44)

Pesquisadora: Esse grupo é na Internet?

Kappa: Facebook. No momento que eu parei de olhar o grupo já tinha mais de...parei de frequentar assim de forma hard, tinham mais de 10 mil pessoas. São grupos enormes, que têm milhares de pessoas que estão ali em busca de informação sobre como ter o seu parto. Então...

Pesquisadora: A maioria que frequenta é gente que está grávida, em busca de informação?

Kappa: Eu, por exemplo, é uma situação que eu sempre boto gestante que eu vou atender. “Você não quer participar de um grupo aqui no Facebook?”,

sempre boto no grupo, aí mando, boto no sac, onde tem as perguntas, porque lá já tem muita informação, muito relato. A pessoa já pode pesquisar alguém que já pariu com aquela equipe que ela pretende, então já tá tudo lá, é até prático (ri), porque ao invés de eu ficar catando todos os links para ela sobre violência obstétrica, por exemplo, sobre parto na água, tem lá 20 mil relatos, eu cato lá, linko ela naquele post e: Lê aí, minha filha! (rindo) Entendeu?! Porque é a história da porta de dentro.

Pesquisadora: Essa concentração de informação ajudou, não foi? Principalmente, por causa dos grupos.

Kappa: “O Renascimento do Parto” foi um sucesso de arrecadação porque esses grupos já existiam, entendeu?!

Pesquisadora: Não foi o filme que motivou os grupos, os grupos já existiam (pensando). Deve ter rolado informação sobre o filme...

Kappa: Exato. Você sabe a história do *crowdfunding* do filme?

Pesquisadora: Não.

Kappa: O *crowdfunding* foi recorde, em dois dias já tinha acabado, já tinha batido a meta.

Pesquisadora: Ah é?! Não sabia não.

Kappa: Recorde, em dois dias bateu a meta. E bateu nessa lógica. Eu lembro que, na época, a Erika e o Eduardo não tinham mais dinheiro para finalizar o filme e eles abriram um grupo no Facebook, que eu até estava no grupo, nem sei se eu tô mais, abriram o grupo para discutir opções e como faz, se cotiza e eu e outras pessoas sugeriram: Faz um *crowdfunding*. Até por eu ser da área de cultura, era uma linguagem que eu...

Pesquisadora: Já dominava.

Kappa: Que estava começando a crescer, naquela época, não era tão conhecido quanto financiamento coletivo é hoje, mas eu disse assim: “Acho que você tem que fazer um *crowdfunding*” e o *crowdfunding* foi assim, tipo em 48 horas bateu a meta. Por quê? Porque tinham os grupos, que ajudaram a disseminar a informação, então a estratégia na Internet e depois o filme ajudaram a alimentar os grupos. Uma coisa que vai se retroalimentando.

Segundo Jenkins (2009), estamos vivenciando uma época em que mais do que termos uma convergência dos meios de comunicação, temos uma convergência cultural, onde “a convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica [...] A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento.” (JENKINS, 2009, p.43). Quando esse movimento de doulas

utiliza tanto as redes sociais digitais quanto, por exemplos, os cartazes, é porque sabe dos limites da Internet, como vai nos relatar Ômega.

Pesquisadora: Como você vê a contribuição da Internet para os movimentos pela saúde da mulher?

Ômega: Vejo como uma ferramenta importante de propagar de uma maneira mais rápida. Tem um alcance que mobiliza. Mas por outro lado, não chega a quem realmente precisa, que são as mulheres pobres que não têm acesso as redes, por exemplo.

Essas ativistas sabem da importância da Internet, mas não são deslumbradas com o meio. Querem atingir o máximo de mulheres e para isso coadunam as mídias tradicionais passivas, de um para muitos, e as chamadas participativas ou interativas, de todos para todos.

6.4. Sororidade/Feminismo/Opressão de classe e raça

O termo latino sóror, que significa irmã, serviu para remeter a um conceito caro para todas as feministas, mas nós iremos encontrar graus diferentes de sororidade. A ativista e professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Vilma Piedade vai cunhar um novo conceito, que não vai disputar com sororidade, mas vai demarcar essa dor. Chamada dororidade, essa caracterização vem para marcar a posição do sofrimento das mulheres negras, que como delimita Piedade (2017) é a dor que une as feministas, mas no caso das negras ainda existe outro componente de violência: o racismo. “Eu digo que a sororidade une e irmana, mas não basta. Não para nós, mulheres pretas”. (PIEADADE, 2017). O que nos informa esse novo conceito é que mesmo entre as mulheres as opressões sofridas são diferentes. Uma mulher branca de classe média vai ser menos discriminada que uma mulher negra ou uma mulher pobre. Então, pegamos emprestado o conceito de Piedade (2017) para explicar as dores de uma mulher de baixa renda, que vai sofrer as consequências por ser mulher e pobre. Entendemos que uma mulher negra e pobre sofrerá mais violência física ou simbólica que uma mulher branca e pobre em um supermercado, por exemplo, e quem será olhada de soslaio e seguida por seguranças será a negra; entretanto em uma favela tanto a negra quanto a branca serão revistadas pela polícia em uma blitz. Ambas terão suas casas invadidas, sem mandado judicial, em uma operação policial. Assim sendo, percebemos que esse conceito contempla o que desejamos demarcar quando diferenciamos os níveis de violência sofridos entre a mulher classe média alta e a pobre. Nesse grupo específico de

doulas, todas se afirmaram feministas, além disso, podemos observar a sororidade em vários momentos das entrevistas, quando elas colocam a preocupação em auxiliar outras mulheres, como veremos adiante. Contudo, existe na maioria delas uma preocupação com a mulher mais desprotegida, como as periféricas e as encarceradas, como veremos na fala de outra entrevistada

Pesquisadora: E você quis ser doula pra passar informação...

Sigma: Sim, exatamente, pra isso. Pra ver outras mulheres se informando, se empoderando, né, e não caindo no que eu caí em 2010.

Pesquisadora: Então você acha que a sua atuação em prol da saúde das mulheres começa aí, a partir do teu segundo parto você faz o curso de doulas e começa a atuar nessa área?

Sigma: Isso, exato.

Em 2010, Sigma, como foi dito, sofreu uma cesárea desnecessária, no nascimento da sua primeira filha. Quando ficou grávida pela segunda vez, Sigma resolveu se informar, estudar para não passar os abusos sofridos no primeiro parto. O seu segundo parto foi domiciliar, em 2015, e teve auxílio de duas enfermeiras e da doula e, segundo ela, foi “supertranquilo”. Por conta disso, Sigma sentiu a necessidade de passar informações sobre parto humanizado para mais mulheres. Atualmente, ela e outras doulas se reúnem em uma praça pública de São Gonçalo e trocam informações com gestantes. A maioria dessas entrevistadas dispensa uma atenção maior àquelas que são as mais desassistidas, como as de baixa renda e as encarceradas.

Pi: A gente também tem um projeto de atuar na penitenciária de Bangu com as mulheres grávidas de lá, fazer também alguns projetos de educação perinatal, de contracepção...

Pesquisadora: Projetos...tomara que vocês consigam.

Pi: Tomara.

Pesquisadora: Porque essas mulheres estão lá na ponta da...

Pi: Estão lá na ponta. A mulher parir numa solitária é tipo o cúmulo (ênfase) do que pode acontecer de ruim. A mulher saiu com o bebê ainda ligado ao cordão (completa as últimas palavras chorando).

Outras que já tiveram uma militância anterior em partido - só duas delas são filiadas a partidos - reconhecem o seu tipo de feminismo como classista. O feminismo com recorte de classe e raça é chamado de interseccional, como descreve a ativista Angela Davis (2011) “A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são

cruzadas”. Percebemos também nas entrevistas que elas são muito empáticas, mesmo quem tem uma condição social melhor se coloca no lugar da outra. Além do recorte de classe, podemos utilizar neste exemplo o conceito de dororidade, falado anteriormente.

Ômega: Lógico, cara (concordando, num tom mais alto). É isso! P*! Por que defender a Adriana (Ancelmo)? Ela nunca vai ficar ao lado da mulher que trabalha na casa dela, tomando conta dos filhos dela. É isso que uma galera não entende. Nunca vai ficar do lado. Mas jamais. E aí, eu não moro hoje em comunidade, mas eu morei no Morro do Adeus, minha família é toda de lá, fiquei lá até 11 anos de idade.

Pesquisadora: Morro do Adeus fica onde mesmo?

Ômega: Em Bonsucesso. Eu não passei dificuldade, mas minha família passou. Eu acompanhei de perto. Para mim é uma questão de classe. Eu moro aqui, mas com dificuldade financeira para ter uma doula (ênfase), comprar fralda de pano, comprar o sling...

Se alguma mulher, seja de qual classe for, sofrer algum tipo de violência doméstica ou sexual, contará com o apoio das feministas de todas as vertentes, pois a luta pela liberdade da mulher é conjunta, entretanto as diferenças de raça e classe não devem ser esquecidas. Como destacou Ômega, dificilmente uma mulher branca de classe média ou alta será empática com sua empregada. Segundo Davis (2016), a luta tão relevante das sufragistas, nos Estados Unidos, não contemplava esse direito estendido aos negros.

6.5. Profissionais de saúde/Pacote padronizado de intervenções desnecessárias/A luta pela volta do protagonismo da mulher no parto

A relevância de haver um subcapítulo específico para discutir a postura dos profissionais de saúde é a evidência dos diversos relatos sobre os maus-tratos no parto, seja pela forma de intervenções desnecessárias e muitas vezes violentas, seja por violência verbal. Cabe destacar que alguns profissionais de saúde também incorporam a luta pelo parto humanizado, mas são discriminados pelos seus pares, alguns até sofrendo retaliações e execrações públicas. Nesta pesquisa, todas as entrevistadas vão se referir à forma nada humanizada que as mulheres são tratadas pela equipe médica.

Ômega: Pode falar do parto?

Pesquisadora: Pode. Fica à vontade. Fala o que você quiser, porque não vai aparecer o nome de quem falou.

Ômega: Ah, pode botar meu nome! Se for ajudar, bota tudo! (rindo) E aí, até então com 39 semanas eu estava achando que iria ter meu parto no plano com o Dr*, aquele babaca! E não, ele mentiu para mim, ele me tirou o chão. Aí, ele falou: Olha! Ele me fez um toque dolorido, acho que ele queria romper minha bolsa. Eu falei: Doutor, tá doendo! Ele falou: Mas você não quer parto normal? Falei: Quero. É para doer saindo, não entrando. Aí, ele: Pode ir lá marcar sua cesárea! Eu falei: Não, doutor, eu sou do parto normal, lembra? Era tipo “Oi?”. Aí, ele: Eu não estou a sua disposição.

O sofrimento e a decepção de Ômega não acabaram após a recusa do médico em fazer parto normal. No dia seguinte à consulta, sua bolsa rompeu. Ômega foi para um hospital público e sofreu intervenções desnecessárias e violência verbal, segundo afirmou. Em um momento que a mulher deveria ser acolhida, começou seu martírio já na porta de entrada do hospital.

Ômega: Eu fiquei meio sem saber o que fazer, aí todo mundo botando pressão, a bolsa rompeu às 18h e pouca, às 19h eu já estava no hospital e aí, minha filha, o meu companheiro não pode entrar, que...

Pesquisadora: Já tinha aquela Lei do Acompanhante?

Ômega: Já tinha a lei. A lei é de 2005, né?! Meu filho nasceu em 2010, já era para eles terem entrado na linha em cinco anos. Mas você vê até hoje, em 2017, ainda acontece e já tem 12 anos.

Pesquisadora: Aí, você entrou sozinha?

Ômega: Aí, assim, eu com medo de sofrer uma retaliação, falei para meu companheiro: Deixa, vai dar tudo certo, eu vou entrar. E eu não estava sentindo contração, só a bolsa rompeu, mas eu não sabia se o líquido estava bom, se era sangue, enfim. Eu não tinha essa informação.

A lei do acompanhante é desrespeitada muitas vezes conforme relatos das entrevistadas. Essas mulheres se emocionaram lembrando, em muitos momentos, dos seus partos ou de outras mulheres. Algumas vezes foi necessário parar a entrevista, acolher,

oferecer uma água ou café, para, depois de restabelecidas, voltarem à conversa. Ômega nos contou que sua mãe ficou apreensiva quando ela abandonou o médico

que se negou a fazer o parto normal.

Ômega: Minha mãe foi supercontra por eu ter abandonado o médico. Para ela, eu tinha que ter acatado a decisão do HOMEM (fala alto) que queria tomar as rédeas da **minha vida** (ênfase). Não, mãe, não é assim! Ele só quer fazer uma cesárea porque é mais cômodo para ele. Eu não vou passar por uma cesárea. E minha mãe passou por duas cesáreas. O primeiro médico a desencorajou, dizendo que a vagina dela iria ficar larga e que meu pai não ia gostar, logo isso, então para ela era normal o que o médico falou, mas eu não achei normal.

Nessa pesquisa, verificamos que a luta desse grupo de doulas também é pela volta do protagonismo da mulher no parto, como observamos no relato acima de Ômega e como explicou o obstetra Ricardo Jones, no filme *O Renascimento do Parto*:

“O ator principal do parto tornou-se médico, homem. O produto desse nascimento é o bebê e a mulher é um subproduto secundário. Para o surgimento do modelo obstétrico contemporâneo era fundamental que se criasse a ideia de que as mulheres são essencialmente incompetentes e incapazes para dar conta do processo de nascimento por si mesmas” (JONES, 2013)

Sobre o “pacotão de intervenções” exercido pelos profissionais de saúde, como nomeou uma das entrevistadas, o que a pesquisa Nacer no Brasil chamou de excesso, como visto acima, a pediatra Sônia Lansky (apud MENDES, 2014) apontou como “abuso de intervenções desnecessárias no parto via vaginal, como episiotomia de rotina, uso de fórceps, manobra de Kristeller”.

Pi: Hoje, fomos (ela e outra doula) fazer trabalho voluntário em uma Clínica da Família, fomos conversar sobre violência, porque a gente precisa conscientizar que o que elas sofrem no parto não é normal. Não é normal o médico chegar para uma mulher que está em trabalho de parto, que está com dor, que está vocalizando, que está gritando, seja lá o que for e falar: “Ah,

quando estava lá fazendo, estava revirando o olhinho, não gritou!” Isso aí é de uma violência. Ou então empurrar a barriga, fazer Kristeller, aquela manobra...

Pesquisadora: Também não é necessária?

Pi: Não só não é necessária como pode causar prejuízos muito grandes tanto para mãe quanto para o bebê, pode quebrar a costela da mãe, pode aumentar a pressão intracraniana do bebê, pode aumentar a laceração, o risco de laceração. Geralmente, os médicos têm um pacotão de intervenção. A mulher chega, já põe, isso eu tô te dando tipo um **pacotão padrão** dos atendimentos das maternidades. A mulher chega, tá com dilatação tal. “Ah, vamos acelerar isso aqui!” Bota a mulher na ocitocina e deita. E a mulher fica ali. A ocitocina é um hormônio sintético que aumenta a contração e ela fica lá, ela não pode se mover, se movimentar, ela fica presa naquela cama, à mercê de milhões de exames de toques, depois disso quando chega no período que a mulher já tá no expulsivo, eles fazem episiotomia que é o corte no períneo e ainda empurra a barriga...

Pesquisadora: Todos fazem isso?

Pi: A esmagadora maioria. Porque é um procedimento padrão, é tipo “Ah, os cuidados do parto são esses!” As intervenções. Não é uma coisa assim: Vamos observar se vai precisar. Não, faz antes de precisar.

Esse depoimento de Ômega, adiante, poderia também entrar no subcapítulo sobre opressão de classe. Ela nos contou que mulheres de todas as classes sofrem violências na hora do parto, mas estas se intensificam quando a mulher é oriunda das classes populares.

Pesquisadora: Tinham mais homens ou mulheres no seu parto?

Ômega: Meio a meio.

Pesquisadora: Então, elas também não têm sensibilidade?

Ômega: Nenhuma.

Pesquisadora: Será por que...

Ômega: Tratam mal.

Pesquisadora: Por que são acostumadas com essa cultura?

Ômega: Acham que só porque esse hospital é referência dos moradores das favelas que estão no entorno, aí te humilha mesmo. Para você não voltar. Depois ainda dizem assim: “Essa aí, tá aí ano que vem”. E falaram isso para mim. Imagino o que não devem falar para as mulheres que não têm instrução! (pausa) Eu sabia que estava sofrendo uma violência...

Pesquisadora: Eu pensei que as profissionais de saúde tivessem mais sensibilidade.

Ômega: Não. Esse plantão que eu peguei foi bem complicado, enfim. Aí, foram 13 horas de terror, né?! Eu pequeninha lá na escola, eu li um livro chamado 12 horas de terror, a minha foram 13. E sofri episiotomia, que é o corte na vagina, durante uma AULA (ALTO), meu parto foi uma aula. O

professor entrou, depois entraram mais seis estudantes: “Oh, isso aqui faz isso, faz aquilo, faz aquilo!”. Eu não tinha força, ele: “Você está prejudicando o seu filho”; “Você não está fazendo força”. Era uma grosseria. E eu não sabia como botar essa criança pra fora porque eu estava deitada e eu já estava com aquela ocitocina, eu estava delirando. Então, ele me esculachou. Aí me deu o ponto do papai.

Pesquisadora: O que é isso?

Ômega: Ele faz a episiotomia, depois ele diz que deixa bem apertadinha.

Pesquisadora: Ah, dá o ponto!

Ômega: E fala: Oh, dei o ponto do marido, tá?! Aí, eu sem entender: -Ah, tá! Sabe? Mas ele é incapaz de pegar fazer assim (passou a mão em mim para mostrar um gesto de carinho que os profissionais de saúde se recusam a ter).

Os depoimentos delas são bem impactantes, difícil não chorar ou ao menos sentir empatia. Como disse Bardin (2016) sobre esse tipo de abordagem “que procura compreender a partir do interior da fala de uma pessoa, lembra talvez a atitude de empatia no sentido do psicoterapeuta norte-americano Rogers” (BARDIN, 2016, p.96), trata-se de um mergulho no interior do outro. De maneira geral, espera-se outra postura desses profissionais, porque além dos procedimentos técnicos, faz parte dos pressupostos do SUS o cuidado com a paciente, acolhimento, equidade. O que verificamos, seja por meio dos relatos dessas mulheres ou por estudos científicos, é que essa postura adotada é quase um padrão de atendimento. E pode mesmo ser um padrão mundial, como nos mostra essa pesquisa organizada por um grupo de cientistas da Organização Mundial de Saúde.

“Durante toda a gravidez, a ansiedade toma conta – ver a carinha do bebê, senti-lo sair do ventre e carregá-lo nos braços são alguns dos momentos mais esperados por uma gestante. Mas nem sempre a hora do nascimento ocorre como esperado: agressão física e verbal, falta de informações sobre procedimentos realizados no parto e não receber um alívio para a dor são alguns dos tipos de violência obstétrica a que a nova mãe pode ser submetida. (MONTEIRO, 2016)

A médica Simone Grilo Diniz disse que se nos perguntássemos “A gravidez e o parto estão ficando mais seguros para as mulheres no Brasil? A resposta seria, independentemente da metodologia utilizada, que não há nenhuma evidência da melhora” (DINIZ, 2009, p.314). Também há evidência científica comprovando os relatos feitos pelas entrevistadas sobre as violências obstétricas, mesmo em um parto dito normal.

“Entre as gestantes que tiveram parto normal, houve predominância de um modelo de atenção extremamente medicalizado, com intervenções excessivas e uso de procedimentos que, além de não serem recomendados pela OMS

como de rotina, provocam dor e sofrimento desnecessários quando utilizados sem indicação clínica.” (Nascer no Brasil, 2014)

Podemos dizer que essas ativistas utilizam a comunicação virtual como espaço estratégico para disseminar informações sobre o que elas consideram parto humanizado e sobre o trabalho das doulas, para atingir especialmente às mulheres, além de promover reflexões sobre cesáreas e intervenções no parto percebidas como desnecessárias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Malini e Antoun (2013, p.21), “o midialivrista de massa origina-se na política radical dos novos movimentos sociais” e atua “em torno de rádios livres e comunitárias, imprensa alternativa e experiências de produção de vídeos e documentários com e sobre as classes populares”. E os ciberativistas reúnem “experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede” (MALINI; ANTOUN, 2013, p.22). Diante desses cenários, acreditamos que o movimento organizado de doulas seja um híbrido de tipos de militância, coadunando experiências de comunicação tradicionais e atuais.

Essas ativistas usaram todo o instrumental disponível para chegarem ao seu objetivo inicial: aprovar uma lei para coibir a Resolução 266/2012 do Cremerj, que impedia a entrada das doulas nas maternidades. Para isso, inúmeras estratégias entraram em jogo. As ativistas disputaram narrativas nas redes e nas ruas. Nas redes, atuaram enviando um sem número de e-mails aos deputados com mensagens para que a Lei entrasse em pauta e que fosse, assim, aprovada. Também acessavam os perfis dos parlamentares nas redes sociais, reivindicando a sua presença na votação da Lei. Se o parlamentar se comprometesse a votar pela aprovação da Lei, este iria para um quadro de fotos dos parlamentares que estavam a favor, indicando apoio e simpatia à causa. Fora do ciberespaço, elas atuaram na Alerj, em atos em frente às maternidades e atividades sobre saúde e/ou mulheres.

A doula, atualmente, está na linha de frente do combate a práticas tradicionais que não possuem evidências científicas, como a episiotomia. Talvez a sua presença no parto seja um incômodo para profissionais que podem sentir dificuldades em lidar com a contestação.

O uso rotineiro de práticas já consideradas obsoletas pelas evidências atuais deve ser evitado (ex.: enema e episiotomia de rotina etc.). Apenas aquelas práticas validadas pela melhor evidência científica disponível devem ser adotadas, aliando a arte com a ciência, visando a um nascimento seguro para a mãe e a criança, com o mínimo de intervenções necessárias. (ANDRADE, LIMA, 2004, p.31)

É importante salientar que todo o processo para a aprovação da Lei aconteceu em um espaço curto de tempo. Da proibição da presença das doulas no acompanhamento da gestante à criação da Adoulas-RJ e aprovação da Lei das Doulas transcorreram em menos de três meses. Nesse tempo, elas conseguiram disputar narrativas, ocupar a Alerj e o ciberespaço com

suas *hashtags*, *memes* e *posts*, fazer assembleia de criação da Adoulas-RJ, aprovar a Lei e realizar ato na porta do Palácio da Guanabara para que o governador interino a sancionasse.

Muitas dessas mulheres tinham inserção recente no ativismo e começavam a se interessar pelos debates feministas pela internet. Com as entrevistas, também observamos que algumas optaram por se tornar doulas após um momento traumático com o parto, mas só perceberam que eram vítimas da violência obstétrica depois de um acúmulo de informações e estudos sobre parto humanizado.

Todas consideram-se feministas e ativistas pelo parto humanizado e acreditam que as mulheres oriundas das classes sociais mais baixas sofrem mais violência obstétrica. Entendem que as mulheres das classes mais altas também sofrem, mas de uma forma sutil. Diante disso, fica evidente sua sororidade em relação a mulheres mais pobres, a ponto de ressaltarmos a forte emoção de algumas durante os relatos do que perceberam como violência obstétrica.

Apesar da sua preocupação em, no mínimo, reduzir os danos daquilo que consideram violência obstétrica, as doulas são conscientes de que suas intervenções, no parto, são pequenas diante do médico, muitas vezes homem, branco, de classe social privilegiada, que adentra o ambiente do parto muitas vezes desconsiderando ou desqualificando a dor das parturientes.

Lembramos que a pesquisa buscou descrever a relação entre o ativismo na Internet e nas ruas e suas consequências para a aprovação e implementação da Lei das Doulas, no Estado do Rio de Janeiro; analisar as iniciativas na abordagem de temas relativos à humanização do parto nas ações e práticas das doulas do Rio de Janeiro; acentuar o uso da internet como estratégia de mobilização, informação, denúncia, divulgação e articulação das feministas em relação à aprovação e à implementação da Lei das Doulas.

Nossos resultados, portanto, nos levam a crer que a presente pesquisa cumpriu seu papel em relação a questões que diziam respeito à forte relação entre o movimento das doulas na Internet e nas ruas, analisando de forma mais aprofundada esse complexo processo da aprovação da Lei. Mas, mais do que isso, percebemos que a pesquisa se apresentou como capaz de subsidiar o debate que relaciona ciberativismo e saúde, assim como contribuiu para ampliar o conhecimento sobre as possibilidades de influenciar nas políticas de saúde, especialmente para as mulheres.

Por outro lado, embora reconheçamos uma ascensão do ciberfeminismo no Brasil de 2011 até a presente data, ele é um fenômeno mais conhecido por outras denominações, como webativistas, ciberativistas, do que por ciberfeminismo. Observamos também que, das

oito entrevistadas, cinco disseram que são ciberfeministas, duas disseram que não e uma relatou que sente um pouco de medo desse termo porque sua escola de formação feminista é anterior à maneira de se organizar na Internet. Para ela, a Internet é mais um instrumento de mobilização, informação, comunicação do que seu local de militância. Portanto, acreditamos que, em alguns anos, ciberfeminismo será um movimento relevante e estratégico para os movimentos sociais, particularmente para as mulheres, que por conta dessa atuação nas redes sociais conseguiram dar visibilidade às pautas feministas e coibiram posições patriarcalistas, que antes tinham pouca visibilidade, como os casos citados do Master Chef e do estupro coletivo no Rio de Janeiro. Neste último caso, o delegado Alessandro Thiers foi substituído pela delegada Cristiana Bento, ao indagar se a vítima praticava habitualmente sexo grupal. A pressão exercida pelas feministas nas redes sociais digitais e nas ruas foi fundamental para a mudança do delegado. O movimento das doulas aproveitou todos os instrumentos de ação e mobilização, tanto das feministas quanto das ciberfeministas, para fundar a Associação, aprovar a Lei Estadual e organizar a luta pela volta do protagonismo da mulher no parto.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. Assistência integral à saúde da mulher: a ótica dos profissionais de saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 22, n.1/4, P.7-18, jan./dez. 1997.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Comunicação cibernética**, Porto Alegre, Famecos/PUCRS, n.20, 2008.

ANDRADE, M. A. C.; LIMA J. B. M. C. O Modelo obstétrico e neonatal que defendemos e com o qual trabalhamos – Humanização do parto e do nascimento, **Cadernos HumanizaSUS**, v. 4, p. 19-47, Brasília, 2004.

ANDRÉ, Marli Eliza da. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ANDREOLI, G. S. **Produção transmídia nas narrativas gráficas (quadrinhos) da série Matrix**: estratégia de mercado como inversão da crítica cultural original, ou inversão do mercado como estratégia de crítica cultural original? Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/anais2ajornada/anais2asjornadas/anais/3%20-%20ARTIGO%20-%20GIOVANI%20SOUZA%20ANDREOLI%20-%20HQ%20E%20CINEMA.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BARATA, Rita Barradas. Iniquidade e saúde: a determinação social do processo saúde-doença. **Revista USP**, São Paulo, n.51, p. 138-145, setembro/novembro 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BASBAUM, Cláudio. **Episiotomia**: entenda quando o corte do períneo é mesmo necessário no parto normal. 2015. Disponível em: <http://www.minhavidacom.br/familia/materias/18403-episiotomia-entenda-quando-o-corte-do-perineo-e-mesmo-necessario-no-parto-normal>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BENTES, Ivana. A memética e a era da pós-verdade. **Revista Cult**, 2016. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/10/a-memetica-e-a-era-da-pos-verdade/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BENTES, Ivana. As novas formas de lutas pós-mídias digitais. **Revista Lugar Comum**, nº 28, p.71-80, 2009. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110810121237As%20novas%20formas%20de%20lutas%20pos-midias%20digitais%20-%20Ivana%20Bentes.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e universidade**: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. FECLESC, 2010. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BOULOS, Guilherme. Onda conservadora. **Folha de S. Paulo**, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/10/1529543-onda-conservadora.shtml>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BRAGA, Adriana. **Personas materno-eletrônicas**: feminilidade e interação no blog mothern. Prêmio Capes de Tese 2007. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BRASIL. **Dossiê da violência obstétrica**: parirás com dor. 2012. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BRASIL (Governo do Brasil). **OMS: Brasil reduz mortalidade materna em 43% de 1990 a 2013**. Portal Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/05/oms-brasil-reduz-mortalidade-materna-em-43-de-1990-a-2013>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto e do nascimento** / Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 465 p. il. (Cadernos HumanizaSUS; v. 4). Disponível em: <http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BRASIL. UNA-SUS. **Você conhece as recomendações da OMS para o parto normal?** 2014. Disponível em: <<http://www.unasus.gov.br/noticia/voce-conhece-recomendacoes-da-oms-para-o-parto-normal>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BRÜGGEMANN, OM; PARPINELLI, MA; OSIS, MJD. Evidências sobre o suporte durante o trabalho de parto/parto: uma revisão da literatura. **Cad Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p.:1316-1327, set.-out., 2005.

BURGARDT, Lilian. **Por uma medicina mais humana**. Universia, 2007. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2007/01/05/427508/ma-medicina-mais-humana.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BURIGO, Joanna. Feminismo online em chamás. **Carta capital**, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/feminismo-online-em-chamas>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BUSS, Paulo M.; PELLEGRINI FILHO, Alberto. Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2006, vol.22,n.9, p.2005-2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000900033>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTELLS, M. **A Galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Zahar eds., 2003.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Gisela. O Caso Napster: direitos de propriedade intelectual em questão. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Congresso Brasileiro da Comunicação, 24., Campo Grande, setembro 2001. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://bazar21.files.wordpress.com/2012/09/2-gisela-g-s-castro-o-caso-napster-direitos-de-propriedade-intelectual-em-questc3a3o-intercom-2001.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

CATRACA LIVRE. **Pílula fica, Cunha sai**: internautas protestam contra PL que criminaliza meios abortivos. Catraca Livre, 2015. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/pilula-fica-cunha-sai-internautas-protestam-contrapl-que-criminaliza-meios-abortivos/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

COFEN, 2014. **Hospital do SUS reduz episiotomia ao tirar médico do parto normal**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/27419_27419.html. Acesso em: 20 de junho de 2017.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. 2016, v.31, n.1, p.99-127. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 de junho de 2017.

CORRÊA, Fabiano Simões. **Um estudo qualitativo sobre as representações utilizadas por professores e alunos para significar o uso da internet**. 2013. 171p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2013.

COSTA, A.M.; BAHIA, L.; CONTE, D. A saúde da mulher e o SUS: laços e diversidades no processo de formulação, implantação e avaliação das políticas de saúde para mulheres no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 75/76/77, p. 3-4, jan./dez. 2007. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/671_1419_Saudeemdebaten75.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **Revista Gênero**, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos Feministas, Feminismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(N.E.): 264, set.-dez./2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300003. Acesso em: 20 de junho de 2017.

DAMASCO, M. S.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p.133-151, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100008. Acesso em: 20 de junho de 2017.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Geledés, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, CSG. **Assistência ao parto e relações de gênero**: elementos para uma releitura médico-social. Dissertação de mestrado. Faculdade de Medicina/USP, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/969898/mod_resource/content/1/Assist%C3%A2ncia%20ao%20parto%20e%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

DINIZ, C. S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 10, n. 3, p. 627-37, 2005.

DOSSIÊ Violência Obstétrica, 2012. Senado Federal. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

DUARTE, Ana. **O que significa "doula"**. Doulas do Brasil. Disponível em: <<http://www.doulas.com.br/oque.php>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

EHRENREICH, B., ENGLISH, D. **Bruxas, parteiras e enfermeiras**. Bruxaria Distro, 2016.

FALUDI, Susan. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FLEISCHER, Soraya. Doulas como “amortecedores afetivos”: notas etnográficas sobre uma nova acompanhante de parto. **Revista Ciências Sociais da UNISINOS**, São Leopoldo, v. 41, n. 1, jan./abr., p. 11-22. 2005. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_ciencias/vol41n1/art02_fleischer.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FRANZIN, Adriana. **Você conhece as recomendações da OMS para o parto normal?** EBC, 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2014/09/voce-conhece-as-recomendacoes-da-oms-para-o-parto-normal>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

FUNDO SOCIAL ELAS. Disponível em: <<http://www.fundosocialelas.org/institucional-angela-borba.asp>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

GALETTI, C. C. H. Feminismo em movimento: a Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. In: Encontro Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa Sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), 18º, Recife: UFRPE, 24 a 27 de novembro, 2014. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/533/771>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

GARCÍA, NB. A pesquisa no âmbito do currículo e como método para o desenvolvimento. In: SACRISTÁN, J.G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GELÉDES. **O Julho Negro 2017 terá ações do dia 17 a 21 de julho**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-julho-negro-2017-tera-acoes-do-dia-17-21-de-julho/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

GIFFIN, Karen; COSTA, SH (Org.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.

GITLIN, Todd. **Mídias Sem Limite**: como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOES, Emanuelle. **Violência obstétrica e o viés racial**. Gelédes, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/violencia-obstetrica-e-o-vies-racial/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

GOMES, Simões Helton. Internet chega pela 1ª vez a mais de 50% das casas no Brasil, mostra IBGE. **G1**: São Paulo, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/internet-chega-pela-1-vez-mais-de-50-das-casas-no-brasil-mostra-ibge.html>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

GOMES, Vinicius. “Podemos”: da indignação nas ruas da Espanha para o Parlamento Europeu. **Revista Fórum**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2014/05/28/podemos-da-indignacao-nas-ruas-da-espanha-para-o-parlamento-europeu/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

GOMES, Márcia; RORATO LONDERO, Rodolfo; ARAÚJO DO NASICMENTO, Michelle. McLuhan e neuromancer: aldeia global e outros conceitos no imaginário cyberpunk. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n.38, p. 111-117. abr. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/5308>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

GROM, Federico. Vitória do PP: os povos têm os governos que merecem? **Esquerda Diário**. Barcelona, 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Vitoria-do-PP-os-povos-tem-os-governos-que-merecem>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

GUEDES, Taís Moraes. **As Redes sociais – Facebook e Twitter – e suas influências nos movimentos sociais**. Brasília, 2013. 168p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, UNB, Brasília. 2013.

GUIMARÃES, MCS. Comunicar a ciência: da divulgação científica ao engajamento em pesquisa. In: GUIMARÃES, M. C. S. et al. (Org.). **Divulgação e jornalismo científico em saúde e ambiente na Amazônia**. 1 ed. Manaus: EDUA, 2015, v. 1, p. 68-78.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

IBOPE, 2015. **No Brasil, mulheres são 53% dos internautas**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/No-Brasil,-maioria-dos-internautas-s%C3%A3o-mulheres-.aspx>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

ISAACSON, Walter. **Os Inovadores: uma biografia da revolução digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LEAL, Gisele. **Evidências científicas do trabalho da doula**. Disponível em: <http://queromadoula.com.br/ver-artigo/1/evidencias-cientificas-do-trabalho-da-doula/> Acesso em: 20 de junho de 2017.

LEMOS, André. Ciberultura e mobilidade: a Era da Conexão. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28. Rio de Janeiro, 5 a 9 de setembro de 2005. **Anais**.

LEMOS, M.G. **Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. Dissertação. PUC SP, 2009.

LEMOS, Rosalia. **Aula no Curso de Extensão Feminismos e Movimentos Sociais**. UFF. Niterói, 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1997.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 2011.

LÉVY, Pierre. **‘Não sou contra o ativismo de sofá’**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2013. Entrevista concedida a Bruno Lupion. Disponível em: <http://link.estado.com.br/noticias/geral,levy-nao-sou-contr-o-ativismo-de-sofa,10000034035>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

LUNA, de Larissa. **O que é Feminismo Radical**, a pergunta que não quer calar. Festival Marginal, 2015. Disponível em: <http://www.festivalmarginal.com.br/feminismo/o-que-e-feminismo-radical-a-pergunta-que-nao-quer-calar/>

MAIA, Bibiana. **Mulheres fazem protesto contra estupro em Santa Cruz**, na Zona Oeste do Rio. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/mulheres-fazem-protesto-contr-a-estupro-em-santa-cruz-na-zona-oeste-do-rio-19443936.html#ixzz4IHrXRtHI>

MAIA, Mônica Bara. **Humanização do parto: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais** – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, [s.l.], v. 30, n. 1, jun. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/940>>. Acesso em 20 jun. 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em Rede: os novos processos autorais através das redes eletrônicas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

MARTINS, Vinicius. **Racismo na saúde: da esterilização às mortes maternas**. Yahoo!notícias, 2017. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/racismo-na-saude-da-esterilizacao-mortes-maternas-164750180.html>>

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: é possível Reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Escritos sobre História e Internet**. Rio de Janeiro: Fapitec/ Luminária, 2011. Também disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2721/2374>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

MENDES, Valéria. **Excesso de cesariana está entre os motivos que impedem Brasil de atingir meta de redução da mortalidade materna**. Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2014/05/30/noticias-saude,192326/excesso-de-cesariana-esta-entre-os-motivos-que-impedem-brasil-de-ating.shtml>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

MIGUEL, de Ana; BOIX, Monteserrat. Os Gêneros da Rede: os Ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Graciela (Org.). **Internet em Código Feminino: teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MONTEIRO, Luiza. **OMS registra 7 tipos de violência sofridos no parto**. Bebe.com.br, 2016. Disponível em: <<http://bebe.abril.com.br/familia/oms-registra-7-tipos-de-violencia-sofridos-no-parto/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

MOREIRA, Lourdes; ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Feminismo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: as deputadas feministas e a promoção de política para as mulheres. In: Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, GT 1, 2010, Londrina, Paraná, **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/3.LourdesMoreira.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

MUNDIM, Isabelle. **O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal?** UOL. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

NAGAHAMA, EEI; SANTIAGO, SM. A institucionalização médica do parto no Brasil. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 2005.

NASCER no Brasil. **Inquérito nacional sobre parto e nascimento**. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/introducao-e-justificativa/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017. NASCER no Brasil: pesquisa revela número excessivo de cesarianas. Portal Fiocruz, 2014. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/pesquisa-revela-numero-excessivo-de-cesarianas-no-pais>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

NATANSOHN, Graciela (Org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Revista Lugar Comum**, n. 19-20, p.15-26, 2004. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20ontol%C3%83%C2%B3gica%20da%20multid%C3%83%C2%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

NITAHARA, Akemi. **Lei que permite acompanhamento de doulas nas maternidades do Rio é aprovada**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/lei-que-permite-acompanhamento-de-doulas-nas-maternidades-do-rio-e-aprovada>>. EBC. Acesso em 10 de setembro de 2016.

OKIN, Susan Moller. Gênero, O Público e o Privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 305-332, maio-agosto/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

ONU Brasil, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-alerta-para-elevado-numero-de-cesarianas-no-brasil/>

PARISER, Eli. **O Filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASTI, André. Novos discursos, o mesmo golpismo. **Carta Capital**, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/novos-discursos-o-mesmo-golpismo-1>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

PERES, Ana Cláudia. Rede de narrativas. reportagens, **Revista Radis**, 165. Rio de Janeiro, 2016.

PIEIDADE, Vilma. Dororidade. **Folha de SP**, 2017. Disponível em: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/06/23/dororidade/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Precisamos falar sobre a vaidade na vida acadêmica. **Carta Capital**, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/precisamos-falar-sobre-a-vaidade-na-vida-academica>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

PINTO, C. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PITANGUY, Jacqueline. O movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker. **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p. 19-38.

PIVA, Rodrigo. **Os 10 sites mais visitados do Brasil e do mundo**. Curiosando, 2015. Disponível em: <<http://curiosando.com.br/mais-visitados-mundo/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

POPAY, J. **Community engagement for health improvement**: questions of definition, outcomes and evaluation: a background paper prepared for Nice by professor Jennie Popay. Mar. 2006. Disponível em: <<http://www.nice.org.uk/niceMedia/pdf/smt/070306item13.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

PORTELLA, Mariana; MONTEIRO, Allan. **Entrevista sobre parto humanizado com Simone Diniz**. S/d. Disponível em: <http://www.rehuna.org.br/index.php/53-entrevista-sobre-parto-humanizado-com-simone-diniz>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

RECUERO, Raquel. **A internet e a nova revolução na comunicação mundial**. Ensaio apresentado como requisito parcial à aprovação na disciplina de história das Tecnologias de Comunicação, ministrada pelo professor Dr. Jacques Wainberg, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) em dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/revolucao.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

REDAÇÃO UOL. **Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

RENASCIMENTO DO PARTO. Direção: Eduardo Chauvet. Produtora: Érica de Paula. Brasil, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **As Diversas Ondas do Feminismo Acadêmico**. Carta Capital, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

RIBEIRO, Djamila. O que é o empoderamento feminino? **Carta Capital**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/971/o-que-e-o-empoderamento-feminino>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

ROHR, Altieres. Entenda o que faz um hacker e a polêmica em torno desta palavra. **G1**, 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,MUL943271-6174,00-ENTENDA+O+QUE+FAZ+UM+HACKER+E+A+POLEMICA+EM+TORNO+DESTA+PALAVRA.html>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

RUY, Marcos Aurélio. Mais de 30 mil mulheres marcham na Paulista contra a opressão machista e reacionária. **Portal CTB**, 2015. Disponível em: <<http://www.portalctb.org.br/site/secretarias-da-ctb-nacional/mulher-trabalhadora/27214-mais-de-30-mil-mulheres-marcham-na-paulista-contr-a-opressao-machista-e-reacionaria>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

SANTAELLA, Lucia et al. **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. Parábola, 2008.

SANTANA, Andreia. **bell hooks: uma grande mulher em letras minúsculas**. Salvador, 2009. Disponível em: <<https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Record, 2000.

SANTOS, RCS; SOUZA, NF. Violência institucional obstétrica no Brasil: revisão sistemática. **Estação Científica** (UNIFAP). Macapá, v. 5, n. 1, p. 57-68, jan./jun. 2015.

SENA, LM; TESSER, CD. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, 2017, v. 21, n. 60, p. 209-220.

SCHUMAHER, Schuma. **A Primeira onda feminista**. In: Encontro Nacional Feminista, 13., Paraíba, 2000.

SCHUMAHER, Schuma; ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. **A Segunda Onda Feminista no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mulher500.org.br/documentos/>>. SCHUMAHER, Schuma.

SHIVA, Vandana; MIES, Marie. **Ecofeminismo**. Instituto Piaget, 1997.

SILVA, Fernanda Loureiro. **Sobre a “porta que abre por dentro”**: análise cultural do processo de formação de doulas para a assistência ao parto no Brasil. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social/Uerj. 2017, 153f.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Ciberativismo, Cultura Hacker e o Individualismo Colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, n.86, p. 28-39, junho/agosto 2010.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Ciberativismo e cultura hacker – Parte 2**. 2014. Disponível em: <<https://sempreupdate.org/gnulinux/2014/sergio-amadeu-ciberativismo-e-cultura-hacker-parte-2/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

SIMÕES *et al.* **Dicionário etimológico de termos ginecológicos e obstétricos**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://medsimoes.files.wordpress.com/2017/07/dicionario-de-ginecologia-16.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, T. G.; GAÍVA, M. A. M.; MODES, P. S. S. A. A humanização do nascimento: percepção dos profissionais de saúde que atuam na atenção ao parto. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS); v. 32, n. 3, p. 479-86, set. 2011.

SOUZA, K. R. F.; DIAS, M. D. História oral: a experiência das doulas no cuidado à mulher. **Acta Paul Enferm**, v. 23, n. 4, p. 493-9, 2010

STALLMAN, Richard. **O sistema operacional GNU**. Tradução da página original em inglês de 1998. Disponível em: <<https://www.gnu.org/gnu/thegnuproject.pt-br.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

TAKEMOTO, Maira; AMORIM, Melania. **Doulas: suporte contínuo baseado em evidências.** Núcleo Carioca de Doulas, 2014. Disponível em: <<https://doulasrio.wordpress.com/2014/12/18/novasevidencias/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. **A Revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TRIVINHO, Eugênio. Entrevista concedida a Ana Carolina Saito. **Revista Isto É**, set. 2009. Disponível em: <http://istoe.com.br/18607_A+INCLUSAO+DIGITAL+E+UMA+UTOPIA+/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

UNGER, Mangabeira. **Ver a vitória de Trump como retrocesso é “absurdo”**, diz Mangabeira Unger. Entrevista concedida a BBC Brasil, em 2016. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/ver-a-vitoria-de-trump-como-retrocesso-e-absurdo-diz-mangabeira-unger/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

VAZ, Paulo. Cronologia da Internet. **Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia**, v. 13, 1998.

VIEIRA, EM 1999. A medicalização do corpo feminino, p. 67-78. In: GIFFIN, K; COSTA, S. H. **Questões da saúde reprodutiva.** Fiocruz, Rio de Janeiro.

WEIDLE *et al.* Escolha da via de parto pela mulher: autonomia ou indução? **Cad. Saúde colet.**, v.22, n.1. Rio de Janeiro, jan./mar. 2014.

WEINBERG, Alexander. **O que é virtual?** Teresópolis: Daimon Editora, 2009.

WHITE, Micah. A democracia está em crise porque o dinheiro controla governos. **Carta Capital**, 2015. Entrevista concedida a Marcelo Pellegrini. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-esta-em-crise-porque-o-dinheiro-controla-governos-7013.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

ZH Bem-estar. **OMS denuncia 'epidemia' de cesáreas no mundo e Brasil é líder.** 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/bem-estar/noticia/2015/04/oms-denuncia-epidemia-de-cesareas-no-mundo-e-brasil-e-lider-4737240.html>>

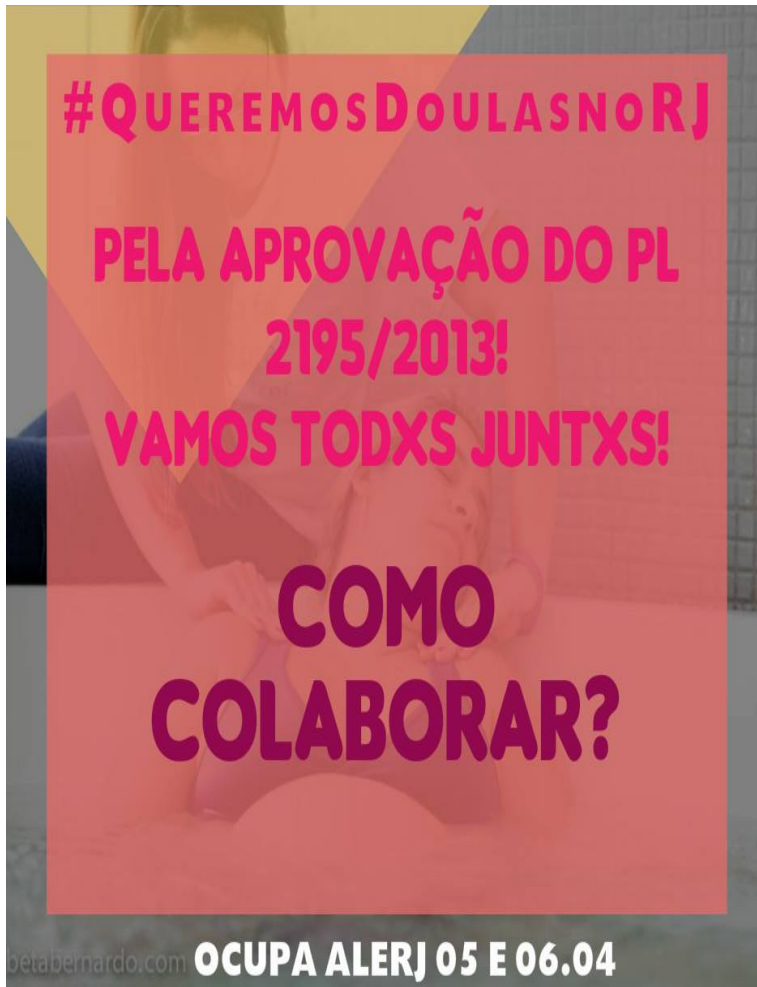
ANEXOS

Anexo 1

Figuras do Grupo secreto Doulas – Articulação Contra Resolução Cremerj



Fonte: Facebook, 2017.



COLABORE COM A LUTA PELAS DOULAS NAS MATERNIDADES!
O projeto de lei 2195/2013, que obriga as instituições públicas e privadas a permitirem o acesso das doulas para as parturientes que assim solicitarem, está na pauta para votação nesta quarta-feira, dia 06 de abril. Precisamos que todas as pessoas que acreditam na humanização do parto manifestem seu apoio.

Fonte: Facebook, 2017.



**QUEREMOS DOULAS NO RJ
OCUPA ALERJ
29 A 31.03 12H**

Confirme presença no evento:
bit.ly/QueremosDoulasnoRJOcupaAlerj

Todas contra a Resolução Cremerj 266/12!
Pela aprovação imediata do PL 123/15, que
obriga as instituições a aceitarem a
presença de doulas, se solicitado pela
parturiente.

#QueremosDoulasnoRJ

Fonte: Facebook, 2017.



Presença da Doula

Reduz 28%

os riscos de ter uma
cesárea

REF: HODNETT ED, GATES S, HOFMEYR GJ, SKALA C,
WESTON J. CONTINUOUS SUPPORT FOR WOMEN
DURING CHILDBIRTH. COCHRANE DATABASE OF SYSTEMATIC REVIEWS. 2012

Pelo direito de escolha das gestantes de terem o acompanhamento de profissional capacitado e cientificamente comprovado como vantajoso para as Mulheres na assistência ao Parto. TER UMA DOULA É DIREITO DA MULHER!

Fonte: Facebook, 2017.



HUMANIZA! QUEREMOS DOULAS! É UM DIREITO DA MULHER! A lei 2195/2013 foi aprovada na Alerj dia 17 de maio e até agora não há nenhuma notícia sobre a assinatura do Governador Dornelles ou status sobre a sanção. Agendas foram solicitadas e não obtivemos respostas. Diversas gestantes e famílias estão passando por situações dramáticas com a negação das liminares para o acompanhamento na MMA. Não é um bom sinal. Não podemos ficar mais nem um dia sem as doulas nos hospitais. Vamos TODAS E TODOS, gestantes, mulheres que tiveram doulas e apoiadores da causa para a porta do Palácio exigir que Governador nos atenda!

Fonte: Facebook, 2017.

ANEXO 2:

LEI Nº 7314 DE 15 DE JUNHO 2016.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS MATERNIDADES, CASAS DE PARTO E ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES CONGÊNERES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM PERMITIR A PRESENÇA DE DOULAS DURANTE O PERÍODO DE TRABALHO DE PARTO, PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO, SEMPRE QUE SOLICITADAS PELA PARTURIENTE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam, as maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro, obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente, sem ônus e sem vínculos empregatícios com os estabelecimentos especificados.

§ 1º - Para os efeitos desta lei e em conformidade com a qualificação da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), código 3221-35, doulas são acompanhantes de parto escolhidas livremente pelas gestantes e parturientes, que “visam prestar suporte contínuo à gestante no ciclo gravídico puerperal, favorecendo a evolução do parto e bem-estar da gestante”, com certificação ocupacional em curso para essa finalidade.

§ 2º - A presença das doulas não se confunde com a presença do acompanhante instituído pela Lei Federal nº 11.108, de 07 de abril de 2005.

§ 3º- Os serviços privados de assistência prestados pelas doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, bem como as despesas com paramentação, não acarretarão quaisquer custos adicionais aos estabelecimentos hospitalares, maternidades e casas de parto.

§ 4º - A presença das doulas depende de expressa autorização da parturiente que, deverá informar previamente à unidade de saúde, que comunicará ao profissional médico, desde que não seja parto normal.

Art. 2º - As doulas, para o regular exercício da profissão, estão autorizadas a entrar nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro, com seus respectivos materiais de trabalho, condizentes com as normas de segurança e ambiente hospitalar.

§ 1º – Entende-se como materiais de trabalho das doulas, a serem utilizados no trabalho de parto, parto e pós-parto imediato:

I - bolas de fisioterapia;

II - massageadores;

III - bolsa de água quente;

IV - óleos para massagens;

V - banqueta auxiliar para parto;

VI – demais materiais considerados indispensáveis na assistência do período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

§ 2º - Os materiais a serem utilizados nas salas de parto normal não necessitam de esterilização.

§ 3º - Quando no trabalho de parto o médico decidir pela intervenção cesárea, a doula ingressará no centro cirúrgico devidamente paramentada.

Art. 3º - Fica vedada às doulas a realização de procedimentos médicos ou clínicos, como aferir pressão, avaliação da progressão do trabalho de parto, monitoração de batimentos cardíacos fetais, administração de medicamentos, entre outros, mesmo que estejam legalmente aptas a fazê-los.

Art. 4º – As maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado, farão a sua forma de admissão das doulas, respeitando preceitos éticos, de competência e das suas normas internas de funcionamento, com a apresentação dos seguintes documentos:

I - carta de apresentação, contendo nome completo, endereço, número do CPF, RG, contato telefônico e correio eletrônico;

II - cópia de documento oficial com foto;

III – enunciado de procedimentos e técnicas que serão utilizadas no momento do trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, bem como descrição do planejamento das ações que serão desenvolvidas durante o período de assistência;

IV - termo de autorização assinado pela gestante para a atuação da doula no momento do trabalho de parto, parto e pós-parto imediato;

V - cópia do certificado de formação profissional, segundo o Certificado Brasileiro de Ocupação - CBO.

Art. 5º - O não cumprimento da obrigatoriedade instituída no “caput” do artigo 1º sujeitará os infratores às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira ocorrência;

II - se órgão público, o afastamento do dirigente e aplicação das penalidades previstas na legislação;

III – se estabelecimento privado, multa de 1.665,38 UFIR/RJ (hum mil, seiscentos e sessenta e cinco vírgula e trinta e oito UFIRs). Em caso de reincidência a multa será cobrada em dobro, até o limite de 6.661,55 UFIR/RJ (seis mil, seiscentos e sessenta e um vírgula cinquenta e cinco UFIRs).

§ 1º - Competirá, ao Órgão Gestor da saúde da localidade em que estiver situado o estabelecimento, a aplicação das penalidades de que trata este artigo, conforme estabelecer a legislação própria, a qual disporá, ainda, sobre a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º - Os recursos provenientes das multas aplicadas nos termos desta lei reverterão ao Fundo Estadual de Saúde - FES, para a capacitação das doulas.

Art. 6º - O não cumprimento da vedação instituída no caput do artigo 3º sujeitará às doulas:

I - advertência por escrito, na primeira ocorrência;

II - multa de 66,61 UFIR/RJ (sessenta e seis vírgula sessenta e um UFIRs), a partir da segunda ocorrência.

Art. 7º - O cumprimento do disposto nesta lei não acarretará despesas para o Estado do Rio de Janeiro.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 15 de junho de 2016.

FRANCISCO
Governador em exercício

DORNELLES

APÊNDICES

APÊNDICE 1

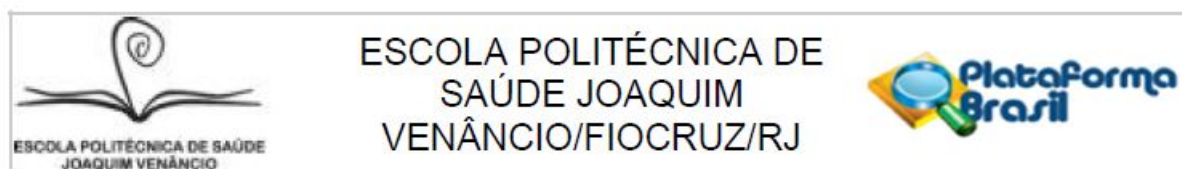
Roteiro de entrevistas semiestruturadas

Pesquisa Ciberfeminismo e Saúde: uma análise do caso da aprovação da Lei das Doulas (7314/2016) no Estado do Rio de Janeiro

1. Ocupação: _____
2. Escolaridade: () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior () Pós-graduação. Área de formação (se for o caso): _____
3. Estado civil: () Solteira () Casada/união estável () Separada/divorciada () Viúva
4. Desde quando participa de ações em prol da saúde da mulher? [Como?]
5. Atua ou atuou em alguma ONG [Participou de iniciativas relativas à saúde ou aos direitos da mulher]?
6. Atua ou atuou em algum partido político [Participou de iniciativas relativas à saúde ou aos direitos da mulher]?
7. Por que você resolveu ser doula?
8. Como você conheceu as outras doulas, como se organizaram?
9. Qual sua participação em prol da legalização do trabalho das doulas e construção da lei 7314/2016?
10. Somente doulas participaram do processo de construção da lei?
11. Qual a importância da criação da Associação das Doulas no Estado do Rio de Janeiro?
12. Quais os meios de comunicação que vocês utilizaram e utilizam para articulação do movimento das doulas?
13. Você acha que a utilização da internet influenciou a aprovação da lei? [Por quê?]
14. Como você vê a contribuição da internet para os movimentos pela saúde da mulher?
15. Você se considera feminista? [Por quê?]

APÊNDICE 2

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ciberfeminismo e Saúde: uma análise do caso da aprovação da Lei das doulas (Lei 7.314/2016) no Estado do Rio de Janeiro

Pesquisador: Joice Adriana Enzler

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62818116.3.0000.5241

Instituição Proponente: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.897.030

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação do ICICT para elaboração de dissertação de mestrado, e sob orientação da Profa. Adriana Cavalcanti de Aguiar, com co-orientação da Profa. Cristiane d'Ávila. O estudo tematiza o ciberativismo, com foco no ciberfeminismo. Assim, a pesquisadora pretende analisar e compreender as práticas de mulheres ativistas na internet, utilizando como estudo de caso a mobilização em prol da aprovação da Lei das Doulas, em 2016, no Estado do Rio de Janeiro. Segundo descrito no projeto, o ciberfeminismo tem adotado pautas caras ao feminismo como a questão da legalização do aborto no Brasil; o combate à violência doméstica; a igualdade salarial e de oportunidades; dentre outras. Além disso, informa a autora, o ciberfeminismo se relaciona também com as trocas de informações sobre saúde entre mulheres e com a consciência destas sobre sua condição social. No que diz respeito à Lei das Doulas, a autora informa que a discussão se fez presente nas redes sociais, em especial no Facebook, através de uma mobilização das mulheres pela aprovação da mesma. Essas mulheres-feministas, doulas e ativistas do parto humanizado – aproveitaram o ensejo também como ferramenta educativa, e explicaram os significados de doulas e parto humanizado. A metodologia prevê a realização de entrevistas com ativistas e/ou doulas, além da análise de diferentes textos

Continuação do Parecer: 1.897.030

(panfletos, matérias de jornais e outros) e dos registros na rede social Facebook, os quais serão analisados a partir dos referenciais da análise de conteúdo. É prevista a participação de 15 indivíduos.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto possui como objetivo geral analisar o ciberfeminismo, na rede social Facebook, através do processo de criação da lei das doulas e, como objetivos específicos, a) caracterizar os grupos ativistas; b) problematizar os debates relacionados às questões feministas no discurso das doulas do Rio de Janeiro no Facebook e; c) verificar a existência de uma relação entre o ativismo na internet e na rua.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No que diz respeito aos riscos, a autora informa, no TCLE, que estes são mínimos e

não serão identificados os nomes e nenhum outro dado pessoal dos entrevistados, visando o seu anonimato. Ao mesmo tempo, o termo informa do eventual risco de identificação indireta, já que parte dos entrevistados é composta por atores com alguma visibilidade social. Entretanto, afirma que "não serão utilizadas informações em prejuízo das pessoas envolvidas nas entrevistas". Além disso, a pesquisadora ressalta que as perguntas constantes das entrevistas "não são de investigação psicológica" e que qualquer constrangimento ou incômodo identificado levará a interrupção da mesma, "em favor do bem estar" dos participantes. Quanto aos benefícios, estes são de caráter indireto, e se relacionam a "compreender melhor como o ativismo na internet e nas ruas colaboraram com a implementação de políticas públicas".

Concordamos com a informação sobre riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo que aborda temática contemporânea e relacionada a questões de relevância para o campo da informação em saúde. No que diz respeito à metodologia, esta abrange a realização de entrevistas e também a análise de conteúdos publicados em redes sociais, os quais estão especificados no projeto detalhado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados: folha de rosto assinada, informações básicas, projeto detalhado, TCLE, cronograma e um termo de autorização assinado pela responsável por uma das comunidades virtuais abrangidas na pesquisa, a qual é um grupo fechado. Os termos se encontram, portanto, devidamente apresentados.

Continuação do Parecer: 1.897.030

Recomendações:

- encaminhar relatório ao término do estudo;
- notificar o CEP caso ocorra alguma situação adversa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela análise procedida, este Comitê (registrado junto à CONEP – Cf. Ofício n. 2254/Carta n. 0078 – CONEP/CNS/MS, de 12 de agosto de 2010) considera o presente protocolo APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_828747.pdf	11/01/2017 19:42:16		Aceito
Outros	AUTORIZACAO.pdf	11/01/2017 19:33:10	Joice Adriana Enzler	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	11/01/2017 19:23:59	Joice Adriana Enzler	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/01/2017 19:22:52	Joice Adriana Enzler	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREV_SEMIESTRUTURADAS.pdf	11/12/2016 08:43:18	Daniel Groisman	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	05/12/2016 20:40:34	Joice Adriana Enzler	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 24 de Janeiro de 2017

Assinado por:
Daniel Groisman
 (Coordenador)

APÊNDICE 3

CARTA CONVITE E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada,

Conforme contatos mantidos anteriormente, formalizo o convite para que você nos conceda uma entrevista para a pesquisa **Ciberfeminismo e Saúde: uma análise do caso da aprovação da Lei das Doulas (7314/2016) no estado do Rio de Janeiro**, no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Icict/Fiocruz), sob a orientação e supervisão da Dra. Adriana Cavalcanti de Aguiar.

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz. A entrevista tem a duração aproximada de quarenta minutos. Horário e local de sua conveniência a combinar.

Atenciosamente,

Joice Adriana Enzler– Mestranda PPGICS

Orientação e Supervisão: Dra. Adriana Cavalcanti de Aguiar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada,

Você está sendo convidada para participar da pesquisa “Ciberfeminismo e Saúde: uma análise do caso da aprovação da Lei das Doulas (7.314/2016), no Estado do Rio de Janeiro” que tem como objetivo compreender aspectos do processo de criação da Lei das Doulas. Lideranças que participaram da construção da lei serão convidadas a participar das entrevistas. Os riscos relacionados a sua participação são mínimos. A pesquisa não identificará nomes e nenhum outro dado pessoal, garantindo o anonimato. A pesquisa prevê ainda a proteção da imagem e estigmatização dos envolvidos. Não serão utilizadas informações em prejuízo das pessoas envolvidas nas entrevistas e os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos serão respeitados. As entrevistas serão gravadas visando ampliar o poder de registro, porém, apenas em áudio (sem câmeras). A autora se compromete com o sigilo das informações e anonimato dos resultados, mas ao se entrevistar atores com maior visibilidade social, existe o risco de identificação indireta, mesmo utilizando mecanismos que visam garantir o anonimato (codificação dos nomes, categorização dos depoimentos, recortes de textos). Os benefícios relacionados com a sua participação dizem respeito à contribuição para a produção de um maior conhecimento referente à temática do ativismo na internet. Durante toda a realização da pesquisa, caso você sinta qualquer tipo de desconforto, poderá optar a qualquer tempo por não mais participar do processo ou retirar seu consentimento. A não participação ou a retirada do consentimento não implicará em prejuízo na sua relação com a pesquisadora ou com a instituição proponente da pesquisa, o Instituto de Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Iict/Fiocruz. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o endereço institucional e telefone da pesquisadora, bem como do Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Rubrica Pesquisadora responsável

Participante

Eu, _____,

declaro estar ciente das informações contidas neste Termo de Consentimento, as quais li e entendi com clareza, concordando em participar desta pesquisa.

Data: ____/____/____

Pesquisadora responsável: Participante:

Joice Adriana Enzler

PPGICS - ICICT / FIOCRUZ

Av. Brasil, 4.365 - Pavilhão Haity Moussatché – Manguinhos – Rio de Janeiro

Telefone: (21) 99224-3800 – joyceteias@gmail.com

Comitê de Ética da EPSJV (CEP EPSJV)

Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – Rio de Janeiro

cep@epsjv.fiocruz.br

(21) 3865-9705